



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL -UFFS
CAMPUS DE ERECHIM
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – LICENCIATURA

LUANA GONÇALVES TORRES

Luta Armada na ditadura brasileira: a experiência das mulheres nas *Forças Armadas de Libertação Nacional* em Ribeirão Preto

VERANÓPOLIS

2017

LUANA GONÇALVES TORRES

Luta Armada na ditadura brasileira: a experiência das mulheres nas *Forças Armadas de Libertação Nacional* em Ribeirão Preto

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
licenciatura em História da Universidade Federal da
Fronteira Sul

Orientadora: *Prof.^a Dr. Alessandra Gasparotto*

VERANÓPOLIS

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Torres, Luana Gonçalves

Luta Armada na ditadura brasileira:: a experiência das mulheres nas Forças Armadas de Libertação Nacional/ Luana Gonçalves Torres. -- 2017.

110 f.:il.

Orientador: Alessandra Gasparotto.

Co-orientador: Adriana Rodrigues Novais.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História , Erechim, RS , 2017.

1. Contextualização do golpe e o estabelecimento da ditadura civil-militar. 2. As FALN. 3. A experiência das mulheres nas FALN. I. Gasparotto, Alessandra, orient. II. Novais, Adriana Rodrigues, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

LUANA GONÇALVES TORRES

“LUTA ARMADA NA DITADURA BRASILEIRA: A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES NAS
FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM RIBEIRÃO PRETO”

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientadora: Profa. Alessandra Gasparotto

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 24/11/2017.

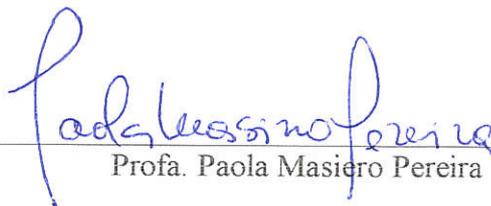
Banca examinadora:



Profa. Alessandra Gasparotto



Profa. Débora Strieder Kreuz



Profa. Paola Masiero Pereira

Em memória de todas as mulheres que ousaram se levantar contra a ditadura civil-militar, na tentativa de construir uma sociedade justa e igualitária e foram brutalmente silenciadas em palavras e resistência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a classe trabalhadora e, em especial, ao MST pela oportunidade de estudar e poder, nesse momento, escrever essas linhas. Vivemos um período muito difícil de nossa história, em que a classe trabalhadora vem perdendo direitos históricos conquistados com muita luta e sangue derramado. A ofensiva da direita não é algo peculiar em nossa história, a ditadura civil-militar é um grande exemplo disso. No entanto, é nas lutas cotidianas e coletivas que juntos, mulheres e homens, conseguiremos construir uma nova sociedade que tenha a vida humana como a questão central.

Agradeço, a incansável lutadora Áurea Moretti, por compartilhar comigo, com felicidade no olhar, momentos tão difíceis de sua vida, por nunca deixar de lutar e por renovar as minhas esperanças na construção de uma nova sociedade. Que nesse momento, de ascensão fascista, tenhamos muitas Áureas, para desconstruirmos as relações de poder e opressão ao qual historicamente as mulheres foram submetidas.

A minha orientadora Alessandra Gasparotto, pelos ensinamentos e constante incentivo, pelo cuidado e disponibilidade. Se não fosse pela sua grandiosa dedicação este trabalho não teria saído tal como foi. Mulher forte, comprometida, amiga. Que nesse momento, onde o “eu” sobressai sobre o coletivo, tenhamos mais orientadores como você, comprometidos e preocupado com os outros. São nesses momentos que, muitas vezes, enxergamos o quão pode ser grande o ser humano. Lhe agradeço imensamente.

Ao meu companheiro Felipe Vodzik pelo carinho e paciência, pelo incentivo e apoio. Obrigada meu amor por ser meu companheiro de vida e de luta e sobretudo, por me respeitar enquanto mulher, mulher de luta. Te amo imensamente.

Agradeço aos companheiros que estiveram direta e indiretamente envolvidos com este curso, entre eles, não poderia deixar de ressaltar os nomes de Miguel Henrique Stédile e Gerson Fraga, ambos coordenadores do curso de História. Obrigada pela incansável luta, sem os seus esforços individuais esse projeto, talvez, não teria saído do papel.

A minha co-orientadora Adriana Rodrigues Novais pela contribuição desde a definição do tema a conclusão deste trabalho.

A minha família e, em especial, a minha querida mãe. Obrigada por estar ao meu lado durante esses longos anos e por ser esse ser humano tão rico que me ensinou tantas coisas, dentre as quais a que eu mais me orgulho: lutar! Te amo incondicionalmente.

A turma de História Eduardo Galeano pelo aprendizado e convívio coletivo.

“Nós estávamos preparados para morrer pela revolução e não para sermos presos e torturados pelo regime autoritário” (Áurea Moretti)

RESUMO

Esta monografia busca analisar a participação das mulheres na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileiro (1964-1985), especialmente nas Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Para isso, entre outras referências, utilizaremos a entrevista da militante Áurea Moretti-realizada pela autora deste trabalho- que, como tantas outras mulheres, ingressou na luta armada durante as décadas de 1960- 70. Para adentrarem nessas organizações, as mulheres romperam, de uma só vez, com duas hierarquias: a de gênero e de poder. O trabalho é dividido em três capítulos; no primeiro contextualizamos a questão política dos anos 60, abordando o golpe, a implementação da ditadura civil-militar e o posicionamento de grande parte da esquerda pela luta armada. No segundo capítulo damos lugar a história das FALN, seu surgimento, atuação, projeto de luta e desmantelamento. O terceiro capítulo, portanto, reafirma a participação da mulher na luta armada e as diferentes facetas dessa atuação, ressaltando as variadas formas de opressão às quais estiveram submetidas por decidirem enfrentar não apenas a ditadura, mas uma sociedade machista e patriarcal

Palavras-chaves: Mulheres. FALN. Ditadura civil-militar. Gênero. Patriarcado

ABSTRACT

Esta monografía busca analizar la participación de las mujeres en la lucha armada contra el régimen civil-militar brasileño (1964-1985), especialmente en las Fuerzas Armadas de Liberación Nacional (FALN). Para ello, entre otras referencias, utilizaremos la entrevista de la militante Aurea Moretti-realizada por la autora de este trabajo- que, como tantas otras mujeres, ingresó en la lucha armada durante las décadas de 1960- 70. Para adentrarse en esas organizaciones, las mujeres rompieron, una sola vez, con dos jerarquías: la de género y de poder. El trabajo se divide en tres capítulos, donde el primero contextualizamos la cuestión política de los años 60, abordando el golpe, la implementación de la dictadura civil-militar y el posicionamiento de gran parte de la izquierda por la lucha armada. En el segundo capítulo damos lugar la historia de las FALN, su surgimiento, actuación, proyecto de lucha y desmantelamiento. El tercer capítulo, por lo tanto, reafirma la participación de la mujer en la lucha armada y las diferentes facetas de esa actuación, resaltando las variadas formas de opresión al que fueron sometidas por enfrentar no sólo la dictadura, sino una sociedad machista y patriarcal

Palabras claves: Mujeres. FALN. Dictadura civil-militar. Género. Patriarcado

LISTA DE SIGLAS

AERP	Associação de Ensino de Ribeirão Preto
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
COLINA	Comando de Libertação Nacional
DOI-CODI	Departamento de operações e informações- Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Policial Social
FALN	Forças Armadas de Libertação Nacional
MAR	Movimento de Ação Revolucionária
ME	Movimento Estudantil
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
MR-8	Movimento Revolucionário 08 de outubro
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
OBAN	Operação Bandeirantes
PC	Partido Comunista
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
POLOP	Política Operária
POR (T)	Partido Operário Revolucionário Trotskista
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNE	União Nacional dos Estudantes
VAR PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1: As sombras e o estabelecimento do terror: o golpe de Estado e a ditadura civil- militar	19
1.1 A esquerda brasileira: divergência de táticas, diferentes projetos e a luta armada	22
1.2 A resistência ao terror: Ribeirão Preto a síntese do conservadorismo	27
Capítulo 2: as FALN: a existência de uma organização armada peculiar na resistência à ditadura civil-militar e O Berro como ponto de partida.	38
2.1 As ações diretas e o desmantelamento das FALN	43
Capítulo 3- A experiência feminina na luta armada: atuações, opressões e resistências	52
3.1 A participação e experiências das mulheres nas Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN).....	64
3.3 Madre Maurina.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

INTRODUÇÃO

Buscamos nesta pesquisa analisar, à luz da experiência histórica, a participação das mulheres na luta armada contra a ditadura civil-militar, especialmente nas Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)¹, organização que atuou na cidade de Ribeirão Preto- SP, entre os anos de 1966 a 1969, quando foi desmantelada pelos órgãos repressores do Estado ditatorial. Para tal investigação, tomamos como referência a experiência da militante Áurea Moretti².

A ditadura civil-militar- aqui considerada como situação-limite, por envolver prática de extermínio, desaparecimento e terror de Estado- que assolou o Brasil, de 1964 a 1985, acelerou uma série de mudanças, que já estavam postas, na sociedade brasileira: como a inserção e participação das mulheres nos processos políticos e a eclosão de uma série de resistências, entre as quais se destacaram os grupos armados. A formação, os propósitos e atuação dos grupos revolucionários da esquerda brasileira dos anos 60 e 70 ocorrem em um contexto onde questões como libertação nacional, resistência armada e revolução eram temas e práticas presentes no cenário mundial. A inserção e participação das mulheres nas diversas frentes de resistência à ditadura civil-militar, especialmente na luta armada, são resultados consequenciais do processo de rompimento secular da opressão de gênero a qual foram, historicamente, submetidas.

Neste sentido, a década de 1960 foi um período muito específico na história brasileira, tanto de ordem política, como social e cultural. No que tange às mulheres, esse período, foi um salto paradigmático, onde elas passam a questionar o seu papel histórico e socialmente estabelecido, bem como o seu mundo cotidiano, e reivindicar a inserção e atuação nos espaços políticos e públicos, até então designados aos homens. Grande parte desse enfrentamento está ligado ao debate do movimento feminista, que começa a ganhar força na sociedade brasileira.

Desse modo, as transformações sociais e políticas ocorridas na sociedade- a partir dos anos 60- criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da mulher enquanto sujeito político³. No bojo deste processo foi quebrado o estigma do “ser mulher”, rompendo com a suposta divisão binária entre o mundo dos homens (público) e o das mulheres (privado). A decisão de assumir a militância política nas organizações da esquerda revolucionária expressa a vontade radical dessas mulheres de se entenderem e estabeleceram enquanto protagonistas ativas da história. Adentrar nessas organizações, no entanto, não foi um processo

¹ As Forças Armadas de Libertação Nacional é utilizada no plural e não no singular, por isso será utilizado neste trabalho desse forma.

² Neste trabalho iremos utilizar o termo a militante Áurea Moretti, e não ex. Em consideração a sua história de luta permanente, pois sua militância não se baseou e esgotou na resistência à ditadura civil-militar

³ BASTOS, Natalia de Souza. *Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro*. Rio de Janeiro, 2004.

sem custos. Cabe-nos ressaltar que dentro de uma sociedade altamente masculinizada, não foram poucas as barreiras que as mulheres militantes enfrentaram. (BASTOS, 2004, p. 10) As diversas facetas da opressão à mulher na sociedade patriarcal foram reproduzidas no interior da esquerda e, principalmente, nas mãos dos órgãos de repressão do regime ditatorial.

Dito isso, neste período temos dois discursos masculinizados e dominantes que descaracterizam a mulher militante e suas pautas. Primeiro temos o discurso da esquerda brasileira, que reclamava para si uma postura viril frente ao regime que, por ser militar era inevitavelmente viril⁴. Desse modo, a problemática da condição feminina na sociedade não tinha relevância nem espaço para discussões nessas organizações, não era tratada política ou teoricamente, os esforços estavam voltados para a derrubada da ditadura civil-militar. E, posteriormente, em outro momento, poder-se-ia colocar em discussão os anseios e angústias das militantes. Já o discurso dos órgãos de repressão, assumia caráter mais grave ainda, subestimando a capacidade própria das mulheres de adentrarem na luta contra o Estado autoritário. Questionamentos como- quem são essas mulheres? como podem arrogar para si o direito de contestar a ordem vigente? Por que não estão cumprindo com o seu papel socialmente estabelecido? - eram constantes. As militantes além de serem condenadas pelas suas atuações clandestinas, ainda causavam mais revolta por transgredirem o código de gênero da época.⁵ (BASTOS, 2004, p. 10).

A historiografia, de modo geral, prioriza o estudo das atuações dos homens nos diferentes espaços e tempos históricos. O mesmo se deu nos estudos da ditadura civil-militar brasileira. Isto posto, o problema sobre o qual esta pesquisa buscará refletir é: a experiência das mulheres na luta armada, especificamente nas FALN, suas tarefas, dificuldades, resistência e os desafios na militância naquele momento histórico, aqui será destacada.

Entretanto, mesmo com esse ocultamento, nas últimas décadas a historiografia brasileira, assim como as demais ciências humanas, tem se esforçado para incluir os estudos de gênero entre seus temas. Esta inclusão possibilitou ressaltar a atuação do agente histórico feminino. Neste sentido o estudo proposto se torna ainda mais especial e relevante por trabalhar com depoimentos que dão destaque à importância e especificidade da militância feminina. Ressaltar suas histórias durante o período a ditadura civil-militar não é tratar de uma mulher única, mas é abordar uma variedade de memórias que as colocam ao lado dos homens nas lutas cotidianas e políticas. O objetivo desta pesquisa, portanto, está na importância e na tarefa de ampliar os estudos dedicados ao esclarecimento do papel das mulheres na história, transpondo

⁴ LISBÔA, Daniela de Amorim. Feminismo, ditadura e novas esquerdas: velhos hábitos nunca mudam? Ano, 2014.

⁵ BASTOS usa esse termo em seu trabalho, para referir-se à construção social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e mulheres na sociedade. Neste trabalho o termo será utilizado como entende a autora.

o silêncio e a relativa invisibilidade a que sempre estiveram relegadas.

Segundo Rachel Soihet, o desenvolvimento de estudos sobre o tema das mulheres está relacionado à grande reviravolta da história nas últimas décadas do século passado, que se voltou para temáticas e grupos até então excluídos. “A História Cultural, ao preocupar-se com as identidades coletivas, favorece a pluralização dos objetos de investigação histórica, concedendo às mulheres a condição de objeto e sujeito da história” (BATOS, 2004, p.14).

O desenvolvimento de novos campos como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino. Apoiam-se em outras disciplinas – tais como a literatura, a linguística, a psicanálise, e, principalmente a antropologia – com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto. Assim a interdisciplinaridade, uma prática enfatizada nos últimos tempos pelos profissionais da história, assume importância crescente nos estudos sobre as mulheres. (SOIHET, 1997, p.276 apud, BASTOS, 2004, p.14).

Metodologicamente, este trabalho baseou-se em uma revisão bibliográfica acerca do objetivo central da pesquisa e na análise de diferentes fontes, tanto fontes escritas, quanto de História Oral. No caso dos depoimentos, estes serão utilizados especialmente para o desenvolvimento do terceiro capítulo, onde será abordada a experiência das mulheres nas FALN. Nesse sentido, como já mencionado, queremos analisar a memória da militante Áurea Moretti, no processo de luta e resistência à ditadura civil-militar. Tal faculdade, que podemos caracterizar como o ato de lembrar, é inerente à espécie humana⁶. E nesse sentido, a História Oral, tem tido uma importância significativa, ao passo que viabiliza e dar visibilidade àqueles que historicamente estiveram excluídos dos processos históricos. Paraphraseando Alberti, a força da história oral é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou os "derrotados" e que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história⁷.

Como procedimento metodológico, a História Oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos.

um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989: 52).

⁶ KREUZ, Débora Strieder. “*Elas têm um outro jeito de ser, de resistir*”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira. Pelotas- RS, Ano 2015.

⁷ ALBERTI, V., FERNANDES, TM, and FERREIRA, MM., orgs. História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 32.

Segundo Alberti⁸ ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido. Vale dizer que, de certa forma, filtramos nossas lembranças, ativando aquilo que queremos, que nos é significativo. Talvez não possamos impedir que certas lembranças afluam, mas podemos controlar a forma como essas lembranças saíam da esfera do íntimo, do privado, e ganharão vida própria no público⁹

No entanto, mesmo sendo uma ferramenta importante e indispensável para a construção do passado, o ato de lembrar, de rememorar, pode sofrer mudanças, uma vez que, a memória individual e coletiva em contato com a constante transformação da realidade, está sujeito a influência do presente. Por isso, ao trabalharmos com memória, temos que ter um cuidado minucioso.

(..) a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências ocorridas no passado. Memórias individuais e coletivas se confundem; não somos ilhas e, portanto, estamos sujeitos a influências, bem como a influenciar, os grupos a que pertencemos e com os quais nos identificamos

Assim, o cuidado metodológico de análise dos testemunhos, deverá ser focado não apenas para o que a narradora profere acerca do passado, mas sim, qual a sua vivência atual e quais perspectivas se encontram na sua fala voltada para o futuro. Candau também apresenta importante contribuição no que se refere a estruturação da narrativa:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (CANDAU, 2012, p.16).

Assim, perceberemos a lembrança como um aspecto que se forma constantemente, a partir da individualidade daquela que profere a narrativa memorialística. Por isso, ao apresentarmos as entrevistadas, não nos focamos apenas na descrição do que foram, mas também, o que fazem e quais suas perspectivas atuais e anteriores aos próprios acontecimentos narrados.

Para a realização e potencialização deste trabalho foi realizada uma entrevista com a militante das FALN Áurea Moretti. A tentativa de entrevistá-la não foi um processo fácil, pelo contrário, foi bastante insistente. Isso porque a pouco tempo, a memória tem lhe faltado. Segundo a família- principalmente a sua filha, Maria Raquel Moretti, que foi a pessoa com que

⁸ Para maior apropriação sobre a importância e cuidado com História Oral, ver: ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA {22.: João Pessoa, PB). Anais eletrônicos. João Pessoa, PB: ANPUH-PB, 2003. 10f. E outro documento: ALBERTI, Verena. CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 1996

⁹ MATOS, Júlia Silveira. SENNA, Adriana Kivansk. *História Oral como fonte: problemas e métodos*. Rio Grande, 2011

mais tive contado- seria, praticamente, um “tiro no escuro” entrevistá-la, sugerindo, portanto, uma entrevista de caráter familiar. A família e, em especial, Laudelino Pires Filho- companheiro de vida e luta de Áurea Moretti- sempre estiveram por dentro da história de atuação de militante na resistência à ditadura civil-militar, devido ao orgulho que a mesma sempre teve em relatar a sua participação nesse processo e, dessa forma, acreditavam que a família poderia contribuir. No entanto, no decorrer da entrevista, tivemos uma surpresa muito positiva: Áurea Moretti, foi lembrando e relatando, com alegria e orgulho no olhar, a sua experiência na luta armada.

A entrevista buscou- para além de entender a atuação e militância de Áurea Moretti- fomentar a questão da opressão de gênero em sua experiência na luta contra a ditadura civil-militar, tanto pelos companheiros da organização revolucionária, quanto pelos órgãos de repressão. Todas as facetas desse processo, iremos ver ao longo deste trabalho. Destacamos a importância que a entrevista teve para a concretização desta pesquisa, além do privilégio de entrevistar uma importante militante da luta armada, foi a experiência mais significativa que tive, enquanto pessoa e estudante. O mais gratificante, no entanto, foi escutar as seguintes palavras de Laudelino Pires e Maria Raquel Moretti, “fazia algum tempo que não víamos ela com tanta vida e alegria”. A memória é mesmo seletiva.

A utilização da História Oral rompe com os limites e com os métodos tradicionais de pesquisa acadêmica e nos leva a entrar em contato com os grupos que são receptáculos de memória. A coleta, o estudo e o registro destas memórias, ou seja, sua passagem pelas mãos do historiador faz com que elas se transformem em História¹⁰. Nesse sentido, para a construção do saber histórico sobre grupos específicos, é urgente que estudemos suas memórias. Caso contrário, corremos o risco de perder parte de nossa história.

Ademais, a reconstrução desse passado pelas recordações das mulheres que atuaram nas organizações de esquerda durante o período ditatorial oferece, além de revelações do papel de vanguarda dessas militantes, o desejo da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, para uma melhor compreensão do tema, este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro trataremos da conjuntura política que o país vivia na década de 1960, contextualizando desde o período do golpe ao desenvolvimento e estabelecimento da ditadura civil-militar, enfatizando, portanto, seus reflexos em Ribeirão Preto. Também abordaremos, de modo geral, o comportamento e atuação da esquerda brasileira neste período, seus projetos, divergências, etc, dando um foco maior para a resistência armada, aderida pela maior parte das

¹⁰ ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. Memórias da luta: a *participação feminina nas organizações de esquerda no pós 64*. Ano 2008, p.3

organizações já existentes e, de tantas outras, fruto desse processo.

O segundo capítulo será dedicado às Forças Armadas de Libertação Nacional, organização de luta armada que surgiu na cidade de Ribeirão Preto, na resistência à ditadura civil-militar. Nesta parte do trabalho, iremos historicizá-la, abordar o seu surgimento, sua concepção de luta, atuação, particularidades e desmantelamento. Busca-se compreender como o surgimento das FALN é resultado do conservadorismo extremo da cidade ribeirão-pretana. Para a realização deste capítulo utilizamos duas principais referências, o livro de Marcelo Botosso “*FANL: a guerrilha em Ribeirão Preto*” e o trabalho de Alessandra Bagatim “*Personagens, Trajetórias e Histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional*”.

O terceiro e último capítulo será dedicado a participação das mulheres nas organizações de esquerda armada na resistência à ditadura civil-militar. Ao mesmo tempo realizaremos uma discussão de como o patriarcado incide nesse processo, nas relações de gênero e dominação, desde as organizações de esquerda aos espaços de atuação dos órgãos de repressão. Concluiremos este capítulo ressaltando a experiência das mulheres nas Forças Armadas de Libertação Nacional, tanto da militante Áurea Moretti, como de Madre Maurina- envolvida injustamente no processo movido contra as FALN- suas vivências, atuações e histórias de vida serão destacadas.

Capítulo 1: As sombras e o estabelecimento do terror: o golpe de Estado e a ditadura civil-militar

Os primeiros anos da década de 1960 representaram um período na história brasileira de grande efervescência política e social. Debates como libertação nacional, resistência e revolução estavam na ordem do dia.

É importante ressaltarmos que neste período o mundo vivia a chamada “Guerra Fria”, onde duas potências nucleares, política e ideologicamente contrárias- União das Republicas Socialistas Soviéticas, URSS, e os Estados Unidos da América, EUA, respectivamente socialista e capitalista- disputam a hegemonia global. Neste período, várias revoluções caracterizadas como socialista e de libertação nacional aconteciam ou já eram vitoriosas, como por exemplo, a revolução chinesa, as guerrilhas africanas, a guerra anti-imperialista do Vietnã, então em curso, e em especial da vitoriosa Revolução Cubana. A América Latina recebeu grande influência desses processos e países como Colômbia, Venezuela e Guatemala já haviam iniciado suas guerras de guerrilhas buscando reverter, com resistências e armas, situações desfavoráveis e de opressão por parte de seus governos autoritários.

No Brasil, em 1961, o então presidente Jânio Quadros renunciou, sendo alçado ao cargo o seu vice, João Goulart, que assumiu a Presidência da República no meio de uma tempestade que prenunciava outras ainda mais furiosas. Essa era uma situação paradoxal, pois Jânio Quadros e João Goulart representavam partidos políticos opostos, sendo o primeiro indicado por uma coligação de pequenos partidos liderada pela União Democrática Nacional (UDN) e o segundo, representando uma coligação liderada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).¹¹ A posse de João Goulart- representante do legado getulista e da força do trabalhismo na cultura política brasileira- não foi um processo fácil, embora fosse legal, pois os ministros militares tentaram impedir que ele assumisse a presidência. A reação ao veto militar à posse de Jango gerou bastante repercussão. Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, organizou e liderou a Campanha da Legalidade, que foi um movimento de resistência tendo como objetivo a manutenção da ordem jurídica, reivindicando e aclamando a defesa imediata do regime democrático e a ascensão de Goulart à Presidência.

A mudança do regime presidencialista para o parlamentarista foi a solução encontrada naquele momento para resolver o impasse criado pelo veto militar. Esta mudança, que de modo

¹¹ Naquele período a eleição para presidente e vice não era conjugada; as pessoas poderiam escolher o presidente de um partido e o vice-presidente de outro.

geral permitia a posse de Jango com menos poderes, foi uma articulação entre ministros do governo, militares, o Congresso e o próprio Presidente da República, que assumiu o seu cargo no dia 7 de setembro de 1961. Jacob Gorender esclarece esse contexto nas entrelinhas de seu livro *Combate nas Trevas*¹²:

O veto dos ministros militares à posse de Jango, naquele momento ausente do país, levou a uma situação de empate. De início, somente os setores mais direitistas da UDN aprovaram o veto. Sua rejeição foi imediata por parte dos movimentos nacionalistas e do movimento operário, os trabalhistas e comunistas. O fator desequilibrante veio com a manifestação do Governador Leonel Brizola, que se enrincheirou no Palácio Piratini e apelou à resistência popular. Diante da adesão do III Exército ao ato de Brizola, a emenda parlamentarista, aceita pelos ministros militares e por Jango, teve em vista uma saída conciliatória que evitasse ameaça de resolução do empate por um choque armado e, no final de contas, pela guerra civil. (GORENDER, 2014, p. 21)

O governo de João Goulart foi marcado, segundo alguns autores, por uma política de aliança e conciliação de classes. No entanto, durante a própria campanha contra o parlamentarismo e pela volta do presidencialismo que aconteceu em 1963, Jango fez repetidas promessas de que, se atingidos esses objetivos, realizaria as medidas reclamadas pelo povo, entre essas, as reformas de base, tentando encaminhar diversas propostas para garantir tais reformas e sofrendo várias derrotas no Congresso.

No ano de 1964, os posicionamentos políticos se acirravam, com a esquerda pressionando o governo, por meio de mobilização popular, para que se aplicassem as reformas de cunho progressista, enquanto a direita civil pregava a derrubada de Jango e, aliada à direita militar, conspirava contra ele. Com o acirramento das contradições e uma correlação de forças que cada vez mais se tornava insustentáveis, João Goulart deu uma guinada à esquerda e no dia 13 de março de 1964 foi realizado um comício na Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, assistido por uma multidão de mais de 200 mil pessoas. Eram as tão exigidas promessas saindo do papel, como podemos ver em Marcelo Botosso¹³:

(...) o Presidente da República, acompanhado de sua esposa, Maria Thereza, e outras destacadas lideranças da esquerda, entre elas o ex-governador gaúcho Leonel Brizola e o governador de Pernambuco Miguel Arraes, atropela o Congresso Nacional, decretando a nacionalização das refinarias particulares de petróleo e desapropriação de terras ao longo das rodovias, ferrovias e áreas de irrigação dos açudes públicos - era a tão desejada reforma agrária sendo posta em prática. Em um discurso candente, Jango exigia a reforma da constituição, classificando a vigente como anacrônica e lesiva aos interesses da nação e de sua classe trabalhadora. O entusiasmo aumentou quando tomou a palavra Leonel Brizola para dizer que o Congresso traía o povo e que, por esse motivo, perdera sua legitimidade. Sugeriu a convocação imediata de um

¹² GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. 294 p.

¹³ BOTOSSO, Marcelo. *FALN: A guerrilha em Ribeirão Preto*. Editora Holos, 2006. 131 p.

novo Congresso, composto por trabalhadores rurais, operários, sargentos e oficiais nacionalista. (BOTOSSO, 2006, p. 18)

No dia 15, dois dias depois do comício, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de reforma que continha emendas constitucionais relativas às desapropriações de terras por meio de pagamentos de títulos públicos e a elegibilidade, há tempos reivindicada, dos subalternos das Forças Armadas (GORENDER, 2014, 70). Em resposta a esses acontecimentos, no dia 19 de março, as forças reacionárias com furiosa pregação da derrubada do governo, realizaram, em São Paulo, a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com uma estimativa que varia de 200 a 300 mil pessoas. Esse episódio foi, todavia, um indicativo da possibilidade do golpe que estava sendo articulado. A partir desse contexto, vários acontecimentos e manobras começam a dar forma a nova conjuntura que desencadeia.

No dia 31 de março de 1964, o General Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, mobilizava as tropas de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, onde se encontrava o Presidente da República. A maioria dos governadores das Unidades Federais não hesitou em aderir ao movimento golpista e no dia 1º de abril, com uma intensa articulação das forças reacionárias, o golpe que assolava o país desde 1961, era de fato consumado. (BOTOSSO, 2006, p. 26). Este buscou legitimar-se junto a segmentos expressivos de parte da sociedade que se sentia ameaçada por um suposto avanço do comunismo, do sindicalismo e da corrupção. O suporte civil vinha do empresariado nacional e multinacional, oligarquias rurais, setores da classe dominante, grande imprensa, instituições religiosas, etc.

O golpe civil-militar foi, de modo geral, uma resposta desses setores dominantes, citados acima, a uma possível ameaça comunista, em decorrência do contexto político que o país vivia desde o início dos anos 60, devido às ideias de reformas e mudanças sociais que tomavam conta não apenas do cenário brasileiro, mas de grande parte dos territórios latino-americanos, que tinham como referência a Revolução Cubana de 1959. Jacob Gorender reafirma essa linha de pensamento ressaltando que nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário preventivo.

(...) no final de 63, as classes dominantes tiveram clara percepção da ameaça aos seus privilégios e a eliminaram pela força armada, violando a ordem constitucional que elas próprias haviam instituído (GORENDER, 1998, p. 28).

O novo regime que se inaugurava não esperou sua formalização para dar início à onda repressiva que marca todo o período da ditadura civil-militar. Desde o primeiro dia, os diversos

comandos militares procederam a centenas de prisões, e os alvos principais eram pessoas ligadas a partidos e organizações de esquerda. Como podemos observar

Desde as primeiras horas, uma perseguição violenta atingiu sobretudo indivíduos e organizações mais identificados como esquerdistas, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). “Sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos tiveram suas diretorias depostas. Milhares de pessoas foram presas. Segundo a embaixada norte-americana, nos dias seguintes ao golpe, prenderam-se em torno de 5 mil pessoas, e a ocorrência de brutalidades e torturas foi comum.”¹⁴

O golpe de 1964 introduziu uma mudança radical na base da organização política do país. O fim das liberdades democráticas, a repressão e o terrorismo de Estado¹⁵ foram práticas cotidianas, sendo formuladas através de uma bem arquitetada estrutura legislativa, que dava sustentação legal ao regime militar. Após o golpe civil-militar, o Brasil iniciou uma longa ditadura que perdurou até o ano de 1985. A ditadura civil-militar desde seu início buscou legitimar-se; os Atos Institucionais são parte desses mecanismos de legitimação e legalização, bem como a Doutrina de Segurança Nacional. A ditadura civil-militar aperfeiçoou um sistema repressor complexo, que permeava as estruturas administrativas dos poderes públicos e exercia total vigilância sobre as principais instituições, partidos e organizações da sociedade brasileira. Erigiu-se também uma burocracia de censura que intimidava ou proibia qualquer tipo de manifestações identificadas como hostis ao regime (CNV, 2014, p.102). Em suas práticas repressivas, fazia uso de maneira sistemática e sem limites dos meios mais violentos como a tortura, o desaparecimento e o assassinato.

1.1 A esquerda brasileira: divergência de táticas, diferentes projetos e a luta armada

Para trabalhar com o conceito de esquerda nesse trabalho será utilizado o termo como concebe Gorender, ou seja, como um conceito referido às práticas de ideias destinadas a um projeto de mudança social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Partindo deste entendimento, o termo esquerda sugere um sentimento de solidariedade, de doação de si pela coletividade, na coragem de acreditar em um mundo melhor (GORENDER, 2014, p.11).

A esquerda brasileira viveu, no início dos anos 1960, um momento de grande esperança e agitação política, principalmente no governo do presidente João Goulart, pois durante seu mandato houve uma nascente democracia política no país, os movimentos sociais se

¹⁴ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1, p 98).

¹⁵ O terrorismo de Estado é um conceito problematizado pelo professor Henrique Padrós, para mais ênfase ver: PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvanía (orgs.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p. 13- 36.

fortaleceram, as organizações dos trabalhadores, tanto do campo quanto da cidade, se politizaram, além disso, cresceram e se espalharam as discussões sociais, políticas e culturais.¹⁶ Segundo Gorender, o período de 1960-1964 marca o ponto mais alto da luta dos trabalhadores no país até então.

Mesmo com uma esquerda diversificada e com novas correntes que disputavam a preferência dos movimentos de massas, a principal força ainda vigente nesse período é o Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo uma grande ascensão e inserção sindical nos grandes centros industriais. Como afirma Sagatto, “registrando cerca de dois mil militantes em 1957, o partido passou a possuir vinte mil associados em 1963. A campanha pelo pedido de legalização do partido, três anos antes do golpe de 1964, dispôs de setenta mil assinaturas” (SAGATTO, 1995, p. 30). O PCB dispunha de quadros preparados e dedicados ao trabalho partidário, tinha grande abrangência no movimento operário, influência no movimento estudantil e no meio camponês.

No entanto, mesmo sendo uma referência a todas as organizações de esquerda na luta de classes, o PCB não preparou os seus militantes para um possível enfrentamento ao golpe que se desenhava, principalmente pela sua linha de atuação pacifista, privilegiando a tática do etapismo¹⁷, cuja revolução socialista deveria acontecer por etapas, sendo uma delas, a etapa institucional nacional-democrática. Em determinados momentos nessa conjuntura política, as alianças com o governo de João Goulart colocaram o Partido a reboque do interesse de outros grupos, fragilizando seu papel de vanguarda política da esquerda. Segundo Gorender, a direção do PCB tinha levado longe demais a aliança com o Presidente da República, negligenciando os aspectos negativos de sua política (GORENDER, 2014, p.53).

Instalado, o novo regime não encontrou nem as forças populares, nem o partido em condições de resistência imediata, impondo ao PCB e ao conjunto das forças democráticas e de esquerda mais um duro período de repressão e clandestinidade. Como mostra Gorender:

A vitória fulminante dos golpistas pôs a esquerda em fuga. A corrida aos abrigos improvisados impôs-se como primeira necessidade. Os vendedores não perderam tempo da rede de organizações em que se apoiava a FMP. Centenas de sindicatos caíram sob intervenção, as Ligas Camponesas foram dispersadas e as chamas de um incêndio televisionado queimaram a sede da UNE, na Praia do Flamengo. Cassações de direitos políticos, iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos policial-

¹⁶ BAGATIM, Alessandra. Personagens, trajetórias e histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional - Campinas, SP: [s. n.], 2006, p. 9.

¹⁷ Segundo Sagatto, o projeto político do PCB assumiu um nítido caráter nacional-reformista, em total consonância com as diretrizes soviéticas, apontando cada vez mais para uma aliança de classes, principalmente com a burguesia nacional. Essa concepção ficou conhecida como “etapismo”, ou seja, a revolução socialista deveria ser precedida por etapas anteriores e evolutivas, como por exemplo, a etapa democrática-burguesa ou revolução democrática-nacional. SEGATTO, José Antônio. Breve História do PCB. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

militares e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do serviço público civil mais de dez mil pessoas. Não havia lugar para os milhares de presos e foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídios, no Rio e em Santos. Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado. (GORENDER, 2014, p. 79)

O Partido recomposto definiu uma linha de ação centrada na recusa de qualquer proposta que não envolvesse ações políticas de massas. A recusa ao foquismo¹⁸ e as várias formas de luta armada no combate a ditadura que se estruturava, custou ao PCB a perda de importantes dirigentes e de sua própria referência na luta de classes. Grande parte da desarticulação da esquerda e da sua fragmentação derivou de propostas teóricas e projetos distintos. “A luta interna no PCB acentuou-se, especialmente em função das divergências quanto às estratégias para combater a ditadura e das críticas ao que seria o “pacifismo” e imobilismo do Partido: a insatisfação (...) forjou o surgimento das chamadas “Dissidências Comunistas”¹⁹

Ainda sobre a não resistência organizada imediata ao golpe, Gorender apresenta as possibilidades que a esquerda tinha de tentar barrar esse processo:

No dia 31 de março, a situação não era ainda favorável aos golpistas do ponto de vista estritamente militar. Teria sido possível paralisar o golpe se, ao menos, alguma ação viável de contraofensiva imediata fosse empreendida. Sabe-se que Lacerda só contava com defesa muito precária no Palácio Guanabara. A tomada do Palácio pelos fuzileiros navais seria operação relativamente rápida e de enorme repercussão moral. O mesmo efeito de paralisia teria a dispersão dos recrutas, que desciam de Minas, por uma esquadrilha de aviões de bombardeio. A força-tarefa naval dos Estados Unidos, mobilizada no Caribe pela operação chamada Brother Sam, não alcançaria Santos antes do dia 11 de abril. Não trazia contingentes de desembarque e o seu objetivo era o do efeito de demonstração e o de apoio aos insurretos com armas, munições e combustível, na previsão de guerra civil prolongada. Já envolvidos na escalada da guerra do Vietnã, não seria fácil aos Estados Unidos manter uma Segunda frente no Brasil. Havia tempo para preparar condigna recepção de repúdio à força-tarefa norte-americana, tanto do ponto de vista militar como da mobilização das massas populares. (GORENDER, 2014, p. 74)

Nesse sentido, Gorender apresenta parte dos erros que culminaram nesta derrota, ressaltando a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefes personalistas, as insuficiências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões reboquistas e as incontinências retóricas, entre outros elementos que em conjunto explicam o fracasso da esquerda (GORENDER, 2014, p. 75). A falta de autocrítica e avaliações no curso da história da esquerda e do próprio período em questão, aliada a outros equívocos, fez com que a esquerda passasse por um processo de dismantelamento, pagando um preço alto pelos seus erros.

¹⁸ O **foquismo** é uma teoria revolucionária inspirada por Che Guevara e desenvolvida por Régis Debray. Foi adotada, nos anos 1960, pelos grupos armados de esquerda e consistia, basicamente, em criar focos como forma de enfraquecer o imperialismo.

¹⁹ GASPAROTTO, Alessandra. Fontes sobre as organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil, caracterização e possibilidades de investigação. Acervo, Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jan a jul. de 2004, p.168. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/466>

“Além das dissidências do PCB, no período surgiram, fundiram-se, fragmentaram-se e desapareceram inúmeras organizações” (GASPAROTTO, 2014, p.168) A esquerda brasileira do pós 64 tornou-se um verdadeiro mosaico. A pluralidade dos caminhos e formas adotadas no seu projeto de luta e resistência à ditadura civil-militar é parte consequencial desse processo. Mesmo como os erros apontados, a esquerda se debruçou nos anos que se seguiram em opor-se ao governo ditatorial. Todos propunham a necessidade desse enfrentamento, independente dos projetos políticos diferenciados que davam base a cada grupo ou movimento, desde projetos revolucionários nacionalistas, como o comandado por Leonel Brizola, passando pela proposta do PCB de revolução pacífica, nacional e democrática e até mesmo os que acreditavam e propunham uma revolução socialista, pregando as ações armadas. Pode ser visto nesse período o surgimento de pelo menos quarenta organizações de esquerda. Como podemos observar em Rezende²⁰:

Das quais as mais importantes foram: o que restou do PCB, o PCdoB, a AP, a Polop e o POR (T). Todos esses já existentes antes do golpe, embora o PCB mantivesse a hegemonia na esquerda comunista. Perdendo a hegemonia, o PCB se dissolve na Ação Libertadora Nacional (ALN), a guerrilha mais bem qualificada no período, no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), encabeçado por Mário Alves e Jacob Gorender, no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8) – que foi composto pelas Dissidências Estudantis do PCB – e nas Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Na fratura dentro da fratura, a ALN se dissolve na Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente) e no Movimento de Libertação Popular (Molipo). Na fratura da Polop, ressurgem o Partido Operário Comunista (POC), surgem a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Comando de Libertação Nacional (Colina); e da fusão dessas duas últimas tem-se a Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares (VAR), que também se divide em Dissidência da VAR-Palmares (DVP). Do PCdoB surge a Ala Vermelha (ALA); e, dessa última, uma fratura leva à criação do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) – lembrando o nome do extinto movimento de Francisco Julião – e do Movimento Revolucionário Marxista (MRM). O Partido Comunista Revolucionário (PCR) também é uma pequena fração do PCdoB. A AP, outrossim, não foi imune às fraturas; e, ao se aproximar do movimento comunista, uma fração dela se separa com o nome de Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). (REZENDE, 2010, p. 62)

Segundo o autor, esses grupos e tantos outros menores não se desenvolveram e acabaram sendo derrotados pela ditadura, ao ponto que em menos de sete anos a esquerda tão numerosa veio a se tornar inexpressiva.

O uso da força era uma das bases principais da ditadura civil-militar e se intensificou ainda mais na contenção dos levantes dos grupos armados que começaram a se espalhar pelo país. A ditadura civil-militar torturou, desapareceu, prendeu e exterminou centenas de pessoas. Todas as formas de enfrentamento foram abafadas e esmagadas, conforme podemos ver alguns

²⁰ REZENDE, Claudinei Cássio. Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

dados sobre essa cadeia de comando da repressão encontrados no Volume 1 do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade:

Nos anos seguintes à queda do presidente João Goulart, de 1964 a 1968, ocorreram 45 mortes identificadas pela CNV, correspondentes a 23% do total de mortos por execução, no período de 1946 a 1988. A promulgação do Ato Institucional no 5 (AI-5), em dezembro de 1968, dinamizou a ação dos órgãos repressores, e a execução passou então a ser meio recorrente de eliminação de adversários políticos do regime. De 1969 a 1974, o número de mortos atingiu a cifra de 98 vítimas. Trata-se do período mais violento da ditadura militar, que buscou exterminar as organizações da esquerda. O número de mortes durante esses anos representa 51% do total. No final de 1974, a maioria das organizações da esquerda armada se encontrava em situação precária e sem condições de ação. Os anos que se seguiram testemunharam o início do debate para uma possível anistia e coincidiram com uma diminuição do número de mortes. De 1975 a 1979, foram 28 casos (15% do total), tendência acentuada de 1980 a 1985, com nove mortes (5%). (CNV, 2014, p. 439)

Esses crimes foram praticados dentro da complexa estrutura constituída no interior do aparelho estatal, ou com a vítima sob custódia do Estado, ainda que fora de uma instalação policial ou militar, ou em locais clandestinos de tortura e execuções (CNV, 2014, p. 441). A grande maioria dessas mortes ocorreu em decorrência de tortura, quando os presos eram submetidos a longos interrogatórios. A ação de repressão que teve como resultado as execuções e mortes sob tortura se dirigiu sobretudo contra militantes de organizações políticas e armadas. Como podemos observar nesse estudo de mortos e desaparecidos feito pela CNV, em relação às vítimas:

Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro (PCB), VAR-Palmares, Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Brasileiro Comunista Revolucionário (PCBR) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que, no conjunto, reúnem cerca de 50% do total. Entre os casos analisados pela CNV, 25% correspondem a pessoas sem militância política identificada e quase 2% a estrangeiros. O PCdoB e o PTB correspondem, cada um, a cerca de 3% do total de vítimas. Integrantes de algumas organizações, como Partido Social Democrático (PSD), Partido Operário Comunista (POC), Resistência Armada Nacional (RAN), Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G), Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), Movimento Trabalhista Renovador (MTR), Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Associação de Funcionários, somam cerca de 5% do total. (CNV, 2014, p.444)

Na ditadura civil-militar brasileira, a repressão política nunca foi exercida por um único órgão ou instituição. Houve a combinação de instituições distintas, com preponderância das Forças Armadas, além de papéis importantes desempenhados pelas Polícias Civil e Militar. Também ocorreu, sobretudo, a participação de civis, que financiavam ou apoiavam as ações repressivas. Essa forma de atuação foi incrementada, principalmente a partir de 1969, em especial em São Paulo, por meio da Operação Bandeirantes (Oban). E, depois, com os Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que se instalaram em várias capitais do país (CNV, 2014, p.112).

Para finalizar e termos um pouco mais de aproximação do que foi a atuação da ditadura civil-militar em nosso país, seguem os dados apurados que constam no Dossiê publicado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos:

Mais de 50 mil presos nos primeiros meses depois do golpe, 436 mortos e desaparecidos políticos no Dossiê de Familiares, uma quantidade não determinada de índios, 10.034 pessoas submetidas a inquérito e 7.376 indiciadas por crimes políticos, 130 banidos, 4.862 cassados, 6.952 militares atingidos, 1.188 camponeses e apoiadores assassinados, 4 condenados à pena de morte (que foi comutada; a ditadura executou vários, mas sempre fora da lei) e milhares de exilados²¹.

Em suma, o período da ditadura civil-militar instalada com o golpe de 1964 esteve associado a um quadro de violações massivas e sistemáticas de direitos humanos que foram praticadas por agentes públicos contra aqueles que discordavam politicamente da ditadura, e contra todos que pareciam ser, para às autoridades, obstáculos para os projetos do regime (CNV, 2014, p.278). As prisões, os desaparecimentos, as torturas, assassinatos e todas as formas de violação ao direito a vida não foram apenas práticas isoladas de alguns agentes da repressão, foram políticas organizadas e bem arquitetadas de Estado.

1.2 A resistência ao terror: Ribeirão Preto a síntese do conservadorismo

Situada à aproximadamente 300 km da capital paulista, a cidade de Ribeirão Preto, desde o fim do século XIX, foi se estabelecendo como importante centro econômico do país, especialmente em relação à economia agrária. Essa questão só potencializou com o passar do tempo.

A ditadura civil-militar em Ribeirão Preto, não atuou diferente dos demais territórios brasileiros. Longe de ser uma cidade pacata do interior, a ditadura civil-militar atuou com muita força na ex-capital da “República dos Fazendeiros”, que se destacou na História pelo perfil conservador e burguês.

No início da década de 1960, Ribeirão Preto também viveu um período de efervescência política influenciada pela conjuntura brasileira. Um dos episódios mais significativos deste período, foi a participação ativa da resistência em apoio à posse de Jango a presidência da república²². Um dos primeiros movimentos realizados na cidade foi a marcha dos universitários de Medicina da USP a favor da legalidade. A resistência a esse processo inconstitucional foi muito forte na área estudantil, onde os grêmios secundaristas decretavam greves e publicavam manifestos em jornais nacionalistas e de esquerda. O Centro Nacionalista Olavo Bilac, do

²¹ PAIVA, Rubens. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2014, p.4.

²² PAULINO, Leopoldo. Tempo de resistência. 4º edição, ed: Oswaldo Cruz Empreendimentos, 2001, p.

colégio Otoniel Mota, também fez seu protesto em defesa da posse de João Goulart, publicando um manifesto no jornal local *Diário de Notícias* nos seguintes termos:

Nesta hora grave na vida do Brasil, quando a fúria da violência ameaça bem de perto as instituições democráticas de regime e asfixia as liberdades dos brasileiros, o CENTRO NACIONALISTA OLAVO BILAC (...) exige com vigor e coragem o respeito à Constituição e a posse na presidência da república do Doutor João Goulart. Consideramo-nos em greve. De nada valerá a escola se nos faltar, na rua, a liberdade. (...). À greve, pois. Viva o Brasil. Viva a Constituição. Antônio José Moreira (presidente) Francisco de Biase (P. Geral) Regis de Castilho (Secretário) Militão M. Neto (2º Secretário) (PAULINO, 2001, p.31).

Os jornais nesse período tiveram um papel de grande importância, com destaque para *A Palavra*, que abarcava suas colunas pensamento das diversas correntes de fundamentação democrática: liberais, trabalhistas, nacionalistas, brizolistas, janguistas, comunistas do PCB, socialistas, entre outros²³. O jornal trazia em suas publicações manchetes que denunciavam a trama golpista, tendo um importante público em Ribeirão Preto. Como podemos observar em um dos exemplares este dizia “*repudiar veementemente os interesses escusos e inconfessáveis do grupo reacionário de falsos brasileiros que tentam vilipendiar e solapar a vigência de nosso regime democrático*”²⁴.

Houve também uma organização dos trabalhadores sindicais que se posicionaram com firmeza frente a esse contexto de instabilidade, realizando assembleias na UGT (União Geral dos Trabalhadores), associação histórica de influência pecebista, mas que congregava vários setores da esquerda.

O PCB local teve grande importância e influência nesse período de efervescência política e social. Um dado importante a ser destacado que mostra a força e protagonismo deste partido nos anos 60 na cidade, é o curto espaço de tempo entre a oficialização do partido no país (1922) e o início da organização deste primeiro núcleo em Ribeirão Preto (1923). Durante a sua existência, principalmente nos curtos períodos de legalidade, o PCB local deu ênfase e maior centralidade a questão agrária e aos trabalhadores rurais. O PCB apontou, no Manifesto de Agosto de 1950, o campesinato como o principal aliado do proletário para a implementação da revolução brasileira, sendo a reforma agrária uma das bandeiras mais importantes para estes trabalhadores. Contudo, foi a partir do IV Congresso do Partido, em 1954, que os debates relacionados a reforma agrária passaram a estar articulados com a linha política do PCB (BAGATIM, 2006, p. 27).

²³ MARINO, Divo. Orquídeas para Lincoln Gordon: depoimento sobre o golpe de 64. Ed: Legis Summa Ltda., 1998, p, 10.

²⁴ Manifestos de estudantes em Ribeirão Preto. *A Palavra*, 28 de agosto de 1961, apud BAGATIM, 2006, p.42.

Depois destas definições o PCB local potencializou o seu trabalho no meio rural e encontrou um espaço amplo de atuação, já que Ribeirão Preto tinha uma importância econômica muito significativa dentro do estado de São Paulo e do Brasil. A correlação de forças e antagonismo de classes se expressava de modo gritante neste território basicamente agrícola e que abrigava um número grande de trabalhadores rurais. As condições concretas de trabalho de base ali estavam estabelecidas- já que os trabalhadores envolvidos por essas contradições, condições de vida e trabalho, buscariam caminhos onde pudessem se fortalecer e o PCB buscou sintetizar e transformar essas demandas e anseios em lutas. Como podemos ver em Alessandra Bagatim:

Assim, no decorrer da década de 1950, a atuação do PCB de Ribeirão Preto deu-se, basicamente, através da luta junto aos trabalhadores rurais, luta está feita a partir de lideranças pecebistas vindas também do meio rural, como foi o caso de Arlindo Teixeira, Antônio Giroto, Nazareno Ciavata, Natal Siviero e Irineu de Moraes. (BAGATIM, 2006, p. 28)

O nome de maior destaque na luta junto aos trabalhadores rurais em Ribeirão Preto foi o do pecebista Irineu de Moraes, o Índio. Segundo ele:

O trabalho era realizado através de um processo lento e gradual. Primeiro era preciso ganhar a confiança dos lavradores, “comer com eles”, como ele se expressa, e depois conhecer quais eram suas reivindicações, já que o interesse de um pequeno sítante era diferente do interesse de trabalhadores assalariados, como os cortadores de cana-de-açúcar, por exemplo. Com o trabalho de levantamento das reivindicações, já era possível começar a falar sobre a importância da formação de associações ou sindicatos (...) (MORAIS, APUD BAGATIM, 2006, p.33).

Quando Jânio Quadros renunciou à presidência da república, foi realizado em Ribeirão Preto um comício em favor da posse de João Goulart. O PCB conhecendo o prestígio de Irineu entre os trabalhadores rurais, pediu para que ele mobilizasse esses para somar e fortalecer o movimento que tentava assegurar o processo legal e constitucional. Irineu relata que:

Em Ribeirão Preto tinha um comício marcado para a posse do Jango. (...). Então, a gente resolveu entrar em greve e organizar uma caravana de camponeses para apoiar o movimento, o comício de Ribeirão. Entraram em greve e pararam cinco usinas. Os usineiros ficavam loucos porque a greve começou em pleno meio da safra – greve prejudicial mesmo. Os usineiros não entendiam o que os trabalhadores queriam. A greve era pela posse de Jango e desse jeito não havia nada para discutir com os fazendeiros, os usineiros (...) uma greve puramente política, que não tinha nada a ver diretamente com os usineiros (MORAIS, apud BAGATIM, 2006, p.34).

Não é intenção, no entanto, deste trabalho descrever todo o processo de trabalho e luta do PCB local junto aos trabalhadores rurais²⁵, e sim destacar a importância desses atores, tanto

²⁵ Informações mais detalhadas sobre essa relação encontram-se na dissertação de mestrado de Alessandra Bagatim, e para maior aprofundamento as referências bibliográficas encontradas nesse mesmo trabalho.

do Partido, quanto dos trabalhadores, neste contexto de luta e resistência frente ao golpe civil-militar que se avizinhava.

Neste contexto, onde os movimentos sociais se fortaleciam, os trabalhadores rurais se organizavam e um rico debate teórico ideológico se tornava mais presente em todo o país, um novo sujeito entre em cena: os estudantes. Durante todo o período de pré-golpe e, posteriormente, de 21 anos de ditadura civil-militar, os estudantes (secundaristas e universitários) estiveram presentes na luta e resistência á ditadura civil-militar sendo, muitas vezes, protagonistas desse processo.

Em Ribeirão Preto não foi diferente. Muitos destes estudantes começaram a se envolver em movimentos que iam desde a criação de Centros Acadêmicos ou a organização de protestos contra diretores com posturas autoritárias, até a criação de jornais estudantis, a participação em discussões referentes às reformas de base ou o envolvimento com a União Estadual dos Estudantes (UEE). Nas escolas, nas faculdades, nos grêmios estudantis, nos centros acadêmicos, nas rodas de amigos, nas ruas, os temas da vida pública, a política, a questão social, faziam-se amplamente presentes entre esses estudantes.

Essa intensa participação dos estudantes começou a preocupar muitos setores conservadores da cidade. Depois do golpe civil-militar, essa preocupação aumentou ainda mais, tanto foi que os agentes do DOPS fizeram um levantamento para saber quais tinham sido as implicações do golpe no meio universitário. Visando, de certa forma, analisar a grande possibilidade de foco de resistência neste território. No resultado deste relatório, feito em três cidades da região, constou que apenas em Ribeirão Preto esse processo teve impacto significativo (BAGATIM, 2006 p.43).

(...) Ribeirão Preto (...) foi a única a apresentar acontecimentos importantes. (...) como diz o próprio prefeito, Ribeirão Preto teve sua história marcada pelo ciclo do café e agora vive o ciclo universitário. Computando todos os cursos, do primeiro aos superiores, há cerca de 50 mil estudantes na região ribeirão-pretense. Medicina: 550 alunos Filosofia: 80 alunos Farmácia: 80 alunos Odontologia: 130 alunos Direito: 427 alunos Ciências Econômicas: 450 alunos Na Delegacia Regional de Polícia toda ação repressiva está entregue ao delegado regional Celso Camargo de Azevedo e ao delegado adjunto Sr. Leonel Abrahão, auxiliado por Renato Ribeiro Soares. Na faculdade de medicina são acusados de terem atentado contra a segurança nacional: Antônio Reis Villalobos, a instrutora de psicologia Hena Schwartzburg, o professor Clarimundo Alves de Souza Filho e o professor Luiz Carlos Raya. Faculdade de Filosofia: nenhuma anormalidade. Faculdade de Farmácia e Odonto: nenhuma anormalidade. Na faculdade de Direito estão detidos José Carlos Longo, Rubens Pires Rebelo, José Adolfo Granville Ponce e Wilson Gameiro. Nas demais faculdades não houve nenhuma anormalidade.²⁶

²⁶ Dossiê 50 – Z. Pasta 298 – 8. Documento 1299. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo, APUD BAGATIM, 2006, p.43.

Mesmo com toda essa movimentação e resistência, Ribeirão Preto não perdeu a sua síntese de caráter conservador, pelo contrário, sempre foi um foco de insatisfação frente ao governo de João Goulart e suas propostas. A expressão maior desse descontentamento aconteceu em março de 1964, quando um panfleto se tornou a “marca simbólica” da crise institucional, onde um grupo fascista organizou um núcleo local do MAD (Movimento Ativo Democrático) que lutava pela derrubada do governo constituído, tendo tal grupo iniciado um movimento contra os jornais *A Palavra*, *Diário da Manhã* e *Diário de Notícias*, pressionando as empresas locais para que não anunciassem em tais periódicos, com a finalidade de sufocá-los (PAULINO, 2001, p. 20). Ribeirão Preto foi inundada por raivoso panfleto publicado pelo, até então tradicional, jornal *A Cidade*, sob responsabilidade do MAD, que dizia agir pela religião, pela democracia e contra o comunismo. Esse manifesto, como expressão maior de um momento de antagonismo de classe e correlação de forças, merece ser divulgado na íntegra:

O cidadão brasileiro patriota reaja ativamente à infiltração comunista que está sufocando o Brasil. O comodismo é convite ao comunismo. Reaja ativamente contra essa minoria atuante e barulhenta que deseja a destruição da família, da religião e da liberdade. Você sabia que Pernambuco, sob o governo cripto-comunista de Arraes, está com uma média de duas greves por dia? Você sabia que os seus capangas armados transitam livremente dentro dos quartéis da polícia pernambucana? Você sabia que já pediram terras, assassinado os proprietários e as famílias naquele Estado? Você sabia que há distribuição grátis pelo governo pernambucano, de cartilhas comunistas editadas na China em português? Você sabia, enfim, que Pernambuco vive num clima intenso de ódio, agitação e insegurança? Você quer isto para São Paulo? Pois bem, está situação virá, e brevemente, se você não agir, se não sair do seu comodismo e enfrentar esta ameaça e desafio dos comunistas. Não é como apaziguamentos, conformismos, achando que são pessoas mal orientadas e bem intencionadas, que pregam intensamente subversão, que vamos continuar na democracia. O Brasil atualmente é um país de contrastes, onde os senadores trocam tiros, os generais fazem discursos, e o governo prega a subversão e a oposição defende a legalidade. Você sabia que o partido comunista de todos os países do mundo não tem presidentes e sim secretários, porque o presidente está na Rússia? Carlos Prestes é secretário de um partido estrangeiro, cujo fim é dominar o Brasil. É um traidor autêntico. Vamos reagir ativamente começando por cancelar, devolver e não anunciar em jornais comunistas, ou jornais que fazem o jogo dos comunistas, ou jornais Brizolistas (falsos nacionalistas), ou jornais confucionistas que acende uma vela a Deus e outra ao Diabo. Anunciar e apoiar estes pasquins é o mesmo que dar corda para se enforcar e incentivar a propaganda comunista desagregadora. O M.A.D. não é contra homens, e sim contra ideias exóticas que desejam nos destruir; assim sendo, se estes jornais mudarem de orientação, terão imediatamente o nosso apoio. Não temos cor partidária, mas interesse na defesa dos princípios democráticos. Vamos apoiar o MAD, vamos reagir, vamos lutar pela democracia, que é o regime do homem para o homem e pelo o homem. (MARINO, APUD Arq. D.M 02).

Indiretamente o manifesto do MAD atingiu o objetivo colimado: com o passar dos anos até o *Diário da Manhã*, o decano de centenária história, deixou de existir em Ribeirão Preto. Foi a morte anunciada mais demorada. Atravessou agônico todo o período da ditadura. *O Diário de Notícias* desapareceu pouco tempo depois de vir à luz o panfleto do MAD. E o alternativo *A Palavra*, fundado em 1961, foi o primeiro a deixar de circular (MARINO, 1998,

p.10). Esse panfleto, apesar de sua origem anônima, retratou com fidelidade o pensamento político-social de um influente setor da sociedade ribeirão-pretana.

Ao passo, que cresciam os movimentos de reivindicações dos trabalhadores rurais, a movimentação nos meios estudantis e os debates políticos próprios deste período, crescia também a articulação dos representantes dos setores conservadores e de elites da cidade, como intuito de impedir a proliferação e articulação dos movimentos e grupos sociais e políticos. Um trecho de uma pesquisa realizada pelo Frei Rolim, faz-se importante para entendermos quem eram esses representantes da classe dominante de Ribeirão Preto.

Quem, afinal, manda em Ribeirão? Existem algumas famílias tradicionais importantes. Baseiam sua fortuna em atividades rurais (Usinas e fazendas). Os Biagi são um exemplo. Outro, as famílias Meirelles e Junqueira. Um terceiro tipo seria a família Marchesi. Além de basear-se no trabalho agrícola (tem 3 usinas de açúcar) apresenta-se como um grupo empreendedor na cidade. Banco e firma de automóveis (venda, consertos, lubrificação, etc.). A Família Meirelles e Junqueira estão ligadas por laços de matrimônio, o mesmo ocorrendo com os Biagi e Marchesi. Outro grupo existente seria o de comerciantes locais. Inclui-se neste várias famílias de descontentes sírios ou "turcos", que, juntamente com outros, "unem-se sempre nas decisões importantes (ROLIM, apud BAGATIM, 2006, p. 144).

Outro movimento que sintetiza o perfil conservador de Ribeirão Preto- muito semelhante ao já citado movimento do MAD- e que mostra a grande influência que a classe dominante exercia sobre a população, bem como a sua participação no golpe civil-militar foi a chamada *Campanha Pró-Moralização dos Costumes*, inaugurada na sede da ACIRP (Associação dos Comerciantes e Industriais de Ribeirão Preto), que em conjunto com o movimento *Rearmamento Moral* de São Paulo, atuaram supostamente em prol do bem da humanidade. Segundo Daniel Mattu, um dos membros deste movimento (BAGATIM, 2006, p. 50).

O Rearmamento Moral poderia ser definido como uma “terceira força”, ou uma terceira via entre o comunismo e o capitalismo, já que objetivava atingir o bem-estar de toda a humanidade através de quatro princípios autênticos: pureza, honestidade, altruísmo e amor absoluto, cujo objetivo nobre era “o bem estar de toda a humanidade (BAGATIM, 2006, p.51).

Dessa forma, sobre o véu do moralismo, contra os comunistas e na defesa da família é que o Rearmamento Moral era apresentado. Fazia parte de uma articulação dos empresários contra as reformas propostas por Goulart e era apoiado pelo complexo IPES/IBAD. Trechos dos discursos deste movimento serão apresentados para termos claro que sua propaganda era contra o comunismo e em defesa da intervenção militar.

Nós estamos em guerra. (...) Duas ideologias disputam, atualmente, o mundo. Uma é o Rearmamento Moral, que acredita que a mente de Deus deveria controlar o mundo através da transformação da natureza humana; e a outra é o comunismo, que acredita que a mente do homem deveria controlar o mundo através da exploração da natureza humana. Uma ou outra deverá vencer. O Comunismo é uma ideologia. Quer dizer, é uma ideia que domina o todo de uma pessoa – seus motivos, seu pensamento, sua

maneira de viver (...), por conseguinte, ele não pode ser superado, exclusivamente, no nível militar e econômico. O comunismo tem um plano para apoderar-se de nosso país (...) nós mesmos não percebemos que nossas mentes estão sendo submetidas à lavagem do cérebro através de muitas coisas que lemos na imprensa de todos os partidos, do que vemos na televisão ou no teatro, do que ouvimos no rádio e até mesmo de alguns púlpitos. (...) O Rearmamento Moral é uma ideologia superior, com uma estratégia superior (...) é muito mais do que a resposta ao comunismo. É a ideia revolucionária que está pondo em ordem o que está errado e está dando a todas as nações a liderança incorruptível e inspirada, única capaz de criar uma vida plena e livre para cada nação. (...) A única coisa que pode defender nosso hemisfério, agora que enfrentamos o maior perigo de nossa história, é um armamento ideológico. A tarefa de todos nós é a de promover o avanço do Rearmamento Moral em todo o hemisfério e no mundo inteiro. (...). É o Rearmamento Moral ou o comunismo. (...) A luta é entre Cristo e anticristo. Escolheis hoje a que quereis servir.²⁷

Em resposta a essa publicação, o Jornal *A Palavra* faz sérias críticas ao Rearmamento Moral e à Campanha Pró-Moralização dos Costumes.

FBI trabalha no Brasil organizando polícia para combater compatriotas! (...) imperialistas americanos combatem o povo brasileiro com todas as armas: Polícia, Rearmamento Moral, IPES – Vergonha para o Brasil! (...) os americanos atuam com outras armas: assim fundaram o "Rearmamento Moral", movimento a serviço do imperialismo, bem como o IES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Os americanos, contra a América Latina, jogam a última cartada e usam de todas as armas!²⁸

Em 1963 outro movimento entrou em cena na luta contra a “corrupção” e o “comunismo”, foi o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) integrado, em sua maioria, por mulheres ricas que buscavam a defesa “do lar”, “da família” e “da sociedade”. Embora o MAF de Ribeirão Preto fosse guiado por estes princípios, sua procedência, reivindicações e a composição de sua diretoria nos permitem afirmar que havia outros objetivos, como o interesse em manter a influência que suas famílias exerciam na sociedade e, conseqüentemente, seus valores e poder (BAGATIM, 2006, p.53).

A participação da classe dominante de Ribeirão Preto no contexto do golpe e durante todo o período da ditadura civil-militar é apenas uma fração do que aconteceu em todo o país. Hoje temos uma clareza maior em relação ao envolvimento e financiamento de grandes empresários e empresas neste processo. O golpe em Ribeirão Preto foi civil e militar. Como afirma Áurea Moretti

Eu pessoalmente não sabia, mas sei que tinha nomes de quem financiava. Os grandes empresários, os grandes usineiros, que os descendentes hoje estão todos por aqui. Os que eram crianças, e agora são os donos. Porque não era à toa que os policias batiam tanto na gente (MORETTI, APUD O Berro, 2014, p 18).

²⁷ Ideologia e coexistência. Diário da Manhã. Ribeirão Preto, 22 de abril de 1962, p. 6-8, APUD BAGATIM, 2006, p.

²⁸ FBI trabalha no Brasil organizando polícia para combater patriotas, A Palavra, Ribeirão Preto, 16 de abril de 1962, p.52 Apud BAGATI, 2006, p.52.

Esses episódios que retratam o ódio e a violência de uma parte influente da sociedade ribeirã-pretana mostram com clareza o cenário em que o país vivia antes do golpe, que não demorou a se estabelecer. O golpe civil-militar, e os novos rearranjos políticos que ele possibilitou ou fortaleceu, significou uma vitória aos representantes das classes ricas que se empenharam na luta anticomunista e na derrubada do governo Goulart.

No dia do golpe, não houve foco de resistência em Ribeirão Preto; a UGT, histórico patrimônio dos trabalhadores e de setores da esquerda, estava de portas fechadas (PAULINO, 2001, p.22). Quase nada se soube da iniciativa dos 24 mil Grupos dos Onze organizados em todo território nacional liderados pelo ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Alguns dias depois do golpe, dois lavradores apresentados como chefes de Grupos dos Onze, que residiam na Fazenda Limeira, no município de Jardinópolis, denunciaram à imprensa de Ribeirão Preto que “mais de quinze policiais, armados com metralhadoras, invadiram cinco casas de trabalhadores rurais (...) a procura de armas apropriadas à guerra revolucionária” (MARINO, 1998, p.62). Botosso esclarece esse episódio:

Através de denúncia de que aproximadamente 50 trabalhadores daquela fazenda habitualmente escutavam, através do rádio os discursos do deputado Leonel Brizola, os policiais chegaram em duas peruas e um *jeep*, ostentando forte armamento automático, como se estivessem em uma verdadeira operação de guerra. Em seguida, adentraram invectivamente nas casas dos trabalhadores, aterrorizando as crianças e esposas dos lavradores que se encontravam naquele local. Os agentes policiais estavam à procura de um possível núcleo dos Grupos dos Onzes. (BOTOSSO, 2006, p. 23)

No dia 1 de abril- e não é mentira- o golpe era um fato consumado. A situação em Ribeirão Preto era desoladora, como em todo o país. Houve cassações, prisões e torturas contra os que se rebelaram ao regime imposto, desde o primeiro dia do golpe. Como afirma Leopoldo Paulino “em Ribeirão Preto, diversos opositores da ditadura foram presos enchendo-se as celas de comunistas, socialistas, democratas e nacionalistas de distintas classes sociais” (PAULINO, 2001, p.24).

Após o golpe civil-militar, os apoiadores da nova “ordem” instituída viriam dos mais diversos segmentos da sociedade. No dia 2 de abril, foi realizada uma das maiores manifestações já ocorridas no país. Os vitoriosos foram às ruas para participar da *Marcha da Vitória com Deus pela liberdade*, onde mais de 500.000 pessoas estiveram presentes no ato. Em Ribeirão Preto, como em quase toda cidade caracterizada como centro regional, a classe patronal organizou marchas semelhantes. Sebastião Botosso, ex-sindicalista relata esse episódio:

Tanto eu, como todos aqueles que participaram desta marcha de apoio à nova ordem, fomos “convidados” por políticos e pelo SESI (Serviço Social da Indústria). Hoje eu

percebo que uns participaram de forma consciente e outros inconscientemente, sem saber o que estava por trás daquilo. Mas a maioria dos trabalhadores sentia-se convocados pelo seu patrão, às vezes temendo algum tipo de represália no emprego caso não participasse do ato político (BOTOSSO, APUB BOTOSSO, 2006, p.38).

A síntese do conservadorismo em Ribeirão Preto, no entanto, aconteceu em 20 de abril de 1965, onde o vereador Aloízio Oláia Paschoal promoveu o Projeto de Lei 308, que concedia o título de “cidadão Ribeirão-pretano” ao embaixador norte-americano Lincoln Gordon (MARINO, 1998, p. 105). O projeto de lei, que dizia: “por se pretender homenagear aquele que vem enviando esforços no sentido de prestigiar o nosso Município, através da Aliança para o Progresso”, foi aprovado pela maioria dos vereadores da Câmara Municipal, que avaliaram, com o voto, a vontade de partes de setores significativos da política da cidade em reverenciar o representante do imperialismo norte-americano no Brasil.

Enquanto as oligarquias e a elite local preparavam as festividades de entrega ao Embaixador norte-americano do título de cidadania honorária, as forças de esquerda organizaram uma manifestação de repúdio a sua presença e protestavam contra a sua vinda. Parte dos organizadores seriam os futuros integrantes das FALN (BOTOSSO, 2006, 53). Segundo Leopoldo Paulino, “o PCB organizou eficiente campanha de denúncia à população sobre o significado daquela visita, por meio de panfletos e pichações que ocuparam os muros da cidade: FORA, MR. GORDON” (PAULINO, 2001, p.41). O episódio foi relatado por Áurea Moretti, futura militante das FALN:

Eu me lembro que lá estava a faculdade de Medicina, de Direito... havia um representante de cada faculdade. Era uma reunião no Pinguim. Estávamos tomando chope numa espécie de farra, mas só que não era farra, nós estávamos organizando uma recepção para o Lincoln Gordon, que viria dos EUA. O prefeito Gasparini estava trazendo-o para a cidade nós estávamos organizando uma “festinha” para receber o homem. Eu me recordo do Vanderley (Caixe) careca, com a boina do Direito e eu com a boina da Filosofia. Aí nós organizamos a “festa” pro Lincoln Gordon. Eu sei que o Vanderley até soltou bomba *molotov* lá no clube Recreativa, onde iriam recepcionar o homem. E nós, meninas, ajudamos a fazer as faixas, os cartazes e os bonecos. Os bonecos representavam o embaixador enforcado, que era pendurado nos postes e fios. O Patrocínio dos Santos, um antigo comunista, ensinou os meninos a jogar os bonecos nos fios elétricos, de maneira que só os bombeiros conseguiriam tirar. Então, eles pegaram o roteiro que o Lincoln Gordon ia fazer, do aeroporto à prefeitura, o roteiro inteiro, pois não havia outro caminho, outra via de acesso naquela época. Tudo foi preparado para a recepção com a intenção de acabar moralmente com ele. Nos bonecos, estavam escritos: Fora Gringo! Abaixo a Ditadura! Não deu tempo para os bombeiros tirarem os “enfeites” e o homem passou por tudo. Havia também pichações nas paredes e nos muros. Organizávamos a operação da seguinte forma: saíam geralmente os meninos, poucas meninas participavam, porque naquela época mulher não saía à noite na rua, aquela que saísse era considerada prostituta, etc. É claro que alguma ou outra companheira ia, mas, essencialmente, eram os meninos que saíam com as latinhas de tintas e o pincel na mão, à noite, com um grupo fazendo a segurança. E nós, meninas, ficávamos nos serviços internos, como eu, que fiquei nessa noite como telefone recebendo ligações para saber se alguém tinha sido pego. A pessoa que não avisasse ou não retornasse, nós avisávamos aos seus familiares. Isso porque nós nunca poderíamos ir numa delegacia, senão acabávamos ficando por lá. Aquilo era uma verdadeira loucura. (MORETTI, apud BOTOSSO, 2006, p. 53).

O ano de 1966 ficou marcado por ter sido aquele em que se afirmou a ditadura civil-militar, mas também em que os partidos políticos de esquerda e o movimento popular, já “recuperados” do efeito causado pela velocidade com que o golpe se consolidou, começaram a se aglutinar. Os partidos e organizações de esquerda começaram a trabalhar com uma estrutura clandestina. Em Ribeirão Preto, estudantes começaram a protestar contra a ditadura, fazendo manifestações em espaços públicos e denunciando a ditadura civil-militar pelos muros da cidade.

Desse modo, a resistência a esse processo imposto pelo golpe em Ribeirão Preto sempre esteve presente, sobretudo no meio estudantil. O ativo ME desenvolveu papel fundamental nesse processo de repúdio a ditadura civil-militar. Com o seu estabelecimento tem-se início aos acordos com o a governo norte-americano, entre eles, o MEC-USAID, que previa o fim gradativo do ensino público, uma tecnização do ensino em geral, bem como a entrega das universidades a serviço das grandes empresas, principalmente as multinacionais (PAULINO, 2001, p. 50). Acordo que, por sua vez, intensificou as mobilizações protagonizadas pelo movimento estudantil e no dia 22 de setembro de 1966 a UNE decretou o *Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura*, desencadeando grandes manifestações por todo o país. Leopoldo Paulino, partícipe dos acontecimentos da época, mais tarde integrante da ALN, descreve esse episódio:

O Comando do movimento decidiu, em Ribeirão, pela passeata no centro, na tarde do dia 21 de setembro (...) de imediato, a massa compacta de estudantes, que totalizava mais de duas mil pessoas, subiu em bloco e velozmente a Rua São Sebastião, em direção à Praça Barão do Rio Branco, no Paço Municipal, em grito uníssono: BRASIL! BRASIL! De quase todos os apartamentos e escritórios dos prédios da Rua São Sebastião, apareciam às janelas centenas de pessoas jogando papel picado, em explícito apoio á manifestação, enquanto populares nas esquinas aplaudiam nossa passagem, e nós, já em ritmo acelerado, entoávamos o Hino Nacional Brasileiro, transformando o centro da cidade em palco de resistência contra a ditadura (PAULINO, 2001, p, 51-52).

A manifestação foi dispersada com a violência da polícia, como aconteceu em todo o país. Metralhadora, cassetetes, bombas de gás lacrimogênio, pancadaria, cavalos, cachorros e tantas outras formas de repressão. “A catedral Metropolitana quase sempre era refúgio seguro. No momento do perigo, muitos estudantes ditos comunistas transformavam-se em crentes temporários e padres tomava partido pela não violência policial” (BOTOSSO, 2006, p. 51). A repressão neste dia não poupou nem a imprensa, tendo sido presos, em trabalho, os jornalistas e radialistas Álvaro Neto, Roberto Édson e Valdice Spagnul, das rádios Cultura e PRA-7. O deputado do MDB, Orlando Jurca, foi preso e espancado pela polícia quando tentou defender e garantir a integridade física de um estudante que estava sendo agredido pelos policiais (PAULINO, 2001, p. 54).

No entanto, não foi apenas na cidade que os conflitos, insatisfação e formas de resistência à ditadura civil-militar se desdobravam. Na zona rural os descontentamentos com as condições de trabalho e os salários cada vez mais miseráveis dos trabalhadores do campo eram prova cabal de que a ditadura civil-militar não estava a serviço do povo e essas insatisfações e revoltas tinham que ser canalizadas em um bem comum. Nesse sentido o debate sobre a reforma agrária ganhou força maior na cidade, mesmo estando presente desde antes do golpe. Mário Bugliani, destacada liderança entre os trabalhadores e militante pecebista, desconsiderou o caminho pacífico e motivado pela conjuntura nacional se desliga do PCB, assumindo uma posição mais incisiva, a luta armada.

O racha que aconteceu no PCB, devido às divergências sobre o caráter que a resistência e luta deveria tomar, não demorou em chegar a Ribeirão Preto. Vanderley Caixe- estudante de direito, militante pecebista e futura liderança das FALN- que acreditava na luta armada como forma de derrotar a ditadura, encontrou-se com Marighella, ambos expulsos dos seus partidos (PCB), para discutirem como se formariam os focos de resistência com armas. Como nos afirma Leopoldo Paulino

A exemplo do que aconteceu em todo país, o PCB rachou também em Ribeirão Preto. A última reunião do PCB, da qual participei naquele período, deu-se no final dos anos de 1966, coordenada por Vanderley Caixe, acontecendo em uma casa grande e antiga da Rua Duque de Caxias. Presentes umas 40 pessoas no salão onde se deu o evento, ouvíamos os informes do companheiro Caixe, dizendo das expulsões ocorridas no PCB, da disposição de Marighella em formar uma organização de combate à ditadura, sem a estrutura burocrática de partido, bem como da gestão de Mário Alves, que pretendia com outros companheiros organizar um novo partido comunista, porém com caráter revolucionário, para desencadear a luta armada. Posicionou-se dizendo que havia tido um contato com Marighella, mas que acreditava ainda levaria algum tempo para que este pudesse organizar seus seguidores, quase todos até então no PCB, e espalhados por todo o Brasil. (PAULINO, 2001, p. 68).

Diante desse contexto, Vanderley propôs a imediata organização de um grupo clandestino armado de caráter local. A semente dessa proposta, em questão de tempo, germinaria, transformando-se nas FALN, que é o tema central do próximo capítulo.

Capítulo 2: as FALN: a existência de uma organização armada peculiar na resistência à ditadura civil-militar e *O Berro* como ponto de partida.

Como já vimos no capítulo anterior, grande parte das organizações de esquerda considerou a falência do caminho pacífico. A proposta da luta armada passou a estar na ordem do dia e proliferou entre as organizações existentes e as novas que surgiram pós-64. A perspectiva da resistência armada contra a ditadura civil-militar espelhava-se nas diversas tentativas de revoluções, e ações de guerrilhas armadas que aconteceram em vários lugares da América Latina. Envolvidos neste cenário de contradição e correlação de forças político e social, contagiados pela influência das vitórias e tentativas de revoluções nacionalistas e socialista e tomado pelas ideias de grandes líderes desses processos, como: Fidel Castro, Chê Guevara, entre outros, os sujeitos de esquerda - que protagonizaram esse episódio da história brasileira- entendiam e propugnava a ação armada como forma legítima de levar a cabo a execução de um projeto entendido como revolucionário e de resistir à ditadura instaurada com o golpe de 1964.

O período em Ribeirão Preto, assim como em todo o país, era de efervescência e uma crescente intensificação da correlação de forças, do antagonismo e da luta de classes. A repressão era grande, mas a resistência encontrava seu espaço nos jovens ribeirão-pretanos. Filhos diretos do caldo cultural dos anos 1960, envolvidos nas discussões travadas pela imprensa da cidade²⁹, do ativo movimento estudantil, dos sindicatos, das reuniões politizadoras na UGT, entre outras formas de organização social e política, a maioria ligados direta ou indiretamente ao PCB.

A sede do PCB em Ribeirão Preto era a União Geral dos Trabalhadores. Lá ocorriam as reuniões e os cursos de formação dos novos membros do partido. Havia o curso básico, o curso médio, os estudos sobre materialismo histórico, materialismo dialético, além das leituras e discussão das obras de Marx e Engels. Estes cursos eram oferecidos pelos membros que já integravam o partido há mais tempo. Depois da formação teórica, eram dadas tarefas para os integrantes do partido, de acordo com a atividade que desempenhavam. A alguns estudantes, por exemplo, cabia a função de tornarem-se assessores políticos da juventude comunista dentro das faculdades ou dos chamados colégios de 2º grau, como foi o caso, por exemplo, dos estudantes Vanderley Caixe, Celso Manso e Ary Normanha. Por estes caminhos, muitos centros acadêmicos e grêmios estudantis passaram a ser compostos por membros ou simpatizantes do PCB. (BAGATIM, 2006, p. 57)

Parte desses jovens que se inseriram na luta política durante o contexto do golpe civil-militar, são os futuros integrantes das Forças Armadas de Libertação Nacional, que não

²⁹ *Diário de Notícias, A Palavra, O Diário da Manhã*, do Centro de Debates Culturais, da importante rádio P.R. A-7.

contente com a posição e opção de seu partido pela luta pacífica, procuram outros caminhos, entre esses, a luta armada. Em entrevista, a militante das FALN, Áurea Moretti afirma que:

A repressão comia solta, era muita violência e a gente não concordava com isso. O Partidão optou pela política pacifista, pregando que ia derrubar a ditadura pacificamente. Mas a gente sabia que não era isso, aí começou o racha³⁰.

Nesse sentido, os futuros integrantes das FALN começaram a trabalhar juntos na intenção de criar uma organização armada, pois entendiam que só assim poderiam derrubar o regime instaurado em 1964. Certamente, os primeiros gritos de protesto dos militantes das Forças Armadas de Libertação Nacional, foram impressos no jornal *O Berro*³¹. Esse veículo teria um papel vital no surgimento, estruturação e atuação da organização clandestina. Como podemos ver no depoimento de Nanci Marietto

Eu sai do PCB antes deles, antes do grupo do Vanderley. Depois eles saíram em um grupo mais compacto e logo começamos a trabalhar juntos, eu, Vanderley e a Áurea. Foi quando saiu o jornal o Berro, nós fomos praticamente fundadores deste jornal (...) a gente fazia *O Berro*, escrevia artigos e vendia, fazia tudo, era um jornal independente. Nós fazíamos reuniões e fazíamos movimento político. Até minha proposta naquele tempo era fazer grupos de trabalhos em função de um determinado trabalho, quando o trabalho desaparecesse e acabava, acabava o grupo. Depois que eu estive na cadeia, em 1969, notei que esse elemento parecia ser a organização básica da organização armada. O que eu propus, numa série de reuniões e a gente praticou naquele período, na cadeia, é que percebi que eles utilizaram estas diretrizes como organização básica do grupo. Eu praticamente dei ideias para a organização do grupo do jornal, mas quando eles deram um nome ao grupo, uma estrutura armada para o grupo, eu já não estava mais. O jornal era muito independente, mas ele criticava muita coisa. (MARIETTO, apud BOTOSSO, 2006, p. 61).

Fundado em 1966, na cidade de Ribeirão Preto, pelos ex-pecebistas Áurea Moretti, Nanci Marietto e Vanderley Caixe, o jornal *O Berro*, em seu primeiro número, denominou-se órgão independente e de vanguarda dos acadêmicos de Direito de Ribeirão Preto, e em pouco tempo passou a ser o porta voz do movimento estudantil universitário e secundarista (BOTOSSO, 2016, p.61). O jornal não abrangia apenas Ribeirão Preto, mas também as cidades circunvizinhas. Municípios da região, como: Bebedouro, Sertãozinho, Pitangueiras, Pontal, São Joaquim da Barra, Franca, São Simão, Cajuru, Brodowski, Batatais e tantas outras cidades foram alvo de publicidade das FALN. Alguns municípios de outros Estados também chegaram a receber informativo da organização (BOTOSSO, 2006, p.66). Essa circulação encontrava possibilidades na legalidade que *O Berro* se encontrava, pois era publicado com o nome e endereço residencial do líder do grupo, Vanderley Caixe.

Embora o jornal expressasse um caráter contestador a ditadura civil-militar, seu conteúdo era basicamente voltado ao interesse dos estudantes. Essa relação se modifica e

³⁰ Entrevista realizada com Áurea Moretti, pela autora deste trabalho, no dia 16 de setembro de 2017, em Ribeirão Preto- SP.

³¹ Exemplos do jornal *O Berro* podem ser encontrados nos anexos desse trabalho

amplia em 1967 quando a organização do grupo armado começa a ganhar forma. Desse modo, *O Berro* foi desvinculado da faculdade e apropriado pelas FALN, que passou a expressar suas manifestações e posições contra a ditadura civil-militar através das publicações do mesmo. Buscando, portanto, influenciar diferentes setores da sociedade, através de denúncias referentes aos problemas sociais e aos abusos do capitalismo, do imperialismo imposto pela ditadura civil-militar. Na denúncia ao terrorismo de Estado os integrantes das FALN, tomaram o cuidado de não mencionar em nenhum dos seus exemplares a relação do jornal com a organização armada, uma estratégia que o grupo adotou, tendo em vista a massiva e forte repressão que se tinha no período. (BAGATIM, 2006, p. 69)

O Berro em seu início era impresso em gráficas e tinha o objetivo de aclamar a população ribeirão-pretana a lutar e denunciar a ditadura civil-militar, desmascarando os crimes que essa vinha cometendo contra o direito à liberdade, a expressão e a vida. Vale ressaltar aqui a importância dessa ferramenta em um período em que o autoritarismo brasileiro censurava qualquer tipo de expressão e parte considerável dos jornais alternativos ou de esquerda, de grande ou pequeno porte, estavam deixando de circular e sendo fechados sob repressão. Em Ribeirão Preto os três jornais que tinha um viés mais político já tinham sido fechados, sendo eles: *A Palavra*, *Diário da Manhã* e *Diário de Notícias*. Sem meios adequados de expressão, os opositores da ditadura civil-militar encontrariam como alternativa a edição de alguns periódicos muito circulados no meio estudantil e na sociedade civil, sendo lido por profissionais liberais, comerciantes, intelectuais, clérigo, operários e trabalhadores rurais. De modo geral, *O Berro* era um exemplo de veículo alternativo de imprensa, desenvolvendo papel fundamental na formação e atuação de um grupo político revolucionário.

As FALN editava o jornal *O Berro* que pregava ostensivamente a luta armada e, por incrível que pudesse parecer, devido à forte repressão da época, o jornal era distribuído em fábricas, escolas, e bancas de jornal, com os nomes de Vanderley Caixe e Wanderlei Fontellas impressos como responsáveis pela publicação. Para manter o jornal, trabalhava a FALN com mais de uma centena de pessoas que colaboravam financeiramente com aquele periódico tirando também o grupo dessa fonte recursos para preparar a guerrilha. (PAULINO, 2001, p. 137)

Desse modo, as FALN estruturaram-se em torno do já existente jornal *O Berro*, apoiando-se nas atividades de produção, divulgação e distribuição do jornal, tendo esse como um elemento de união e coesão do grupo. “A dedicada integrante Áurea Moretti, como se constatou nas fontes, parece ter sido uma das pessoas mais empenhadas nesse trabalho de divulgação regional” (BOTOSSO, 2006, p. 66). Além de disseminar as ideias de resistência e denúncia à ditadura civil-militar, de garantir recursos financeiros para a luta revolucionária, *O Berro* ainda tinha o caráter de aglutinar e buscar adeptos para a luta contra o terrorismo de Estado.

No entanto, com a intensificação da repressão a circulação do jornal *O Berro* passou a não ter uma frequência fixa, pois, as gráficas já não queriam fazer a impressão do mesmo. Desse modo, a organização estendendo seus contatos no centro acadêmico de medicina de Ribeirão Preto (FMPR-USP), confeccionou uma nova edição do jornal com a utilização de mimeógrafos. Como afirma Aurea Moretti:

A gente usava o mimeografo no Centro Acadêmico Rocha Lima de Medicina. Nos usávamos durante as festas da medicina, ficávamos lá no fundo fazendo O Berro até de madrugada. A gente ficava bêbado só com o cheiro do álcool. Saíamos de lá embriagados e sem beber (MORETTI, 2017).

Não foi só nos fundos do centro acadêmico de medicina que *O Berro* foi produzido, o porão do Lar Santana também foi espaço para a edição e produção do jornal. Esse orfanato que tinha como superiora a Madre Maurina vai ser considerado pela polícia e os agentes da repressão como o mais importante aparelho da organização³². Mais adiante aprofundaremos este assunto, pois faz necessário descrever e enfatizar o envolvimento e destaque que os órgãos de repressão deram ao Lar Santana e, principalmente, a freira Maurina Borges da Silveira.

Além de *O Berro*, as FALN passaram a produzir e publicar três jornais. Eles eram produzidos clandestinamente em diversos aparelhos da organização. Esses, diferente de *O Berro*, tinham uma circulação menor e só eram produzidos quando a correlação de forças se intensificava, ou quando tinham informações pertinentes, a nível nacional e internacional, que não podiam ser publicadas em *O Berro*, pois esse ainda se encontrava em uma espécie de semilegalidade. Eram eles: *Você Deve Saber*, *Prática Revolucionária* e *Informação Extra*. Segue abaixo uma abordagem do caráter e conteúdo dos jornais produzidos pela organização clandestina.

- *Você Deve Saber*- denunciador das supostas mazelas do novo regime e do imperialismo estadunidense no Brasil, englobando todos os níveis de denúncias: políticas, econômicas sociais, entre outras.
- *Práticas revolucionárias*- divulgador, por essência, da luta armada revolucionária. Este alternativo chegou a imprimir “receitas” de bombas que deveriam ser utilizadas pela população nas ações contra o regime.
- *Informação Extra*- como próprio título indica, era uma edição extraordinária que surgia em momentos de maior tensão do regime, assumindo posições que inicialmente *O Berro* não poderia assumir abertamente. (BOTOSSO,2006, p. 69)

As FALN concebiam como indispensável à existência de *O Berro* para o desenvolvimento das condições revolucionárias. Esse foi o elemento principal que deu forma ao grupo e foi ferramenta de luta da organização e, principalmente, de articulação e garimpagem de outros integrantes para a luta armada. Paulo Azevedo Júnior, por exemplo,

³² Aparelho era como os militantes de esquerda se referiam ao espaço que utilizavam para se reunir, guardar materiais, etc.

conta que quando a direção das FALN queria que novos contatos fossem abertos em cidades da região de Ribeirão Preto, era através do jornal que este trabalho acontecia. Conta ele:

A gente tinha uma vontade de participar e não media muito, né? (...) A gente saía do nada, uma vez eu fui preso distribuindo jornal em uma cidadezinha perto de Ribeirão Preto [Cajuru] (...). Então, por exemplo, tem que abrir contato em uma região que tenha bastante boia-fria. O que a gente fez? Pegamos um ônibus, eu e mais um outro companheiro [Luiz Gonzaga da Silva] e fomos para lá, com o jornal debaixo do braço, e aí conversamos com as pessoas na rua, então, aquelas pessoas que mostravam um pouco mais de interesse, a gente já anotava o nome, o endereço, depois voltava. (...) Então, você vê, era dito assim: ‘precisa abrir um contato naquela cidade, se vire’, e a gente ia e se virava, nem pensava duas vezes, pegava o ônibus e ia para lá. E chegava assim, dando cabeçada, conversando com as pessoas. Em Franca foi desta forma, no meio dos operários, dos sapateiros. Os sapateiros ficavam sentados na porta das fábricas e a gente lia o jornal, no outro dia a gente voltava: ‘você leram o jornal? O que vocês acharam?’ Um ou outro se interessava, a gente voltava depois para conversar com eles, ia na casa deles, pegava amizade com o cara (JÚNIOR, apud BAGATIM, 2006, p.71)

A questão da grande divulgação do jornal acarretou em uma problemática que se tornou visível com o desmantelamento das FALN em 1969, fazendo com que um número grande de pessoas fosse chamado para prestar depoimento. Através das listas de distribuição apreendidas, a polícia aumentaria o círculo de prisões de supostos envolvidos, tratando da mesma forma leitores e integrantes das FALN (BOTOSSO, 2006, p.71). É por isso que Gorender afirma que “a polícia misturou de cambulhada assinantes do jornal *O Berro* com militantes ativistas” (GORENDER, 2014, p. 250). Podemos reafirmar essa questão no depoimento do Padre Celso Ibson³³

Eu não tinha envolvimento, eu é que fui envolvido naquele momento porque assinava um jornalzinho, *O Berro*. Alguns conhecidos como a Aurea Moretti, e principalmente o Mário Lorenzato, nos ofereciam e a gente colaborava com o jornal e foi por aí que eles nos procuravam (IBSON, APUD BOTOSSO, 2006, p. 65).

Para termos uma maior clareza do que isso significou, os números se fazem necessários para trabalharmos com a porcentagem de pessoas indiciadas por suposto envolvimento com as FALN. De acordo com os dados do projeto Brasil: Nunca Mais, 615 pessoas foram classificadas como indiciadas destas, 76 foram relacionadas ao processo movido contra a organização em questão, ou seja, aproximadamente 12,3% do total delas. Com base nesses dados outro apontamento se faz necessário, onde as Forças Armadas de Libertação Nacional é colocada como a terceira organização dentro do Estado com o maior número de indiciados. Há que se destacar, no entanto, que o processo das FALN chegou a estes 76 indiciados em um curto período, cerca de dois meses, ou seja, o processo mais rápido (BAGATIM, 2006, p. 72).

³³ Importante figura na luta camponesa em Ribeirão Preto

Contudo, podemos perceber que essa problemática de um número tão grande de indiciados- onde a polícia misturou leitores do jornal com integrantes da organização- nos revela outra questão: a dedicação diária e constante dos militantes da organização em trazer novos adeptos à luta armada contra a ditadura civil-militar. Em suma, o jornal *O Berro* teve grande importância e um papel fundamental no surgimento e desenvolvimento das FALN. Sendo um elemento de união, coesão e princípios de luta de um grupo contra a ditadura civil-militar. *O Berro* teve um papel formador e aglutinador, seria difícil imaginar a existência da organização clandestina, tal como foi, se não houvesse esse pequeno e grande jornal.

2.1 As ações diretas e o desmantelamento das FALN

Os caminhos que levaram os integrantes das FALN a se unir foram diversos e as adesões ocorreram em momentos distintos, porém foi principalmente a partir de duas bases que a maior parte das adesões ocorreram: o PCB local e o movimento estudantil. O PCB talvez tenha sido o meio mais importante para a formação do grupo, já que seu primeiro núcleo era todo proveniente do comitê local do partido e foi a partir dele que as FALN foram ganhando outras adesões, inclusive de vários de seus ex-integrantes.

As Forças Armadas de Libertação Nacional caracterizou-se pela sua insularidade, pois, sendo autóctone, optou pela autonomia tática não se vinculando a nenhum outro grupo armado revolucionário. Muito provavelmente foi a única que não surgiu a partir de uma capital de Estado³⁴. A baixa faixa etária de seus integrantes e o elevado percentual de trabalhadores rurais também foram características enfáticas do grupo em relação aos demais existentes na época. Como nos afirma Marcelo Botosso:

(...) notou-se que as FALN se destacaram em três aspectos básicos por percentual de processados em relação às organizações de esquerda armada no Brasil dos anos 60 e 70 do século XX. O primeiro aspecto é a elevada taxa de indivíduos com menos de 25 anos de idade. São 30 pessoas, 61% do total de processados. O segundo é o alto percentual de estudantes secundaristas, característica incomum nas organizações da esquerda armada, são 12 estudantes que correspondem a 24% dos 49 indivíduos processados. O terceiro e possivelmente o mais característico aspecto das FALN, em relação aos outros grupos da esquerda armada brasileira, é a quantidade de trabalhadores rurais processados. Ridenti registra que 9 militantes das FALN foram processados como lavradores. Entretanto, pesquisando diretamente o processo 198/69 do Superior Tribunal Militar, único movido contra esta organização, constatou-se que 11 (e não 9) trabalhadores rurais foram processados neste grupo, correspondendo a 22% do total de seus processados. Apesar de o número se elevar em relação ao apontado por Ridenti, que utilizou como fonte básica o processo Brasil: Nunca Mais número 65, esta constatação apenas reafirmou tal característica peculiar da organização autóctone FALN. (BOTSSO, 2006, p. 94)

O protagonismo e vanguardismo das FALN nos mostra a necessidade que os militantes ribeirão-pretanos tinham de enfrentar a ditadura civil-militar, bem como um certo imediatismo

³⁴ Ver em TOMO III Perfil dos Atingidos. Projeto “Brasil: Nunca Mais, 1985, p.93

armado, levando em consideração que a organização foi umas das percussoras, pós-golpe, nesse processo de luta e rompimento com o PCB. Segundo Vanderley Caixe, neste primeiro momento, apesar do desejo de começarem a fazer algo, não se sabia o que e como fazer, já que as FALN foi uma das primeiras dissidências do PCB que optou pela luta armada, antes ainda que a própria ALN, de Marighela (CAIXE, apud BAGATIM, 2006, p.64). Caixe reafirma que:

No primeiro momento ele [o grupo] tinha um conteúdo de organização dissidente que seria pela violência, luta armada, mas não tinha uma fórmula definida. No princípio não tínhamos nem condições, não havia possibilidade de saber como ela [a organização] se desenvolveria

Segundo Áurea Moretti, “as FALN, foi protagonista na luta armada no país e era muito forte na região, recrutava até trabalhadores rurais. Os nossos sonhos era vencer a ditadura. Éramos comunistas, mas primeiro queríamos derrotar a ditadura” (MORETTI, 2017). Essa questão da grande porcentagem de trabalhadores rurais nas FALN em relação a outras organizações é algo importante a ser destacado. Como podemos ver em Alessandra Bagatim:

O envolvimento de dois importantes atores políticos com o grupo: os trabalhadores rurais e alguns membros da Igreja Católica local. No caso dos trabalhadores rurais, há vários trabalhos que apontam a participação deste segmento social na FALN. Gorender cita este aspecto em seu texto; Ridenti, por sua vez, mostra que guardadas as proporções, a FALN foi o grupo com o maior envolvimento de trabalhadores rurais, característica ressaltada também por Botosso. (BAGATIM, 2006, p.17)

Grande parte desse envolvimento se dá pela forte atuação que a organização tinha com os trabalhadores rurais. Principalmente, o integrante Mário Bugliani³⁵ que era responsável pela parte rural da organização, tendo recebido o nome de “capitão” e assumido posição de líder. Bugliani percorria diversas cidades da região de Ribeirão Preto em busca de lavradores dispostos a aderir à luta armada, realizando reuniões em várias cidades. Para Áurea Moretti “ele era um grande militante, disciplinado e preocupado com a causa dos trabalhadores rurais, ele era o nosso camponês” (O Berro III, 2014, p.16.)³⁶. Bugliani tornou-se um membro importante para o grupo porque através dele muitos trabalhadores rurais conheceram o jornal *O Berro* e alguns se tornaram membros das FALN.

O “capitão”, como era chamado pelos demais integrantes do grupo, coordenou vários treinamentos de guerrilha em aparelhos da organização, onde os integrantes faziam treinamento de subsistência, tiros, mapeamentos de estradas e pessoas, entre outras ações (BOTOSSO, 2006, 109). Bugliani assumiu não só posição de destaque como também posição de comando em algumas operações. Uma das planejadas ações das FALN e que teve Bugliani no comando

³⁵ Mário Bugliani foi uma destacada liderança entre os trabalhadores rurais, fundador do sindicato rural no setor sucro-alcooleiro, ex-militante do PCB e integrante das FALN.

³⁶ O Berro III é uma revista produzida por alguns militantes de esquerda de Ribeirão Preto e que tem caráter “revolucionário”

foi a tentativa de sequestro de um importante usineiro da região. Segundo Áurea Moretti “o sequestro não era tanto para ganhar dinheiro, era porque o trabalhador rural era escravo dos usineiros. A gente queria colocar isso a público e exigir um tratamento melhor para o trabalhador rural” (O Berro III, 2014, p. 16). Para isso, Caixe determinou que três militantes das FALN de São Joaquim da Barra (Djalma Querino de Carvalho, César Marcelino da Silva e João Nicolau) fossem fazer um treinamento de guerrilha em um dos aparelhos da organização chefiados do Mário Bugliani³⁷ (2015, p.51).

Segundo o depoimento de Bugliani, no dia 12 de outubro de 1969, todo grupo foi para uma mata localizada na beira da estrada de sertãozinho, onde permaneceram por alguns dias, esperando o momento da emboscada. Portavam fardas de guarda nacional, mantimentos, armas, clorofórmio e um hábito de freira, que seria utilizado como disfarce para viabilizar o rapto. Um dos guerrilheiros vestiria o hábito enquanto os outros, fardados, abordariam o veículo, solicitando “carona” para a falsa freira. Contudo, dado o “não surgimento de um veículo (...)”, prorrogaram o rapto para o dia seguinte (BNM, 65, p. 23 apud ARONI 2015, p. 52).

O plano chegou ao fim dias depois quando os guerrilheiros foram surpreendidos pela polícia. Segundo Botosso, dois dos militantes envolvidos no possível sequestro, contrariando as orientações de Bugliari, se aproveitaram de sua ausência para armar redes e dormir na beira da estrada, sendo avistados pelo segurança da fazenda vizinha que rapidamente acionou a polícia. Com os guerrilheiros foram apreendidas anotações, lista de contatos, endereços para a distribuição de *O Berro*, bem como a localização de outros militantes (BOTOSSO, 2006, p. 121-122). Essa ação além de ter sido um fracasso foi também o início do fim das Forças Armadas de Libertação Nacional. Áurea Moretti reafirma esse episódio:

A queda se deu em cima disso tudo. O Djalma e o César vestido com roupas de Tiro de Guerra. E os dois estavam armados na estrada, na beira de Sertãozinho. E que alguém tinha que passar lá com o carro para pegar os dois e levar para dentro do canal por onde o usineiro ia passar. Ia ver a freira gritando e chorando, pedindo socorro. Ali eles iam “grampear” ele e já levar para o assentamento. Na verdade, não era um assentamento, era uma coisa improvisada. E aí, o carro não veio. Deu vontade de bater neles (risos) O pior é que o Djalma escreveu um diário, contando tudo! Aquele sem-vergonha merecia ser preso (risos) O diário foi achado, depois, no acampamento. Claro! Ele estava falando com a noiva dele, falando tudo. Até a gente conseguir saber da história inteira, era um quebra-cabeça. Então, ele foi escrevendo tudo o que eles faziam, como faziam, como eles treinavam, falando com a noiva dele! A Leila Bruschetto, que estudava fora da cidade. Eu vi no outro dia, fiquei muito brava! Ele terminou falando assim: “Já cavamos a cova onde vai ficar o usineiro que vamos sequestrar amanhã” (...) Os dois estavam com uma rede, eles amarraram nas árvores, perto da estrada, mas de um modo, que depois os outros meninos viram, que todo mundo que passava pela estrada via. Prenderam eles na estrada de Sertãozinho.

³⁷ ARONI, Rafael; GOLDFARB, Yamila; SOUZA, Luciana Carvalho; TEIXEIRA, Gabriel da Silva; VALENTIN, Danilo. *Guerrilha Rural e Cultura Política no interior de São Paulo*. O artigo é resultado de pesquisas realizadas pelos autores enquanto pesquisadores da Comissão da Verdade Rubens Paiva – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), 2015.

E começou todo o espancamento, a tortura, papéis que caíram, nomes de pessoas. Isso em 1969. (Berro III, 2014, p. 17)

Embora empreendessem no campo alguns trabalhos de conscientização, arregimentação, propaganda e resistência á ditadura civil-militar junto aos trabalhadores rurais e pretendessem deflagrar a guerrilha rural, as FALN, assim como grande parte das organizações armadas realizaram suas ações no meio urbano, o que em certa medida, chamou a atenção dos órgãos de repressão. Essa relação de luta armada com trabalhadores rurais também só foi possível porque esses já estavam conscientes das injustiças que os cercavam, muito em função da própria atuação da esquerda no período pré-64, e eventualmente, já organizados, no sentido de lutarem por melhores condições de vida.

As demais ações diretas das FALN que aconteceram, fundamentalmente, na área urbana, em Ribeirão Preto e outras cidades se basearam na distribuição do jornal *O Berro*, ações de agitação e propaganda que conclamavam a luta armada contra o terrorismo de Estado e na explosão de bombas. Na semana comemorativa dedicada ao guerrilheiro Ernesto “Che” Guevara, a organização instalou diversas bombas planetárias em locais específicos da cidade. A ideia era fazer uma sincronização na explosão das bombas, pois também seria feito a mesma ação em cidades vizinhas. Laudelino Pires Filho esclarece esse episódio³⁸

Teve uma vez, quando fez um ano da morte do Che, eles soltaram em todos os cinemas de Ribeirão Preto, umas bombas que soltavam uns folhetos, assim sabe, então estava no meio da secessão e o filme parava, acendia as luzes, e estava lá os panfletos homenageando o Che Guevara. Tudo era planejado, não era para machucar ninguém, eles colocavam em um lugar que não atingisse ninguém. Mas aquelas explosões faziam um barulho enorme. Eu não era da organização e também não sabia dessa ação, mas nesse dia eu fui no teatro Pedro II que naquela época era cinema, e eu fui lá ver o filme. Daí de repente aquela explosão. Aí eu fui ver o que era, e vi que era panfletos homenageando o comandante. Aí eu peguei aquilo e fui embora, porque corria o risco de ser confundido e de ser preso. Eu não era da luta armada, eu era da luta política. Nesse período eu era do PCB (FILHO, 2017).

Leopoldo Paulino reafirma esses acontecimentos:

Além das bombas nos cinemas, a FALN havia colocado uma bomba de baixo teor explosivo, apenas com efeito de propaganda revolucionária, no quartel da PM em Ribeirão Preto. (PAULINO, 2001, p.84)

Uma das principais ações das FALN, do ponto de vista tático, foi a expropriação na pedreira da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Onde oito integrantes da organização, “Lucas”, “Claudio”, “Antônio”, “Mateus”, “Tadeu”, “Pedro”, “Simão” e “Magrão³⁹”, foram mobilizados para essa ação na madrugada do dia 13 de outubro de 1969 (BOTOSSO, 2006, p.

³⁸ Companheiro de Áurea Moretti e ex-militante do PCB de Ribeirão Preto. Entrevista cedida a autora deste trabalho, em setembro de 2017. Ribeirão Preto- SP

³⁹ Pseudônimos

113). Uma carta endereçada “ao povo” foi deixada no local da expropriação. Segue abaixo o texto na íntegra:

“SEMANA DEDICADA AO HERÓI DOS POVOS DA AMÉRICA LATINA “ERNESTO CHE GUEVARA” AO POVO

(...) nós, membros das Forças Armadas de Libertação Nacional (...) infringimos uma derrota às forças da ditadura. Realizamos mais esta tarefa com o objetivo de canalizar esforços e acumulação de material para a longa luta que teremos que travar com o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. (...) A ditadura em nosso país recebeu mais uma derrota, provamos a ela que somos invencíveis porque lutamos por uma causa justa e honesta, porque lutamos pelo nosso povo, pela nossa pátria, contra os exploradores. O que realizamos hoje, qualquer grupo pode realizar, pode realizar muito mais, mas é preciso que se realize objetivando o desmascaramento dos falsos da ditadura, e pelo povo brasileiro. PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL. (BAGATINI, 2006, p. 77)

Subtraído todo o material os militantes deram fuga sem alarme e sem perseguição. O saldo dessa operação foi a expropriação revolucionária de quinze quilos de dinamites, cinquenta espoletas, setecentos e cinquenta metros de estopim e nenhum acidente. O material explosivo subtraído da pedreira não tinha outro fim senão sua aplicação nas futuras ações das FALN, isso mostra a perspectiva de o grupo continuar na luta revolucionária contra a ditadura civil-militar. Segundo Laudelino Pires:

A expropriação da pedreira foi a ação mais bem-sucedida da FALN. Eles conseguiram realizar com bastante êxito o que planejaram, e conseguiram bastante material explosivo, daria para fazer muita coisa, muita luta. Infelizmente a FALN caiu antes de realizar essas ações contra a ditadura e seus apoiadores (FILHO, 2017).

No entanto, tal operação trouxe consigo o despertar da repressão e conseqüentemente a queda das FALN. Após as prisões dos integrantes da organização armada, a polícia encontrou todo material expropriado (BOTOSSO, 2006, p.115). O jornal da época *Folha de São Paulo*⁴⁰ descreve essa apreensão:

(...) A operação Integração apreendeu elevada quantidade de armas, entre estas, Winchesters, Mausers de fabricação alemã, revólveres de diversos calibres, bananas de dinamites, espoletas com os respectivos fusíveis e rolos de fio para a explosão (...) (*Folha de São Paulo*, 1969, p.6).

A presença de armas foi um aspecto muito destacado no processo movido contra o grupo, principalmente nos Autos de Apreensão, quando fizeram a relação de todo material encontrado. No entanto, foi dando um destaque à presença da grande quantidade de armas que a polícia justificava a prisão dos integrantes das FALN, destacando a sua periculosidade para que eles fossem apresentados de forma negativa para a sociedade. (BAGATIM, 2006, p.79)

O Jornal *Estado de São Paulo* faz um balanço da atuação e das ações das FALN em Ribeirão Preto e região após o desmantelamento da organização e a prisão de seus integrantes:

⁴⁰ Os exemplares de alguns jornais usados neste trabalho podem ser encontrados nos anexos

Como a prisão dos elementos da FALN foram esclarecidos diversos atentados ocorridos em Ribeirão Preto em 1967, abrangendo explosões de bombas nos cinemas “São Paulo”, “Centenário”, “Suez”, “Pedro II”, e “São Jorge”; contra o 3ª Batalhão Policial, na Igreja dos Mórmons, no Mercado Municipal e no Departamento de Correios e Telégrafos. Nesse mesmo ano, esses terroristas praticaram atentados a bombas nos cinemas “Paratodos”, “Zenith”, na praça principal do município de Sertãozinho; na estação ferroviária de Bebedouros. Neste ano praticaram assalto à mão armada contra a Pedreira de Prefeitura de Ribeirão Preto, de onde subtraíram elevada quantidade de dinamite, e já haviam planejado o sequestro do proprietário de uma usina de açúcar local, para cujo resgate exigiriam vultosa soma em dinheiro, tarefa que não chegou a ser executada (Estado de S. Paulo, 14 novembro de 1969).

A expropriação na pedreira que passou a mobilizar a polícia ribeirão-pretana, e a ação sem sucesso do sequestro de um importante usineiro, foram os principais acontecimentos que levaram ao desmantelamento das FALN. Segundo Marcelo Botosso, o desmantelamento da organização deu-se como a rápida queda de peças enfileiradas de um jogo de dominó. Pode-se assim chamar de “efeito dominó”. (BOTOSSO, 2006, p. 116). Submetidos a intensas torturas os primeiros integrantes da organização presos pela polícia, começaram a dizer os nomes dos demais companheiros. Em poucos dias todos os integrantes das FALN estavam sob as garras dos órgãos de repressão e as quedas se multiplicaram por Ribeirão Preto e pela região nos dias que se seguiram. Como nos afirma Leopoldo Paulino:

O quartel da PM foi transformado em centro de prisões e torturas e ocupado pela OBAN de São Paulo que, alguns oficiais do Exército e da Aeronáutica com base em Pirassununga e a colaboração de alguns policiais civis e militares de Ribeirão Preto, passaram a dirigir os interrogatórios. Como crueldade, submeteram os presos aos rituais de tortura preferidos da ditadura militar, ou seja, o pau-de-arara, os afogamentos, os choques elétricos, os espancamentos generalizados e as torturas morais (PAULINO, 2001, p. 154).

Jacob Gorender em seu livro *Combate nas Trevas* faz uma descrição sobre as FALN quando descreve a sua vivência no presídio Tiradentes

(...) revi velhas caras e ganhei muitos novos amigos. Cinquentão no meio de um bando de jovens mal começando a terceira década de existência, convivi na cela 3, com o marujo Otacílio, da VPR, com Alípio Freire, da Ala Vermelha, com Antônio Cláudio, do POR (T). Mas a maioria na cela vinhas das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), organização centrada em Ribeirão Preto. Surgida da cisão do PCB, conservado autônomo, tinha trabalhadores rurais entre seus adeptos, como o sofrido e encarquilhado Mário Bugliani, mas predominavam os secundaristas. O cabeça era o estudante de Direito Vanderley Caixe. Pode-se dizer que as FALN foram o jardim-de-infância das organizações de esquerda do pós-64. Expropriaram dinamite de uma pedreira, tinham campo de treinamento e preparavam o sequestro de um usineiro. Tudo ingênuo e canhestro. Paralelamente, o agrupamento clandestino editava um semanário ainda legal em 1969 – *O Berro*. A polícia misturou de cambulhada assinantes do jornal com militantes ativistas, o que implicou o círculo de supostos implicados, após as primeiras prisões no final daquele ano. Teve excepcional notoriedade a detenção da freira Maurina Borges da Silveira, envolvida sem culpa e violentada dentro da cela. Apoiada por 71 sacerdotes da arquidiocese, dom Felício de Cunha Vasconcelos, arcebispo de Ribeirão Preto excomungou os delegados de polícia Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano. A penalidade canônica, noticiada pela imprensa, foi única no período ditatorial, quando tantos sacerdotes passaram pelo cárcere. (GORENDER, 2014, p. 250)

Faz necessário analisarmos outra matéria do jornal *Estado de S. Paulo*, onde é descrita a prisão dos principais integrantes das FALN, bem como o descobrimento de 22 “aparelhos”. É importante percebermos como era o tratamento dos indivíduos que desafiavam o regime autoritário pelos órgãos de repressão e pela imprensa:

(...) a sede do movimento era em Ribeirão Preto, com ramificações em Minas Gerais e Brasília, onde os terroristas agiam e procuravam se organizar desde 1967, preparando-se para um levante armado que deveria irromper em diversas regiões do País, simultaneamente. A desarticulação do grupo subversivo foi possível com a criação da “Operação Integração”, órgão repressivo que funcionava nos mesmos moldes da “Operação Bandeirantes”, nesta Capital. O órgão integrado por elementos do 17º Regimento de Cavalaria, 3º Batalhão da Polícia e investigadores da Delegacia de Polícia de Ribeirão Preto, logrou prender os principais articuladores da FALN, desmantelar os “aparelhos”, apreender armas, munições, farta literatura de caráter subversivo, bombas que seria utilizada em atentados e um rádio transmissor-receptor com possibilidade de alcance até na Ásia. (*Estado de S. Paulo*, 14 novembro de 1969)

A *folha de São Paulo* segue a mesma linha de tratamento quando se refere à organização e seus integrantes. Podemos perceber também certo “exagero” em suas matérias com um intuito de afastar a população das organizações revolucionárias, bem como criar uma imagem estereotipada e atribuir perigo em relação aos mesmos. Nesse sentido, é importante ressaltarmos, o uso frequente do termo “terrorista”. Segundo Gasparotto (apud ABREU, 2000) o termo foi utilizado pela primeira vez pelo jornal *O Globo*, em 1966, passando a ser amplamente difundido, principalmente após o AI-5, quando o governo “recomendou” aos principais jornais da época que classificassem como terrorismo todas as ações realizadas pela esquerda armada. Essa questão evidencia a tentativa de eliminar o caráter político das ações armadas, enfatizando-se o seu sentido de “crime” (GASPAROTTO, 2014, p.171).

O grupo terrorista que vinha agindo em várias cidades do interior de São Paulo, sob a denominação de Frente Armada de Libertação Nacional, e que pretendia organizar um levante com armas desde 1967, acabou de ser completamente desbaratado com a prisão de todos os seus integrantes, inclusive o seu líder Vanderley Caixe, vulgo “Pedro” (...) prendendo os principais articuladores do grupo, que mantinham contatos com as alas da “Vanguarda Popular Revolucionária”, “Colina” e “Marighela” (...) Além de Vanderley Caixe, faziam parte da cúpula da organização terrorista, denominada FALN, Áurea Moretti (Maria, Ana e ainda Amélia), Luiz Gonzaga da Silva, “Ruí”, Mário Lorenzato, “Antônio”, Mário Bugliani, “João”, Silvio Rego Rangel, “Simão ou Sergio”, José Ivo Vanuchi, “Lucas”, Mauro Rosa Mosca, Guilherme Simões Gomes e a Madre superiora do “Lar Sant’ Ana”, Marina Borges da Silveira. As detenções foram iniciadas em fins de outubro último e, até às 12h00de ontem, encontravam-se recolhidos 38 terroristas (...). Na capital de São Paulo foram presos os seguintes elementos ligados ao grupo terrorista de Ribeirão Preto: Vicente Alesse Filho, “Magrão”, Magno Dadonas e Walfredo Ramalho dos Santos, conhecido por “Waldir” ou “wolmir”. Nas diversas diligências, as autoridades apreenderam relatório, elaborado por Áurea Moretti, mencionando nominalmente padres de diversos municípios da região e profissionais liberais e, a seu pedido, colaboravam com o setor “Movimento Armado” por meio de entrega de quantias de dinheiro para manter a publicação do jornal subversivo “O Berro” e aquisição dos folhetins “Informação Extra” e “Você Deve Saber”. As investigações policiais mais recentes confirmaram as ligações do grupo terrorista da FALN com elementos de fora do Estado de São Paulo, principalmente da cidade de Uberaba, onde foram mantidos diversos contatos com o terrorista João Figueiredo, “Orestes” e, ainda como “Ruth”,

“Rosa” e “Rita”. Na cidade de Belo Horizonte, foi mantido contato com Eduardo Bastos, estudante de Engenharia, residente a Rua Martins Fontes, nº 11. (*Folha de S. Paulo*, 14 novembro, 1969).

O desmantelamento das FALN nos coloca uma questão pertinente a ser refletida e que não é algo isolado e próprio da organização em questão: a falta de preparação teórica de muitos de seus integrantes e os limites do grupo. O voluntarismo muito presente nas FALN nos revela o desejo imediato que seus militantes tinham em enfrentar a ditadura civil-militar. Além da necessidade de se diferenciar da opção de luta pacífica do PCB, havia um sentimento de atraso e um desejo de que as atividades armadas ocorressem o mais rápido possível. No entanto, a pressa, a sensação de não resistência imediata ao golpe que são características da maioria dos grupos armados, vai de encontro com o tempo escasso de preparação e formação teórica básica dos quadros dessas organizações. A atuação prática se apresentou em primeiro plano para os integrantes das FALN.

O depoimento do ex-militante Paulo Otavio de Azevedo Junior contribui para entendermos melhor sobre essa questão. “Eu não tinha conhecimento teórico nenhum, eu era contra a ditadura, queria derrubá-la a qualquer custo, mas em via, de regra, nunca pude me considerar um marxista, nem entendia direito o que era o socialismo” (BOTOSSO, 2006, p. 77). Áurea Moretti reafirma.

Nós não tínhamos muita preparação, o nosso desejo era derrotar a ditadura. E acreditávamos que isso só iria acontecer se fizéssemos ações direitas. Era tudo uma molecada, sem muita experiência. Muitos grupos caíram assim (MORETTI, apud O Berro III, 2014).

Sobre esta discussão, Luiz Gonzaga da Silva, também ex-integrante das FALN analisa essa questão, enfatizando que essa problemática não era algo específico de sua organização.

(...) eu posso falar que do grupo, eu acho que 0,2% tinham fundamento ideológico (...) o pessoal não tinha, como não tinha da ALN, não tinha da VPR, não tinha VAR-Palmares. (...). Tinha toda uma proposta que era derrubar o governo, que era contra o governo, mas embasamento ideológico mesmo, falar que todos eram marxistas leninistas, não. Se eu li alguma coisa... são poucas coisas do Marx. Agora o Vanderley não, o Vanderley tinha muito mais tempo hábil, ele foi bem nascido, o pai tinha muito dinheiro em Ribeirão Preto e ele realmente era dedicado. E o que nos era passado, era passado pelo Vanderley, que de certa forma tinha esse mérito (SILVA, APUD BAGATIM, 2005, p.81)

As quedas desarticularam completamente as FALN, tendo sido presas suas principais lideranças. Não houve nenhuma tentativa de rearticulação ou até mesmo de retorno. A repressão acabou com qualquer tipo de possibilidade. A atmosfera heroica e muitas vezes imediatista dos anos 60 e 70 impulsionou uma “geração inteira” na luta e resistência contra a ditadura civil-militar em todo país. Os integrantes das FALN fazem parte desse processo. Tolhidos no auge de sua participação social e política os integrantes da organização revolucionária, em sua maioria jovens, sofreram as mazelas do autoritarismo e pagaram um

preço alto por se posicionar contra o autoritarismo. Pelo seu vanguardismo, clandestinidade e falta de experiência, as FALN isolaram-se da população que, intimidada pelo terrorismo de Estado, dificilmente entendiam o motivo daquela luta e resistência (BOTOSSO, 2006, 125). Finalizo esse capítulo com as fortes palavras da militante das FALN, Áurea Moretti “nós estávamos prontos para morrer, porque a nossa vida era a luta”.

Capítulo 3- A experiência feminina na luta armada: atuações, opressões e resistências

A história é feita por homens e mulheres a cada instante, no cotidiano de suas vidas e no palco político por eles montado⁴¹. Entretanto, essa história, de modo geral, foi escrita pelos homens que sempre destacaram a sua atuação nos diferentes períodos e contextos históricos. Em poucos momentos de nossa história, por exemplo, iremos encontrar nomes de mulheres que protagonizaram ou contribuíram em grandes mudanças e transformações no curso da história, e a maioria dessas vivências e atuações perde-se para sempre, esbarrando no silêncio de quem as produz. Sabemos, portanto, que essa questão está relacionada à construção histórica estabelecida pelo sistema patriarcal⁴², que designa os papéis dos homens e das mulheres na sociedade, onde ao homem coube o espaço público e a mulher o privado. A história tem sido parcial, silenciando ou escondendo sujeitos (COLLING, 2004, p.1). No caso das mulheres, tem-se realizado, nas últimas décadas, uma busca no sentido de mostrar a sua presença, incluindo-as como sujeito protagonista de diferentes processos históricos. A resistência à ditadura civil-militar tem sido um desses processos.

A década de 60 é marcada pela proliferação de movimentos de cunho revolucionário das mais diferentes matrizes: desde a revolução de ordem política à revolução de costumes⁴³. Essas transformações criaram condições para a efetiva constituição da mulher como sujeito político na sociedade brasileira. Nesse sentido, o presente capítulo busca retratar a participação das mulheres na resistência à ditadura civil-militar instalada com o golpe de 1964.

Ao passo que essas mulheres abraçavam a causa coletiva, rompiam com o seu papel socialmente estabelecido, como também com o seu mundo cotidiano. Para Colling, a relação entre mulher e política tem sido tema de tabu na sociedade, pois historicamente este espaço tem sido designado ao homem, restando à mulher o privado. Adentrar o espaço público, político e masculino foi o que fizeram estas mulheres ao participarem das organizações de esquerda, clandestinamente, para fazer oposição ao lado dos homens a ditadura civil-militar brasileiro. (COLLING, 2004, p. 6.)

A descoberta do político no cotidiano foi o que influenciou a abertura para os estudos sobre a mulher e as relações de poder na sociedade (BASTOS, 2004, p. 15). No entanto, falar

⁴¹ - COLLING, Ana Maria. *As mulheres e a ditadura militar no Brasil*, 2004, p. 1. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais- Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 2004.

⁴² O patriarcado, grosso modo, é um sistema em que os homens exercem e mantêm poder sobre as mulheres.

⁴³ BASTOS, Natalia de Souza. *Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro*. Rio de Janeiro, 2004. Monografia (Bacharel em História) — Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais — Departamento de História, 2004.

de mulheres não é somente relatar os fatos em que elas estiveram presentes, mas é reconhecê-las como sujeitos protagonistas dos processos históricos. As recentes produções que abordam essas questões procuraram recuperar a atuação da mulher no processo histórico como sujeito ativo, e não apenas passivo e submisso. Tem-se buscado enfatizar a importante presença das mulheres na história, incluindo-as como objeto de estudo, sujeitos da história, e nesse sentido, a categoria de análise gênero é usada para teorizar a questão da diferença sexual, das relações de poder entre homens e mulheres (COLLING, 2004, p. 1).

A partir da década de 60 e 70, o termo gênero⁴⁴ é formulado para teorizar a questão da diferença sexual, se tornando, portanto, um modo de indicar as construções sociais das ideias sobre os papéis próprios aos homens e mulheres. Matos⁴⁵ considera que a categoria gênero, por sua característica basicamente relacional, procura enfatizar que a construção dos perfis de comportamento entre homem e mulher se define um em função do outro, ao passo que se constituíram social, cultural e historicamente. Portanto, as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, sendo uma forma primária de relações de poder (MATOS, 2000, p.23, apud BASTOS, 2004, p.17).

Segundo Colling, a questão de gênero perpassa a questão social e a questão política. Nas palavras da autora, “falar em gênero em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política” (COLLING, 2004, p.4). Essa concepção que passa a fazer parte deste contexto entra em contradição com a representação histórica da mulher, designada ao privado, o santuário do lar, da família, seu habitat “natural” e coloca em questionamento a relação de poder socialmente construída e estabelecida, onde o feminino sempre se submeteu ao masculino. Como podemos observar:

Ao feminino caracterizado como natureza, emoção, amor, intuição é destinado o espaço privado; ao masculino, cultura, política, razão, justiça, poder. A história de gênero tenta introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada (COLLING, 2004, p. 3.)

A partir da década de 60 as mulheres passam a reivindicar uma maior participação no espaço público. Esse comportamento de confrontar os padrões e papéis estabelecidos, até então interdito, estão, de certa forma, ligados ao debate feminista, que ganha espaço na sociedade

⁴⁴ Neste trabalho a categoria de gênero é pensada a partir da Joan Scott. Para maior apropriação ver: Scott, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. 1990

⁴⁵MATOS, Maria Izilda S. Por uma história da mulher. Bauru: EdUSC, 2000.

brasileira. O feminismo de segunda onda⁴⁶, como é chamado, vem para questionar a ideologia patriarcal em que as relações entre homens e mulheres são de dominação, propondo uma sociedade em que a mulher possa se emancipar, tendo controle de seus desejos e de seu próprio corpo⁴⁷. Como nos afirma Rachel Soihet⁴⁸:

Além das tradicionais reivindicações no tocante à esfera profissional e à igualdade civil, reagem contra modelos idealizados que prescrevem a maternidade compulsória e imposição de beleza e delicadeza como ideais para as mulheres. Nesses movimentos, tornam públicas questões, até então consideradas da intimidade, exigindo o controle do corpo, o direito ao prazer, o reconhecimento da maternidade como uma opção e, conseqüentemente, o direito ao aborto e à contracepção. Igualmente, reclamam medidas contra a violência aplicada às mulheres, lançando o lema de que o “privado é político”. (SOIHET, 2013, p.14-15).

A hierarquia entre os sexos existente na sociedade, baseada na separação entre homens e mulheres, passou a ser profundamente questionada. Vale ressaltar que o lema do movimento “O privado é político” mostra o quão relevante foram tais indagações⁴⁹. Joan Scott descreve a importância desse movimento:

[...] o feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando controle sobre seus corpos e sobre suas vidas. (SCOTT, 1992, p. 67-68, apud KREUZ, 2015, p.38)

Yasmine Ergas sintetiza esse momento:

De maneiras muito variadas as feministas lutaram, assim, para explicar a natureza das características comuns às mulheres, transgredindo voluntária e sistematicamente as distinções tradicionais que demarcam o domínio do <individual> ou do <privado> em relação ao domínio do <político> ou do <público>. A conhecida palavra de ordem <o individual é político> não servia apenas para afirmar que as feministas já não aceitavam que questões como as que respeitavam às prerrogativas dos maridos no casamento, ou a violência sexual, ficassem confinadas aos escrúpulos da moralidade individual, fora do alcance de toda a discussão política, e, portanto pública. Aliás, <o individual é político> denotava também para as feministas a importância da reconstrução do eu feminino. Por outras palavras, o individual representava tanto um projeto como um espaço políticos. (ERGAS 1994, p.595-596, apud KREUZ, 2015, p.41).

A dicotomia entre público e privado ocupa um lugar de destaque na história das mulheres. Mais do que a separação dos sexos entre as duas esferas, a hierarquização e a valorização dotada a cada um dos espaços é objeto de estudo. Delineava-se uma postura que colocava em xeque todo um conjunto de valores muito enraizados na sociedade como um todo.

⁴⁶ A história do movimento feminista pode ser vista e compreendida a partir do que chamamos de três grandes ondas.

⁴⁷ LISBÔA, Daniela de Amorim. *Feminismo, ditadura e novas esquerdas: velhos hábitos nunca mudam?* Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Juiz de Fora 2014, p.4.

⁴⁸ SOIHET, Rachel. *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

⁴⁹ KREUZ, Débora Strieder. “*Elas têm um outro jeito de ser, de resistir*”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira. Pelotas- RS, Ano 2015.

Para essas mulheres, esse posicionamento significava uma grande ousadia. E muitas delas ousaram, e ousaram duplamente, pois além de empreenderem mudanças no comportamento, um considerável número destas mulheres se tornou militante política, passando a integrar as organizações de esquerda, e em muitos casos, propondo a luta armada como a única forma de derrubar a ditadura civil-militar.

“Mesmo sob o contexto desfavorável do autoritarismo dos governos militares, as mulheres “entraram em cena” se tornaram visíveis ocupando espaços sociais e políticos” (MATOS, 2013, p.2)⁵⁰. Nesse sentido, não foram poucas as mulheres que pegaram em armas na luta contra a ditadura civil-militar. Um número significativo protagonizou esse processo, embora esse número fosse inferior ao dos homens a militância feminina foi um momento de libertação da mulher. Ridenti⁵¹ afirma essa questão quando aponta que a presença feminina reflete um processo de libertação da mulher na medida em que tais grupos proporcionaram uma contestação à ordem estabelecida em todos os níveis. Vindas principalmente do movimento estudantil, as militantes representavam cerca de 18% do total dos integrantes das organizações de esquerda que pegaram em armas contra a ditadura civil-militar. A maioria das processadas em Inquéritos Policiais Militares eram estudantes (186; 32,2%), professoras ou profissionais com formação superior (133; 23,0% e 103; 17,8% respectivamente), constituindo um total de 422 mulheres (73,0%), que podem ser classificadas como de classe média⁵². Completando essa porcentagem, trabalhadoras rurais e urbanas também foram processadas por participação com a esquerda e a luta armada. De acordo com o relatório Brasil: Nunca Mais, 16% dos réus em processos políticos durante a ditadura civil-militar eram mulheres. E esse número sobe para 18,3% se verificados os processos da guerrilha urbana (RIDENTI, 1990, p.2.). Para Kreuz essa porcentagem, embora em proporção bem menor que a dos homens, reflete a participação feminina na resistência à ditadura civil-militar em atividades consideradas políticas e na luta armada (KREUZ, 2015, p.65).

As mulheres adentravam os movimentos de combate à ditadura por sua convicção política. Essa inserção, no entanto, não aconteceu sem custos. E durante sua militância as mulheres enfrentaram e vivenciaram as mais diferentes formas de opressão. As múltiplas

⁵⁰ MATOS, Maria Izilda Santos. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. Mandrágora, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15 DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v19n19p5-15>

⁵¹ RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Ano 1990. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/sociologia/temporal/site/images/stories/edicoes/v022/AS_MULHERES.pdf. Acesso em: 20 set. 2017.

⁵² Dados retirados de RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993, p.197. Marcelo Ridenti, com base nos arquivos do projeto Brasil: Nunca Mais, classifica as processadas aqui citadas como pertencentes às “camadas médias intelectualizadas” (p.197).

facetas da relação dessas militantes com os homens- e até mesmo com as próprias mulheres- aqui serão destacadas. Nesta classificação temos o “inimigo”, isso é, os agentes de repressão do Estado; a sociedade civil e seus setores conservadores; e a própria esquerda. A participação e resistência das mulheres a ditadura civil-militar, principalmente, na luta armada, foi uma grande ruptura com o código de gênero do período. Era, de modo geral, um comportamento à frente do pensamento predominante da sociedade brasileira que possuía imaginário conservador, machista e moralista intrínseco da época. Como nos afirma Colling, “o discurso da repressão não é um discurso isolado. O mesmo está presente na sociedade; a repressão somente o recolhe e o sistematiza” (COLLING, ANO p.8).

Como já mencionado, essas questões perpetuaram no interior da esquerda e dos grupos armados, mesmo que estivessem imbuídas pelo desejo de mudança política, econômica e social, as organizações praticavam o mesmo tipo de relação de gênero que a sociedade da época. Embora a esquerda estivesse aberta à integração feminina em seus quadros, os papéis sociais determinados aos homens e mulheres eram, na maioria das vezes, mantidos. Segundo Adão⁵³, as organizações de esquerda mais conservadora não viam com bons olhos as mudanças comportamentais empreendidas pelas mulheres na década de 1960, pois geradas e inseridas no seio de uma sociedade cheia de contradições, as organizações, armadas ou não, refletiam e reproduziam estes elementos no tratamento destinado às mulheres que militavam em suas fileiras (ADÃO, 2008, p. 10).

Não é por ser de esquerda, preocupado com os destinos gerais do país que o militante terá uma percepção de igualdade entre os sexos. Ele também entende que o comando político deve ser dos homens. Talvez por este motivo raramente encontramos dirigentes femininas nos grupos clandestinos. Homens e mulheres esqueciam que a luta pela igualdade passa pelo reconhecimento das diferenças (COLLING, p. 8).

Para Maria Cláudia Badam,⁵⁴ essa parcela do movimento de esquerda via as reivindicações específicas das mulheres como pautas não pragmáticas, tratando da questão feminina de forma genérica ou consideravelmente abstrata. Segundo a autora o feminismo era algo muito distante no Brasil estando associado à imagem de um movimento de viés liberal, ficando conhecido pela esquerda do final dos anos de 1960 como um movimento sexista e pequeno-burguês. E que durante aquelas jornadas era inoportuno desperdiçar as forças psíquicas dos membros da coletividade com esse debate, pois a luta contra a ditadura era algo imediato (RIBEIRO, 2008, p.7-8). Em seu trabalho, Maria Cecília apresenta essa questão,

⁵³ ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. *Memórias da luta: a participação feminina nas organizações de esquerda no pós 64*. Ano 2008.

⁵⁴ RIBEIRO, Maria Cláudia Badam. *Militância feminina na luta armada brasileira (1968-1973)*. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. CD-ROM

ressaltando que grande parte da esquerda considerava o movimento feminista como um divisor e não um aliado na luta contra o terrorismo de Estado (ADÃO, 2008, p. 12). Vejamos alguns relatos de mulheres que a autora entrevistou. Segundo Maria Amélia de Almeida Teles, ex-militante do PC do B:

E as mulheres começaram a chegar em 1968. (...) E as mulheres vieram com ideias de participação de igual para igual com os homens, elas vêm com uma ideia mais liberada a respeito da sexualidade, elas se comportam dessa forma e veja o quanto elas incomodam a cabeça dos homens, a sua vestimenta, elas vêm com uma minissaia, e eles dizem que elas já estão provocando, que dá até para ver a calcinha dela. (...) quando eles não tinham mais argumento era o conservadorismo que prevalecia, aí quando não tinha mais esse argumento era a segurança do Partido, se vissem uma militante de saia iria tirar a segurança do Partido porque todo mundo ia ficar olhando (TELES, apud ADÃO, 2008, p 10).

Criméia Alice Schmidt de Almeida, também do PC do B, relata o conservadorismo do partido no período de sua militância:

(...) é um partido extremamente machista em todos os sentidos, não é só que acha que o homem é mais importante que a mulher, (...) era o pensamento da sociedade: a supremacia masculina, a inferioridade das mulheres. Mas o Partido excluía as mulheres dos postos de comando, o que às vezes em outra organização você vai encontrar uma mulher, no Partido não, era bem rigoroso, um pensamento bem machista, que as mulheres não são tão firmes, não têm tanta convicção diante da repressão, na hora da tortura elas vão entregar (ALMEIDA, apud ADÃO, 2008, p. 11).

Em outro relato, Guiomar Silva Lopes, ex-militante da ALN, fala sobre a dificuldade de discussão sobre a participação da mulher na guerrilha com um dos principais líderes da organização.

Eu tive a oportunidade de discutir algumas vezes esta questão, uma delas com Joaquim Câmara Ferreira, e ele era uma pessoa muito delicada, próximo da gente, dedicado, carinhoso e daí quando eu falei da participação da mulher na guerrilha rural, ele dizia: ‘Imagina uma moça participando da guerrilha rural, é muito complicado, é um cúmulo’. E aí discutimos um pouco, ele não queria discutir essas questões, acabava postergando. Às vezes, senti uma dificuldade de alguns companheiros de aceitar uma mulher no comando, mas de maneira geral, essas foram duas questões que eu estive mais próxima. O nosso dia-a-dia era muito tranquilo, não tinha diferença. Agora é evidente que faltou a discussão da questão feminina (LOPES, apud ADÃO, 2008, p. 11).

Em seu livro “*Breve História do Feminismo no Brasil*”, Maria Amélia Teles descreve, mais de uma vez, o machismo existente em seus companheiros de guerrilha. Segundo ela “ao participar da luta armada de 1969 até 1974, as mulheres puderam sentir as discriminações por parte de seus próprios companheiros, tanto pela superproteção, como pela subestimação de sua capacidade física e intelectual”. (TELES, 2003, p. 70).

Através do livro *A fuga* do ex-militante da ALN Reinaldo Guarany, podemos enxergar outras facetas do machismo que os homens de esquerda chegaram a reproduzir:

As mulheres na esquerda sempre seguiam uma linha bem definida. Com poucas exceções (K era uma mulher lindíssima, com seus cabelos morenos e aqueles olhos verdes. Isolde com charme pra sociólogo nenhum botar defeito. Sonia Lafoz digna de ter sua foto em banheiro de porta-aviões, Carmela Pezuti de deixar Balzac de mão no bolso, e outras) elas em geral se dividiam da seguinte maneira: quanto mais barrapitada fosse uma organização (ALN e VPR), mais feias eram as mulheres e menos havia; e quanto mais de proselitismo fossem, mais mulheres havia e mais jeitosinhas eram (por exemplo, AP, Polop, etc.). Portanto, o panorama dentro da ALN era negro: poucas mulheres, todas de sandálias de nordestino e saias de freira. E o que era pior: antes da trepadinha, uma lidinha nos documentos do Mariga, depois da dita cuja, um belo discurso do Fidel. Haja estômago! Na VPR o quadro era bem parecido, mas, não sei por que, as mulheres usavam minissaias mais curtinhas. O MR-8 (a eterna Dissidência Estudantil) primava pela mistura, como sempre primou, ora querendo atacar de vez, entrando de cheio no militarismo e aí então espantando as bonitinhas, ora fazendo pose de intelectual salvador do proletariado. Nesses momentos, as gatinhas retornavam às suas fileiras, bem queimadas de sol. Até hoje não entendi isso, acho que as companheiras sentiam uma certa atração pela palavra operário, talvez pelo seu significado de rudeza, força, brutalidade, disposição sexual, ou pelo cheiro de suor misturado com fuligem. Naquela época não se falava de feminismo, e as mulheres da esquerda, que estavam rompendo com montões de dogmas e tabus ao mesmo tempo, precisavam de um braço peludo para as horas de desamparo. (GUARANI, 1984, apud TOMAZONI, 2015, p.4).

Outra forma de descaracterizar e de reproduzir o discurso do papel da mulher na sociedade, praticado pelos homens e organizações de esquerda, era a forma de como essas militantes deveriam atuar. A participação feminina era vista com reserva por muitos de seus companheiros, pois ainda permanecia o estereótipo do “sexo frágil”, restando à mulher atividades, quase sempre, secundárias, domésticas, estruturais e logísticas, quase nunca de comando. No entanto, grande parte dessas mulheres resistiu às tentativas de submissão e muitas vezes conseguiam alterar práticas estabelecidas. Como podemos ver no depoimento de Criméia:

E teve coisas do tipo assim: ‘Você podia lavar roupa do companheiro da direção?’ Que ele via que você era lavadeira. ‘Eu lavo a minha e ele lava a dele. Se tiver algum companheiro doente, pode ser da direção ou não, homem ou mulher, que eu ajudo.’ Porque é da direção, vem uma lavadeira aqui. Não, eu não era lavadeira. Eu era muito chatinha, reconheço, mas foi essa chatice que me manteve (...). Todas, não abri mão de nenhuma, não abri mão de fazer tarefas masculinas e não aceitei que as tarefas femininas ficassem só comigo, então no meu dia de cozinhar eu cozinjava e no meu dia de caçar, ir para a roça, eu não abria mão. Tinha que dividir igualmente, é claro que se bobear sempre sobrava para a gente, principalmente as tarefas domésticas, cozinha suja para limpar, mas eu brigava para que isso não sobrasse (ALMEIDA, apud ADÃO, 2008, p. 16-19)

Teles também apresenta essa questão em seu depoimento:

As minhas tarefas vão ser ligadas à imprensa, eu vou ser rádio escuta, eu sou leitora de jornal, para ver o que está acontecendo, eu vou trabalhar na gráfica clandestina, fazer revisão, trabalhar com edição de material gráfico, (...) às vezes tinha que escrever algum artigo, tinha que ter esses contatos, tanto nacionais como internacionais, esses meios de ligação e esse trabalho é totalmente clandestino (...). Sempre havia uma tentativa de encostar as tarefas domésticas, e isso para a gente era pesado porque as tarefas masculinas eram muito pesadas na área rural, é cortar lenha de machado, derrubar árvore, são tarefas pesadas para homem e mulher. Agora a gente viu que se a gente abrisse mão dessas tarefas, quando fosse na hora do treinamento das ações armadas, a gente seria muito mais frágil, o treinamento fazia parte (TELES, apud ADÃO, 2008, p. 16-19)

Em relação à quase inexistência de relatos de mulheres que assumiram papel de comando nas organizações de esquerda no período da ditadura civil-militar, Teles afirma:

(...) olha todas as mulheres que vão para direção do Partido naquela época, que são raríssimas, o próprio Partido tem suspeição sobre ela. É uma coisa assim tão distante e eu não vou falar sobre isso, é uma coisa que me machuca muito. ‘Mulher que vai para direção, será que está dormindo com o chefe?’ É aquela história, fica sempre aquela dúvida: é competente ela? (...) E essa dúvida nunca deixou de existir dentro do Partido ou essa posição. Então não tinha mulher na direção. Não tinha e não era para ter. E as mulheres que insistiram nessa história de participar da direção foram todas mal vistas, era como se fossem carreiristas, oportunistas, que só pensa em direção. ‘Ela está é querendo poder.’ Como se fosse um absurdo mulher querer poder, era de extremo machismo, era uma incoerência muito grande (TELES, apud ADÃO, 2008, p. 14).

Não foram apenas os homens que assumiram posições e discursos machistas no interior da esquerda. Muitas mulheres também incorporaram esse comportamento, ao passo que tiveram que se masculinizar para enquadrar nos padrões que a luta exigia, principalmente, a luta armada. Simultaneamente ao endurecimento da ditadura civil-militar, a esquerda ia se tornando mais “viril”, pois participar da guerrilha exigia coragem, força e espírito de sacrifício, qualidades, até então, vistas nos homens. O modelo de masculinidade a ser seguido era Marighella, líder da ALN, uma das principais organizações de luta armada no país (LISBÔA, 2014, p.5). Nesse contexto, muitas mulheres iniciaram na luta tentando se igualar aos homens, que detinham as características ideais para a luta armada. Segundo Maria Amélia de Almeida Teles “algumas guerrilheiras tentaram se aproximar do modelo masculino. Acreditavam que dessa forma seu desempenho seria melhor nas ações militares” (TELES, apud ADÃO, 2008, p. 17). Em uma entrevista concedida para Maria Cecília de Oliveira Adão, a ex-militante do PC do B relembra:

(...) tinha uma mulher lá que o raciocínio dela era igual ao de homem, extremamente machista e era até difícil nossa relação, porque tudo que você tinha desejo enquanto mulher ela achava absurdo, achava vício burguês, colocava em risco a segurança do Partido, você só podia pensar igual homem (TELES, apud ADÃO, 2008, p. 18).

Para Susel da Rosa:

Embora não seja consenso nos relatos das militantes que participaram das organizações de luta contra a ditadura, muitas delas dizem que, ao adentrarem no espaço público, compondo a arena da luta política, as mulheres tiveram que adequar-se ao modelo masculino do militante (ROSA, apud KREUS, 2015, p. 57)

Muitas vezes, as próprias mulheres militantes assumem a dominação masculina, tentando camuflar a sua sexualidade numa categoria sem sexo - a militante política. No entanto, para se constituírem como sujeitos políticos, muitas dessas mulheres estabelecem identidade com o discurso masculino diluindo as relações de gênero na luta política mais geral. As mulheres se masculinizavam numa tentativa de igualarem-se aos companheiros militantes. Entretanto, notamos nesta prática uma contradição, pois se por um lado parte das mulheres

tentava se afirmar como mulheres independentes, donas de seus corpos e concepções, outras, por outro lado, procuravam negar sua condição feminina para poder adentrar nas organizações de esquerda e serem consideradas apenas militantes.

Para os órgãos de repressão da ditadura a quebra do papel histórico e socialmente destinado à mulher e a conseqüente busca por igualdade trouxe o conceito de “mulher subversiva”, que era dividido em duas categorias: a de prostituta, objeto de desejo dos homens, e a de comunista, desviante política (TOMAZONI, 2015, p.3). Assim, a mulher militante cometia de uma única vez um duplo pecado aos olhos dos agentes do Estado: de insurgir contra a política de terrorismo do Estado fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o seu lugar, natural, rompendo os padrões estabelecidos.

O formidável aparato repressivo do governo, aos poucos conseguiu aniquilar as organizações clandestinas, e com elas as militantes de esquerda, que foram suprimidas em palavras e existência. Nas mãos dos agentes da repressão as mulheres mais uma vez se encontravam na relação de poder que era estabelecida entre ambos os sexos, sendo, portanto, submetidas à violência e humilhação. A necessidade do agressor de fragilizar, coibir e descaracterizar a mulher militante era inerente ao processo da tortura, principalmente, pela necessidade de desconstruir qualquer identidade ou laço entre si e a sua vítima, convencendo-se de que aquele corpo onde seria aplicado a tortura não existia um “ser humano”, mas uma “coisa”. Talvez, isso explique o fato dessa prática ter adquirido seu formato mais cruel contra as mulheres, era necessário, sobretudo, destruir a sua humanidade feminina.

Nesse sentido, um dos métodos de tortura mais recorrentes era a violência sexual. A questão de ser mulher torna a tortura um processo muito particular, por conta dos padrões de conduta, que sob o aspecto sexual colocava a mulher como objeto de prazer do homem (TOMAZONI, 2015, p.7). Nos porões da ditadura foram muitas as mulheres estupradas e submetidas a rituais de humilhação psicológica em função de seu gênero, estando expostas aos mais perversos métodos. Os relatos⁵⁵ a seguir de mulheres militantes na resistência à ditadura civil-militar nos evidenciam esses mecanismos e as situações- limites na tortura. Começamos por Dulce Maria, ex- militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que descreve a sua experiência e a situação de estupro a que foi submetida:

(...) E lá estava eu, uma mulher franzina no meio daqueles homens alucinados, que quase babavam. Hoje, eu ainda vejo a cara dessas pessoas, são lembranças muito

⁵⁵ Os relatos que serão apresentados a seguir são testemunhos de ex-militantes de esquerda, principalmente, da luta armada que lutaram contra a ditadura civil-militar brasileira. Todos foram encontrados no livro “Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura”. MERLINO, Tatiana. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

fortes. Eu vejo a cara do estuprador. Era uma cara redonda. Era um homem gordo, que me dava choques na vagina e dizia: 'Você vai parir eletricidade'. Depois disso, me estuprou ali mesmo (MARIA, apud MERLINO, 2010, p. 70)

Inês Etienne Romeu, também ex- militante da VPR, relata a sua experiência de tortura física e sexual sofrida nas mãos dos agentes da repressão, tanto do torturador, quanto do “médico” que invadia sua cela para realizar violência sexual com ela. Inês, como tantas outras, também foi estuprada. Como podemos observar:

(...). Fui conduzida para uma casa (...) em Petrópolis. (...). O Dr. Roberto, um dos mais brutais torturadores, arrastou-me pelo chão, segurando-me pelos cabelos. Depois, tentou me estrangular e só me largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e deram-me pancadas na cabeça (...). Espancaram-me no rosto até eu ficar desfigurada (...). O 'Márcio' invadia minha cela para 'examinar' meu ânus e verificar se o 'Camarão' havia praticado sodomia comigo. Esse mesmo 'Márcio' obrigou-me a segurar seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. Durante esse período fui estuprada duas vezes pelo 'Camarão' e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros (ROMEU, apud MERLINO, 2010, p. 105)

A ex-militante da Ação Popular (AP), Gilse Cosenza relata a sua experiência de estupro nas mãos dos torturadores, ressaltando a consumação do ato em um estágio físico que se encontrava, praticamente inconsciente, depois de tanta tortura ao qual foi submetida.

Fomos colocadas na solitária, onde ficamos por três meses, sendo tiradas apenas para sermos interrogadas sob tortura. Era choque elétrico, pau de arara, espancamento, telefone, tortura sexual. Eles usavam e abusavam. Só nos interrogavam totalmente nuas, juntando a dor da tortura física à humilhação da tortura sexual. Eles aproveitavam para manusear o corpo da gente, apagar ponta de cigarro nos seios. No meu caso, quando perceberam que nem a tortura física nem a tortura sexual me faziam falar, me entregaram para uns policiais que me levaram, à noite, de olhos vendados, para um posto policial afastado, no meio de uma estrada. Lá, eu fui torturada das sete da noite até o amanhecer, sem parar (...). Quando eu já estava muito arrebitada, um torturador me tirou do pau de arara. Eu não me aguentava em pé e caí no chão. Nesse momento, nessa situação, eu fui estuprada. Eu estava um trapo. Não parava em pé, e fui estuprada assim pelo sargento Leo, da Polícia Militar (COSENZA, apud MERLINO, 2010, p. 192)

Eleonora Menicucci de Oliveira, ex-militante do Partido Operário Comunista (POC), presa em 1971, relata a sua experiência na tortura e ressalta que o estupro não é apenas o ato de penetração: abuso sexual, de alguma forma, também é estuprar.

A tortura era feita sob xingamentos como 'vaca', 'puta', 'galinha', 'mãe puta', 'você dá para todo mundo'... Algumas mulheres sofreram violência sexual, foram estupradas. Mas apertar o peito, passar a mão também é tortura sexual. E isso eles fizeram comigo. Eles também colocaram na minha vagina um cabo de vassoura com um fio aberto enrolado. E deram choque. O objetivo deles era destruir a sexualidade, o desejo, a autoestima, o corpo (OLIBEIRA, apud MERLINO, 2010)

Jessie Jane, ex-militante da ALN, afirma em seu relato que, praticamente, todas as mulheres que passaram pelo processo de prisão e tortura, foram abusadas sexualmente. Como podemos observar:

(...) A nossa prisão foi muito violenta. Fomos levados para o DOI-Codi, onde fomos muito torturados. As torturas foram tudo que você pode imaginar. Pau de arara,

choque, violência sexual, pancadaria generalizada. Quando chegamos lá, tinha um corredor polonês. Todas as mulheres que passaram por ali sofreram com a coisa sexual. Isso era usado o tempo todo (JANE, apud MERLINO, 2010, p. 125)

Podemos perceber, portanto, que a maioria das mulheres que passaram pelas mãos dos órgãos de repressão sofreram violência sexual, sendo estupradas, humilhadas e submetidas as mais diversas formas de tortura: pau de arara, cadeira do dragão, afogamentos, choque elétrico por todo o corpo, corredor polonês, geladeira, entre outras formas desumanas de tortura, com o uso de animais e insetos⁵⁶. Como podemos observar no depoimento de Dulce Chaves Pandolf, ex- militante da ALN.

(...). No DOI-Codi, a barra foi pesadíssima. Teve pau de arara com choque elétrico no corpo nu: nos seios, na vagina, no ânus. Lá tinha um filhote de jacaré de estimação dos torturadores que eles colocavam para andar em cima do nosso corpo (PANDOLF, apud MERLINO, 2010, p. 58)

Hecilda Fontelles Veiga, ex-militante da Ação Popular, também relata sobre essa questão:

(...). Eu estava muito fraca e não conseguia ficar nem em pé nem sentada. Como não tinha colchão, deitei-me no chão. As baratas, de todos os tamanhos, começaram a me roer. Eu só pude tirar o sutiã e tapar a boca e os ouvidos (VEIGA, APUD MERLINO, 2010, p. 76)

O discurso opressor, moralista e machista ali encontrava sua forma mais cabal. Como podemos observar:

Mulheres militantes constantemente tinham sua sexualidade posta em questão, pois acreditavam, os ditadores, que uma figura capaz de entrar em uma luta armada e confrontar-se com o governo, desobedecendo às leis e a ordem estabelecida, tinha dois motivos: interesse em manter relações com vários homens ou uma condição sexual “não adequada”, o lesbianismo (TOMAZONI, 2015, p.6)

A repressão, ao tratar a mulher militante, de imediato tenta a sua desqualificação como sujeito autônomo. Sua caracterização dá-se como apêndice dos homens, incapaz de decisão política e própria (COLLING, 2004, p.7). Isso explica, em grande parte, o porquê de os órgãos repressivos associarem a imagem das mulheres, de uma forma gritante, aos homens políticos, classificando-as como “puta”, “namoradina” e “amante”. O caso clássico é o de Iara Iavelberg, que durante a luta armada se relacionou afetivamente com Carlos Lamarca. Nos registros e processos movidos contra essas mulheres, eram muito enfatizados esses termos e associações. Segundo Julia Bianchi⁵⁷ o foco sempre recaía na relação com os homens “subversivos”. Para os órgãos do Estado autoritário as mulheres não seriam capazes de efetuar

⁵⁶ Sobre as inúmeras formas de torturas e o seus significados e fins, consultar o livro *Brasil Nunca Mais*. Arquidiocese de São Paulo. Editora Vozes Ltda, Rio de Janeiro, 1985. 1º parte do livro

⁵⁷ Para maior aprofundamento sobre essa questão e sobre Iara Iavelberg, consultar: ISUELA, Julia Bianchi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto) biografias*. Ano 2011.

ações sozinhas e sua participação na luta, portanto, seria por mera influência dos homens (INSUELA, 2011, p.58). Como podemos observar em alguns depoimentos:

(...) O tom era de 'por que você não está em casa, ao invés de estar aqui? Por que você perde tempo com coisas que não lhe dizem respeito?'. Era como se você merecesse ser torturada porque estava fazendo o que não devia ter feito (SPADINI, apud MERLINO, 2010, p. 96)

Podemos observar essa questão em outro relato. Segundo Lucia Coelho, ex-militante da POC:

(...). Também faziam uma certa gozação, como se eu tivesse me metido nisso sem saber o que era. Eles tinham muito prazer na tortura. Não me pareceu que eles faziam por obrigação. Havia o Ustra [coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra], que era o mais terrível, porque vinha com uma conversinha, com uma diplomacia: 'Minha filha, como você vai se meter numa coisa dessas você é de uma família boa, vai prejudicar os seus filhos por essa coisa de comunismo'. E, de repente, inesperadamente, ele lançava uma bofetada (COELHO, apud MERLINO, 2010, p. 158)

Além do caráter sexual no processo de tortura, os agentes exploravam a maternidade⁵⁸. A intenção do uso do corpo da vítima era instrumental, e no caso das mulheres, o corpo oferecia maiores possibilidades. A gravidez não era impedimento para a tortura, também as crianças e os companheiros foram usados como instrumentos de pressão, tudo “justificado” pela necessidade de urgência nas informações sobre os transgressores do regime (TOMAZONI, 2015, p.8). Como veremos nestes depoimentos. Izabel Fávero, militante da VAR-Palmares no período, relata sobre o seu aborto na prisão.

(...). Foi pau de arara, choques elétricos, jogo de empurrar e, no meu caso, ameaças de estupro. Dias depois, chegaram dois caras do Dops do Rio, que exibiam um emblema do Esquadrão da Morte na roupa, para 'ajudar' no interrogatório. Eu ficava horas numa sala, entre perguntas e tortura física. Dia e noite. Eu estava grávida de dois meses, e eles estavam sabendo. No quinto dia, depois de muito choque, pau de arara, ameaça de estupro e insultos, eu abortei (FÁVERO, apud MERLINO, 2010, p. 51)

Em outro testemunho, Gilse Cosenza descreve as atrocidades que os torturadores falavam que iriam fazer com sua filha, nascida na prisão, de apenas 4 meses:

(...). Eles diziam estamos cansados de trabalhar com adulto, já estudamos todas as reações, mas nunca trabalhamos com uma criança de quatro meses. Vamos colocá-la numa banheirinha de gelo e você vai ficar algemada marcando num relógio quanto tempo ela leva para virar um picolé. Mas não pense que vamos matá-la assim fácil, não. Vocês vão contribuir para o progresso da ciência: vamos estudar as reações, ver qual vai ser a reação dela no pau de arara, com quatro meses. E quanto ao choque elétrico, vamos experimentar colocando os eletrodos no ouvido: será que os miolos dela vão derreter ou vão torrar? Não vamos matá-la, vamos quebrar todos os ossinhos, acabar com o cérebro dela, transformá-la num monstinho. Não vamos matar você também não. Vamos entregar o monstinho para você para saber que foi você a

⁵⁸ Sobre essa questão têm-se várias matérias, entre elas matérias audiovisuais, como: o documentário “Que bom te ver viva” e o depoimento em áudio de Criméia de Almeida que pode ser encontrado no site do DEOPS. Pode-se encontrar mais relatos sobre esse meio de tortura no livro *Brasil: Nunca Mais*. Prefácio EVARISTO, D. Paulo. Editora Vozes Ltda, Rio de Janeiro, 1985, p. 43-48

culpada por ela ter se transformado nisso'. Depois disso, me jogavam na solitária. Eu quase enlouqueci (COSENZA, apud MERLINO, 2010, p. 192)

Eleonora Menicucci ressalta o objetivo dos torturadores em desmontar a mulher, usando de todos os meios, inclusive da maternidade.

(...). Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira (...) hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade. (OLIVEIRA, apud MERLINO, 2010, p. 149)

Sobre a questão da maternidade, várias mulheres relatam que o fato de ser mãe, de estar grávida, despertava um ódio muito grande nos torturadores, pois significavam para eles a possibilidade de continuação da resistência. Enquanto, na cadeia, sob torturas, eles queriam tirar a vida de inúmeras mulheres, outras tantas, respondiam esse ódio com vida⁵⁹. Desse modo, fica evidente o sentimento de repugnância dos torturadores com as mulheres militantes, que foram expostas a uma série de medidas punitivas e situações-limites como insultos, torturas, espancamentos, estupros, e os mais diversos mecanismos de anulação, em que o castigo tinha uma função exemplar. Essa atitude repressiva potencializada adquiriu tal conotação pelo fato de essas mulheres terem escolhido viver como protagonista (RIBEIRO, 2008, p.10). Vale ressaltar, no entanto, que todos os depoimentos acima são de mulheres que sobreviveram ao terrorismo de Estado, a prisão e a tortura. Outras tantas, não tiveram chance de relatar suas experiências e, muito menos, denunciar a ditadura civil-militar, foram mortas, assassinadas pelos órgãos e agentes de repressão do Estado.

3.1 A participação e experiências das mulheres nas Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)

A inserção e atuação das mulheres nas Forças Armadas de Libertação Nacional não se deu diferente das demais organizações de luta armada no país. As mulheres nesta organização passaram pelas mesmas dificuldades, preconceitos e opressões, que tantas outras.

Antes de adentrarmos, especificamente, na proposta deste trabalho, uma questão ou, até mesmo, contradição se faz necessária destacar. Essa seja, talvez, mais uma característica peculiar das Forças Armadas de Libertação Nacional. No decorrer deste trabalho e, principalmente, na investigação feita para sua realização, nos deparamos com uma questão: a baixa participação das mulheres nas FALN. Claro que, como já vimos, o número de atuação

⁵⁹ Sobre essa questão ver o documentário “Que bom te ver viva!”, já citado anteriormente, dirigido por Lúcia Murat, lançado em 1989.

das mulheres na luta armada é inferior aos homens, por diversos motivos que já abordamos. No entanto, na organização em questão apenas quatro nomes de mulheres constam nos Altos de Interrogatório e Qualificação do processo 49/70 STM movido contra as FALN, onde relacionou 49 processados (BOTOSSO, 2006, p.84). Esse número cai para apenas uma mulher, como veremos.

Dentre as quatro mulheres, temos: Nanci Marietto, Leila Bosqueto, Maurina Borges da Silveira e Áurea Moretti. No entanto, as três primeiras não participaram diretamente da luta armada. Para entendermos melhor essa questão faz necessário uma breve abordagem sobre o real envolvimento dessas mulheres com as FALN. Nanci Marietto, ex- militante do PCB local, foi uma das fundadoras do Jornal *O Berro*, que foi um dos pontos de partida para o surgimento da organização. Entretanto, Nanci não chegou a fazer parte das FALN; entre os motivos de sua saída está os desentendimentos com Vanderley Caixe e a discordância com a luta armada.

(...) O Vanderley fazia artigos mais pungentes sobre questões locais ou participação de pessoas próximas. Eu achava que não devíamos publicar nome de pessoas em certos artigos, o período era de muita repressão. Então a gente já começa a divergir de alguma coisa, depois eu larguei o grupo deles e eles continuaram e deram um nome, uma estrutura armada (...). na época eu ainda discordava da luta armada, portanto, realmente, eu não era das FALN, eu era do grupo político que produzia o jornal (MARIETTO, apud BOTOSSO, 2006, p.61)

Maurina Borges da Silveira era madre superiora da Instituição Religiosa Lar Santana de Ribeirão Preto quando foi presa, sendo acusada de ser uma das integrantes das FALN. No entanto, tal associação foi esclarecida e negada. Seu envolvimento foi um caso específico e, merecendo mais detalhes, será descrito e analisado posteriormente.

Leila Bosqueto também não foi integrante das FALN, pelo menos não atuou em Ribeirão Preto. Seu envolvimento é mais complexo, pois existem poucas informações que tratam desta questão, e segundo Áurea Moretti, a associação que fizeram dela com a organização foi pelo seu envolvimento amoroso com um militante do grupo, pois era noiva do Djalma Quirino de Carvalho (MORETTI, 2017).

Das quatro mulheres a única que foi integrante das FALN e teve envolvimento direto com a luta armada, foi Áurea Moretti. No entanto, isso não descaracteriza as demais mulheres que foram importantes militantes e protagonistas de suas lutas e pautas, independentemente do lugar de sua atuação. Todas as militantes citadas acima foram presas e torturadas, sofreram no corpo e na alma as mazelas da ditadura civil-militar.

3.2 Áurea Moretti: uma lutadora incansável

“Encontrei dois torturadores que vieram me pedir perdão. (...). Eu acho que não é essa a questão. A questão é que temos que resgatar tudo, dessa história, para nunca mais se repetir isso! Nunca! É isso que nós queremos.” (Áurea Moretti)

Neste subcapítulo abordaremos a história de luta e resistência à ditadura civil-militar de Áurea Moretti, militante das Forças Armadas de Libertação Nacional. Para isso, usaremos, entre outros referenciais, a entrevista realizada por mim com a militante em setembro de 2017.

Áurea Moretti iniciou sua militância no movimento estudantil em Ribeirão Preto, participando de importantes manifestações na década de 60 a favor da posse e do governo de João Goulart, sendo neste período uma estudante secundarista. Seu amadurecimento na luta acontece, concomitantemente, com o golpe civil-militar de 1964 e a intensificação da correlação de forças por ele produzida.

No período do golpe, Áurea Moretti já era militante do PCB local. Neste partido participou de importantes atividades e manifestações, desenvolvendo aspectos importantes da sua militância, principalmente, enquanto mulher:

(...) nós formamos um grupo dentro do Partido de mulheres, num tempo em que ninguém pensava em mulher, né, porque o Luciano Lempere foi em Cuba e ele viu como a mulher era tratada pelo regime e deu uma aula pra nós. A partir daí a gente organizou, uma comissão feminina, pra estudo, pra trabalho, pra arrecadar dinheiro pra fazer festa (...). Mas principalmente era um grupo de meditações, de lições em conjunto, já dentro do Partidão⁶⁰

Entretanto, movida pela insatisfação da opção de luta pacífica adotada pelo partido, decide junto com outros companheiros adotar a luta armada. “O Partidão, na realidade, tinha uma política pacífica. E pregando que ia derrubar a ditadura pacificamente. Mas a gente sabia que não era assim (...) do Partidão, a gente começou a rachar saindo para a luta armada”.

Junto com Vanderley Caixe e Nanci Marietto, o grupo dissidente do PCB, começaram a produzir o jornal *O Berro*, em 1966, que como já mencionamos, foi o ponto de partida para o surgimento do grupo armado, as FALN. No que se refere ao desenvolvimento e atividades do jornal, a militante teve um papel fundamental, desde o conteúdo à sua divulgação e distribuição. Como afirma Botosso “a dedicada integrante Áurea Moretti, como constou nas fontes, parece ter sido uma das pessoas mais empenhadas neste trabalho de divulgação regional (...) a distribuição de *O Berro* era exercida quase que religiosamente” (BOTOSSO, 2006, p. 66). Laudelino Pires afirma essa dedicação em todas as tarefas que Áurea Moretti desenvolvia:

⁶⁰ MORETTI, Áurea. Entrevista cedida a Maria Luci Buff Migliori, para a Comissão Nacional de Verdade, em 25/02/2014.

Ela era uma das faz tudo do grupo, quem trabalhava mais, viajava, recrutava companheiros, distribuía o jornal, era ela. Ela fazia tudo, mas quem comandava e era o líder era o Vanderley, que só ficava por aqui⁶¹

Quando o grupo começou a criar uma estrutura para a luta armada, Áurea Moretti estava cursando a faculdade de Filosofia na USP, curso esse que abandonou para ingressar na enfermagem. Tendo em vista que a sua formação e conhecimento seria mais útil a luta armada. Maria Raquel Moretti relata sobre essa questão:

Ela sempre nos dizia que tinha abandonado a filosofia para cursar enfermagem, pois seria mais importante a sua formação como enfermeira na luta armada. Eles estavam se preparando para tudo, para o confronto mesmo⁶².

Mesmo sendo uma militante preocupada com o desenvolvimento da organização, na sua condição de mulher Áurea Moretti também sofreu com atitudes machistas dos companheiros no interior do grupo. Essa questão aparece em diversos momentos e de diferentes maneiras, principalmente, quando a organização começou a realizar ações ditas diretas. Em todas as ações diretas que as FALN realizaram, sempre coube a militante a realização de atividades secundárias. Ela relata essa questão no episódio de sequestro de um importante usineiro da região que o grupo planejou.

A única coisa que me deixaram fazer foi a roupa de freira, um hábito, que era para um dos meninos pôr e parar o usineiro no meio do caminho, pedindo socorro. E era o César que ia colocar, eu medi nele e deu certinho, e eu falei: Nossa! Mas que freira bonita que você ficou (...). Para isso eles não me chamaram. Eu brigava com eles, eles diziam que era porque eu sou mulher (MORETTI, O BERRO III, 2014, p. 17)

Em outro relato identificamos a questão do machismo relacionado à ação direta que, segundo os demais integrantes, devia ser realizada pelos homens. Neste relato, Áurea questiona a sua não participação na expropriação na pedreira:

Eu não fui, não me chamaram, eu fiquei muito brava com eles depois: “Bonito, eu sirvo pro um monte de coisas e não sirvo pra ir junto com vocês pegar a dinamite”, aí eles falaram: “Pelo amor de Deus, você está louca, você é muito fácil de reconhecer”, eu disse: “Sou nada, o Silvio me empresta a calça dele, o Gonzaga me empresta a camisa, o outro menino me dá o boné, eu seguro meu cabelo e vou junto” (MORETTI, 2014, CNV)

Mesmo diante dessas questões, Áurea Moretti diz ter, muitas vezes, conseguido alterar algumas práticas machistas que eram reproduzidas pelos seus companheiros na organização. Segundo ela, desde o PCB existia atritos com os militantes que queriam, de alguma forma, diminuir a mulher.

Eu nunca abaixei a cabeça. Tinha dia que a gente colocava a nossa posição no partido e a gente levava na cara, como se não estivéssemos ali (...) O Vanderley também era muito machista, não só ele, outros também. Na FALN, especificamente, teve

⁶¹ FILHO, Laudelino Pires. Entrevista cedida a Luana Torres, em setembro de 2017.

⁶² MORETTI, Raquel Maria. Entrevista cedida a Luana Torres, em agosto de 2017.

momentos que alguns diziam, a Áurea não deve ir para o treinamento, e eu não estava nem aí, ia junto mesmo (risos)... (MORETTI, 2017).

Maria Raquel Moretti em seu depoimento enfatiza o posicionamento de sua mãe, de não submissão em relação aos homens na sua condição de mulher:

Desde que eu me conheço por gente ela sempre foi assim. Nunca abaixou a cabeça pra homem nenhum, nunca se sentiu inferior a homem nenhum. Se nem para os torturados ela abaixou a cabeça, imagina para os companheiros. Não tinha isso dela pedir pra ser algo, ela era e fazia. Não tinha isso de eu posso menos do que eles não, eu estou junto e eu estou fazendo e estou fazendo até mais. E isso foi a vida inteira assim. É a impressão que eu tenho como filha de tudo que ela já contou e do que já presenciei. Não tinha isso de lembrar que é mulher, ela já se colocava como pessoas e com voz e obrigava a escutar ela. Acho que pra ela não teve nem essa questão da resistência, sempre foi muito natural pra ela. Não tinha mesmo essa questão de pedir licença (MORETTI, 2017.)

No relato a cima Raquel Moretti destaca um comportamento de não submissão de sua mãe para com os homens. “acho que para ela não teve nem essa questão da resistência, sempre foi muito natural para ela”. No entanto, como vimos (e veremos), Áurea Moretti teve que resistir e resistiu de diversas maneiras, na relação com os companheiros, nas mãos dos torturadores, etc. Não basta termos uma “consciência emancipada”, se na sociedade, de modo geral, está tão intrínseca a relação de poder, de hierarquia e da opressão. Nesse sentido, o relato anterior deve ser problematizado, pois se a vontade própria, de grande parte das mulheres militantes de esquerda, dependesse apenas de si mesmas, talvez as relações, principalmente, no interior das organizações de luta armada, seriam diferentes. Nos próprios relatos de Áurea Moretti, vimos que independente de sua vontade e posição, as relações machistas e de poder ali se estabeleciam, sobretudo, quando relata querer participar de ações ditas diretas e, por conta de sua condição de mulher, ser excluídas dessas atividades.

Áurea Moretti, relata também o preconceito que sofreu por ser uma mulher militante na sociedade ribeirão-pretana que, historicamente, possui um histórico conservador.

Era muito difícil ser mulher naquele período ainda mais ser uma mulher de esquerda, da luta armada. As pessoas conhecidas quando descobriam da minha militância sempre diziam “menina você metida nessas coisas, tão nova e inteligente, vai acabar sendo presa”. Mas eu não ligava, nunca dei muita atenção para isso. Eu tinha consciência da concepção que tinham da mulher no geral (MORETTI, 2017)

Mesmo sendo submetida a essas situações, Áurea Moretti teve uma grande importância para o surgimento e desenvolvimento das FALN, sendo uma das principais referências da organização. Essa referência, portanto, é fruto de sua determinação e teimosia, pois segundo a militante, se fosse pelos demais ela ficaria apenas com tarefas secundárias. Como afirma:

Sempre que podiam eles me deixavam de fora das atividades, principalmente as ações mais perigosas. Mas eu não queria nem saber, eu ia junto. Teve umas que não consegui mesmo. A FALN tinha campos de treinamentos e eu sempre ia junto, mesmo contra a vontade deles e fazia treinamento mesmo. Eu tinha uma arma comigo, mas nunca usei. Fui presa antes (risos). (MORETTI, 2017)

A importante referência de Áurea Moretti nas FALN está na memória daqueles que ao lado dela lutaram e, portanto, está na história. No processo de pesquisa para a realização deste trabalho é notório a sua liderança e importância. A história escrita sobre as FALN nos mostra isso. O nome de Áurea Moretti, sobressai nos trabalhos sobre a organização, nos jornais da época consultados, em seus depoimentos e nos relatos dos que a torturaram.

Áurea Moretti e todas as mulheres militantes daquele período sentiram o machismo, o preconceito e a dor de ser mulher, em uma sociedade extremamente patriarcal, com maior força nas mãos dos órgãos de repressão do Estado. Com a prisão dos primeiros integrantes, acirraram-se as torturas, desencadeando as prisões generalizadas e, conseqüentemente, o desmantelamento das FALN. É nesse contexto que acontece a sua prisão e o começo de sua experiência nas mãos dos torturadores.

Eu fui presa em casa. Passei em Franca aquele dia. Eu tinha ido na véspera e dormi lá, tinha famílias que acolhiam a gente e eu voltei para Ribeirão á tardezinha. Eu via a Anhanguera cheia de polícia e pensei: mãe de Deus! Tem alguma coisa errada no pedaço. Porque não era assim. Eu desci na rodoviária eu fui para casa. E tem umas coisas muito esquisitas. Eu me tornei espiritualista. Naquele dia descendo a Barão do Amazonas, para ir para minha casa, eu escutava passos atrás de mim. Eu olhava e não tinha nada. No outro quarteirão e no outro. Sabe uma coisa te avisando? E não fui só eu. Eu conversei na prisão com várias pessoas que tiveram aviso, a intuição e não conseguiram entender. Fui para casa (...) tínhamos comido, e começamos a escutar um barulho de gente entrando no corredor. Batendo na porta da cozinha. No que eu fui olhar era eles, e foi o Mário que levou a polícia. O que eu acho que não depõe em nada contra ele porque chega uma hora na tortura (...) Primeiro eu fui para a delegacia de polícia. Mas eles já começaram a me espancar dentro de casa (...) entraram no meu quarto e arrebutaram tudo para ver se tinha armas (...). Batendo. Batendo dentro de casa, saíram me arrastando pelo cabelo, me enfiaram dentro de um jipe, me levaram para dentro da delegacia. Um gritava comigo, batia em mim, e o outro falava: “Não faz isso com a menina! Ela vai falar tudo. Não precisa bater. É só ela falar, está tudo resolvido”. (MORETTI, 2014, O Berro III, p. 18)

E continua:

Aí, me levaram para o quartel. Tudo isso aqui em Ribeirão. Tinha uma cela que estava sendo usada por um militar que tivesse feito qualquer coisa errada e estava preso ali. Eles o tiraram de lá, e eu fiquei nessa cela, na frente rádio. Aquele puto rádio assim... A noite inteira falando em São Paulo e eu ouvindo os nomes de um por um que estava caindo. Um por um. (MORETTI, 2014, O Berro III, p.18)

Com a prisão, a tortura veio de imediato. Os métodos, os mesmos: violência física, psicológica e sexual.

Eu comecei a ser torturada dentro de casa, na frente dos meus pais, minha mãe estava desesperada. Eles sabiam que eu era de esquerda, às vezes até ia nas manifestações comigo, mas não sabiam do meu envolvimento na luta armada (...) Eles me bateram bastante (e pode pôr aí por que é verdade), eles sentaram o pau e falava sua “puta”, “comunista”, “sem vergonha”. E eu ria (risos) e apanhava mais ainda. Mas era essa uma forma de resistir também, queria deixar bem claro para eles que de mim não iria sair nada (MORETTI, 2017)

Maria Raquel Moretti fala dos relatos de sua mãe na tortura:

E ela relata, choque elétrico no corpo inteiro, na vagina, pau de arara, é muita coisa. É desumano. A resistência da mulher é maior, muito maior. Arrancaram todos os fios de cabelo da cabeça dela. Tem um relato que ela conta que estava menstruada na cadeia e pediu um absorvente, um paninho. E eles pegaram ela e enfiaram a cabeça dela na privada e falavam assim “aqui ô sua menstruação”. Tipo de ela querer um paninho e eles fazerem isso (MORETTI, 2017)

Sobre a questão sexual na tortura, Áurea relata que só não foi estuprada por sorte, sendo que em vários momentos esteve muito próxima dessa violência:

Acordei no chão da cela com um deles me chutando. Comecei a ser arrastada pelo corredor cheio de policiais e levada escada acima. Eles eram muitos. Um deles começou a falar que era meu noivo, que ia casar comigo. De repente, os outros começaram a passar a mão em mim, no meu corpo, nos meus seios, coxas—aquele monte de homens — e começaram a cantar a marcha nupcial. Quando abriram a porta, tinham montado uma sala de tortura no quartel de Ribeirão Preto, com pau de arara, choque elétrico, e aquele monte de homens gritando, me batendo. O homem que disse que ia casar comigo rasgou a minha roupa. Me jogaram água, o bombeiro me amarrou na cadeira e começou a sessão de choque elétrico praticamente a noite inteira, e eu nua, apanhando. Eram choques nos seios, no ventre, na vagina, dentro do ouvido... Era um pesadelo (...). Não sei nem como eu fiquei viva. Tiveram de tirar a gente do quartel porque qualquer soldado se sentia no direito de ir no banheiro com a gente, assediar. Eles falavam assim: “Ô boneca terrorista, vamos jogar dados e fazer a fila para ver quem será o primeiro” (MORETTI, apud MERLINO, 2010, p.148)

Na transferência para a prisão de Tiradentes em São Paulo, nas mãos do Esquadrão da Morte, as torturas e violências sexuais se intensificaram.

À noite, chegou a Operação Bandeirantes, meu irmão. Desceram para comer a gente vivo. Eles eram assassinos mesmo. Era a coisa mais horrível que podia ter (...). Aquele monte de homens entrando na cela, me pegando, rasgaram a minha roupa, todos eles queriam “namorar” comigo. Olha a minha situação de mulher. A questão do gênero (...). Então, eu entro no sanitário e o soldado vem com a baioneta, abriu a porta para me pegar dentro do banheiro. Eu comecei a gritar. Gente eu não sei como a gente consegue se defender, mas eu gritava: “Socorro! Pelo amor de Deus, me acode!” E xingando ele (...). Então era isso. E muitas de nós foram estupradas. Muitas. (MORETTI, 2014, O Berro, p. 19)

Áurea Moretti foi condenada a seis anos de prisão por infringir as Leis de Segurança Nacional e insurgir contra a ditadura civil-militar, ficando três anos e meio em regime fechado. Segundo ela própria, as torturas físicas duraram até o seu julgamento, sendo que a psicológica perdurou até sua liberdade. Nesse período foram várias as formas de resistência que se expressavam em formas de luta e resistência à ditadura civil-militar. Podemos perceber essa questão em uma de suas experiências no Presídio Tiradentes, onde relata que dividiu cela como Dilma Rousseff:

Eu fui presa com a Dilma, ela estava passando muito mal e quem acudiu ela fui eu. Nesse período a gente fez uma greve de fome- a Dilma não fez- só fui eu e a Marlene Sócrates da ALN e ela tinha uma firmeza, uma força. Então, fizemos a greve de fome porque os meninos estavam sendo torturados, e eles colocavam um monte de comidas bonitas para ver se a gente desistia. A gente sempre encontrava formas de resistir mesmo estando presas. Depois de muitos anos, antes da Dilma ser presidente nós nos encontramos e ela ficou surpresa porque achava que eu tinha morrido naquela greve de fome. Tivemos vários reencontros (MORETTI, 2017)

Dentre as formas de resistências a que Áurea Moretti tem mais orgulho em relatar, é a experiência de não ter delatado nenhum companheiro. E foi muito torturada por isso. No depoimento para Marcelo Botosso, Antônio Felix da Silva, que ocupava o posto de sargento policial em Ribeirão Preto, relata o processo de dismantelamento e delações das FALN, destacando a força e resistência de “Maria”, codinome da Áurea na organização:

O Mário Bugliani fugiu, mas posteriormente foi capturado (...). Vai daqui, vai de lá e eles negando, negando, negando, negando...até que acabou derrubando algumas coisas e aí começou a degradingolar. Trabalhando ele, ele entregou a Maria e todos sabiam que essa Maria era um dos cérebros do negócio. Uma mulher inteligente que dava aula de sobrevivência, de socorros de urgência. Essa Maria, na verdade, era a Áurea, pessoa da qual fui criado junto (...) E aí começaram os interrogatórios. Eu sempre pedia pra ela para que falasse, pois quase todo mundo já tinha rodado(...) Prendia um, trabalhava, a OBAN pendurava mesmo, ai pro pau porque não entregavam nada, eles tinham um código de honra deles, mas diante da tortura... A Áurea foi o ser humano que mais aguentou porrete. Ela ia pro pau-de-arara, levava choque na vagina, choque no seio, molhavam o pé dela para dar carga mais forte de choque. Ela dizia: “Eu não sei, eu não sei”. Ela saia do pau-de-arara rindo, isso envenenava os “caras” (SILVA, apud BOTOSSO, 2006, p. 119)

Em outro depoimento cedido a Comissão Nacional da Verdade Áurea descreve o seu posicionamento de não delatar nenhum companheiro, bem como as consequências dessa posição:

(...) tava pra sair meu julgamento, preparado tudo, que eles queriam que colaborasse com a Justiça. Que o Dr. Guilherme Simões Gomes já tinha sido absolvido antes do julgamento. Então eles queriam que eu fizesse o depoimento contra o Guilherme, dizendo que ele fez, e que também que ele era meu amante. “Cê tá é louca, é?” E do Vanderley Casher (Caixe), que eles não sabiam em que pé que tava. Mas o pé do Vanderley tava era no exterior, que o pessoal tava tramando, de algum modo ele não foi, ele tava pra ser tirado do Brasil. E que era o seguinte: eles vinham me buscar, eu faria os depoimentos, que não era mentira nenhuma o que eu falasse, e que eu podia sair da cadeia no dia do julgamento, ir para o exterior, ou ficar com a minha mãe em casa estudando e fazendo minha profissão ou ir para o exterior, mudar de identidade, mudar de identidade, como alguns fizeram e se infiltraram no meio dos nossos companheiros no exterior para passar informação, que acabou até se transformando em assassinato. Como da Sônia Argel, que isto não tem perdão. A Sônia, o companheirinho dela e tantos outros. Então eu só falei: “Dr. Nelson, eu já falei lá na Auditoria que o meu depoimento agora, com o senhor, é que é verdadeiro. O outro foi o Miguel Lamano que fez, o senhor pergunta lá pro escrivão. Pergunta! Não vou refazer nada. A verdade é esta que eu falei agora”. Limpando a cara de todo mundo, e pronto (...). Aí o Seu Alfredo veio e me tirou, me pôs sozinha numa área e falou: “Ainda tá em tempo, viu? Você quer refazer seu depoimento”. Eu falei “Não, Seu Alfredo, eu falei pro Dr. Nelson e pro senhor. O meu depoimento verdadeiro é o que foi feito, aqui com ele e com o senhor também”. Ele falou: “Tá bom, cê vai ver com quantos paus a gente vai fazer tua canoa”. E fizeram, me deram seis anos de cadeia. Eu cumpri três e meio, porque caiu pra quatro, eu saí com três anos e meio de prisão. (MORETTI, 2014, CNV)

Nesse depoimento vemos com uma certa força o pensamento que se tinha, muito forte na esquerda, em relação aos companheiros que delatavam suas organizações, “como alguns fizeram e se infiltraram no meio de nossos companheiros (...) para passar informações que acabou se transformando em assassinato (...) isso não tem perdão. No entanto, depois de todo esse processo, muitos militantes que viam essa questão como “traição”, mudaram de

concepção, ressaltando que tem um momento-limite na tortura que se torna difícil não ceder informações, mesmo sem o propósito de “trair” ou mudar de lado. Uma questão importante a ser destacada é que mesmo que Áurea Moretti não tenha entregado os seus - e como consequência disso também tenha sido muito torturada, ficando presa por muito tempo- muitos outros sob tortura delataram seus companheiros. Sobre a sua experiência ela relata:

(...) chegou uma hora, o Mario mesmo não aguentava mais, ele já tinha levado eles (policia) em um monte de casa que não era e teve uma hora que ele levou na minha casa, inclusive uma coisa que a gente falava, que era pro pessoal segurar um tempo e tinha um momento que não ia resistir e que podia até chegar. Então ele levou eles na minha casa, a hora que ele me viu, tadinho, sabe...nossa! E depois toda vez que ele me encontrou na vida, encontramos ainda muito tempo, e toda vez ele me pediu desculpa e eu falava que não era pra eu desculpar porque ele não tinha feito nada errado. Mas assim, uma pessoa simples, um camponês, que deu a vida inteira pra revolução, ele falava que não queria casar porque queria fazer a revolução, ele não casou pra ficar livre, ficou muito doente na prisão, eu tenho muito amor nele e tenho certeza que não vai demorar muito nós dois vamos se encontrar de novo, em algum momento nós vamos se encontrar. (MORETTI, 2014, CNV)

Em outro relato ela afirma: “foi o Mário que levou a polícia. O que eu acho que não depõe em nada contra ele porque chega uma hora na tortura...Era isso que eu queria que o povo de hoje entendesse” (MORETTI, 2014, O Berro III, p 18). Mesmo afirmando que chega uma hora- limite na tortura que é difícil não falar, Áurea Moretti se manteve firme, não entregando nenhum companheiro, e tem muito orgulho disso. Sem dúvidas esse comportamento foi encarado com muito ódio pelos torturados, era um elemento a mais, pois além de ser mulher, de ocupar um espaço que não é o seu por “natureza”, de desafiar a ditadura civil- militar, ainda se recusava a entregar seus companheiros na condição de mulher, de “sexo frágil”. E para seus companheiros, será que o estereótipo do “sexo inferior” ainda se fazia presente? A concepção que perdurou entre os integrantes das FALN de que a mulher na tortura abriria- e por isso não poderia assumir posições de comando- foi desmistificada? Áurea Moretti, diz que, depois da prisão, quando se encontrou com Mário Bugliani, ele não sabia como agir, movido pelo sentimento de culpa. Sentia culpa por ter entregado sua companheira de luta ou por fazer parte da concepção de que a mesma não era forte o suficiente para a luta armada?

Nos depoimentos de Áurea Moretti vemos com muita força o posicionamento de não ter “entregado” nenhum companheiro e o orgulho que diz sentir disso. Não é objetivo, no entanto, neste trabalho aprofundar sobre esse debate da delação, que foi e ainda é discutido no interior da esquerda⁶³. Entretanto, faz-se necessário uma breve problematização sobre essa

⁶³ Para aprofundamento sobre essa questão pode-se encontrar uma importante discussão acerca desse debate e de outros- como, por exemplo: os depoimentos de ex-militantes que se “arrependeram” de participarem da luta armada contra o regime civil-militar e publicamente expuseram essa questão- na dissertação de GASPAROTTO, Alessandra. “*O TERROR RENEGADO*”: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizada por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). 2008

questão, pois é importante entendermos o porquê do não “abrir”, do não delatar era (e ainda é) tão importante para essas organizações. Segundo Gasparotto, dentro das organizações de combate à ditadura civil-militar, adjetivos como traidor ou desnudos foram utilizados para indicar inúmeros desvios dos militantes de esquerda, desde aqueles que se colocavam contra a ação armada, aos que forneciam aos órgãos de repressão informações sobre seus companheiros e suas organizações (GASPAROTTO, 2008, p.163)

Durante muito tempo a esquerda e, em especial, a luta armada condenou de diferentes maneiras os militantes que, de alguma forma, colocaram as organizações revolucionárias “na mira” dos órgãos de repressão. Ainda hoje na memória da esquerda essa questão é central e mobiliza muitos julgamentos e juízo de valor. Nesse sentido, é importante problematizarmos estes julgamentos que eram feitos no interior das organizações de luta armada, sobretudo, porque a questão da “traição”, a figura do “traidor” e, principalmente, o medo de não “aguentar” na tortura, estavam muito presentes nas vivências dos militantes e tais organizações. Existia também uma grande expectativa, por parte dos grupos clandestinos, em relação à postura do militante que acabara de cair⁶⁴, principalmente, porque dele dependia a sobrevivência dos demais militantes e de suas organizações e, por isso, esperava-se um comportamento “mais firme”. (GASPAROTTO, 2007, p. 164).

A maioria dos grupos armados de esquerda tinha uma espécie de código de honra, um acordo, juramento em que se baseava a crença na construção de uma sociedade mais justa e na derrubada da ditadura civil-militar. E um dos elementos enfatizados era a não “traição” a causa, aos companheiros, etc. Como vimos anteriormente, as FALN tinham um código de honra, um juramento de lealdade entre seus integrantes. Talvez, isso dê conta de esclarecer o porquê do “não abrir”, do não “entregar” nenhum companheiro é tão importante e tão presente nos depoimentos da militante Áurea Moretti.

O sentimento de culpa também foi uma questão muito presente entre esses militantes que forneceram, de alguma forma, informações para a ditadura, muitos se arrependeram e relataram a dificuldade de conviver com esse sentimento. Segundo a própria Áurea, Mário Bugliani não sabia como se portar quando a encontrava, pedindo sempre muitas desculpas. A partir disso podemos perceber o quão essa questão do não “trair” era central dentro das organizações revolucionárias, o quanto esse debate, portanto, estava enraizado nesses militantes. Aqui temos, dois exemplos distintos, o primeiro de quem delate e o segundo, de quem aguenta. Quem delata, como já mencionado, muitas vezes, não consegue conviver com

⁶⁴ Expressão utilizada nas organizações de esquerda que remete ao ato de ser preso, de “cair” nas mãos dos órgãos de repressão.

esse elemento, sendo movido por um sentimento de culpa, de “traição”, etc. Já quem aguenta, possui um grande sentimento de orgulho. Para Áurea Moretti, era mais difícil entregar seus companheiros que ser torturada e presa? Em seus depoimentos e comportamentos parece que sim. Neste ressalta que preferiria ser torturada a ver os seus companheiros nessa situação:

(...) eu preferia ser torturada que escutar a tortura de meus companheiros e companheiras. É uma coisa horrível, gente! Você quer acudir que ajudar. Muitas vezes, eu até consegui, de tanto que eu gritei na cela. Veio um e falou: “Peraí, então é a sua vez”. Eu pensava: “Que bom! Pelo menos agora sou eu que vou gritar” (MORETTI, 2014, O Berro III, p. 19)

Não é intenção deste trabalho, como já citado, aprofundar sobre essa questão, muito menos, fazer juízo de valores a cerca desse debate, ainda muito intrínseco na esquerda, mas é importante ressaltar que as vivências, os limites as formas de resistência, foram diferentes de militantes para militantes, de mulheres para homens, de mulheres para mulheres. Esse episódio de nossa história é demasiadamente coberto de peculiaridades, especificidades, etc. Temos, sobretudo, que enfatizar que nas suas diferentes realidades e experiências, mulheres e homens juntos, protagonizaram e resistiram a essa parte escura da história brasileira e, por isso, foram silenciados em palavras e existência pela ditadura civil-militar.

Depois da prisão a liberdade demorou a chegar. Áurea Moretti passou a ser vigiada dia e noite. Na procura por emprego, teve todas as portas fechadas por ser uma ex-presidiária. “Eu lembro que ia procurar trabalho e o meu torturador particular, o Dr. Renato, e ele ia passando nos lugares dizendo para não me contratar que eu era uma terrorista”. (MORETTI, 2017)

De imediato, ela deu continuidade aos seus estudos de enfermagem, pois todo ano sua matrícula era renovada pela organizadora do curso que tinha muito afeto por ela. Como podemos observar:

(...) a Dona Glete Alcântara, que é fundadora, histórica, ela sempre gostou de mim (...) Ela, quando eu fui presa, ela chamou minha mãe, minha mãe falou: “Ai meu Deus, vai expulsar a Áurea.” Aí ela chamou pra ver o que eu tava precisando na prisão, logo no começo, arrumou comprimido pra fortalecer o organismo, vitamina e tal, e a partir daí sempre que precisava minha mãe ia. Ela fez até duas professoras que davam aula pra mim naquela época, elas mandaram por juiz auditor um documento me defendendo perante o juiz auditor, entendeu? (...) E, todo ano ela renovava a minha matrícula, um papel, eu mandava renovando e no outro eu concluía. (MORETTI, 2014, CNV)

Sobre ser constantemente vigiada, Laudelino Pires relata:

Quando ela saiu da prisão ela queria de alguma forma ingressar na luta novamente, ela não queria ficar parada, mas ela era vigiada o tempo todo. Inclusive ela voltou a fazer enfermagem e dentro do hospital ela saía pra fazer estágio. E tinha o motorista que levavam eles, que era um militar disfarçado de motorista que ficava vigiando ela. Até na festa de formatura dela ele estava lá, foi aí que ela percebeu (PIRES, 2017)

O curso de enfermagem, não serviu apenas para a luta armada, serviu para a sua vida. Foi atuando nessa área que ela encontrou uma forma de continuar lutando. Depois de toda tempestade, se mudou para o Acre, com o objetivo de contribuir no Projeto Rondon, que se baseava em um trabalho nas comunidades humildes. Em dois anos de atuação, ajudou a fundar a faculdade de enfermagem e desenvolveu um trabalho como enfermeira, orientando as parteiras das comunidades, com técnicas mais apropriadas. Retornou a Ribeirão Preto no final desse projeto e iniciou inúmeros trabalhos voltados a questão social. Depois de casada e mãe de dois filhos, a família se mudou para o Vale do Ribeira, localizada no sul do estado de São Paulo. Nesse lugar, além do trabalho com a questão social- fazendo um trabalho com plantas medicinais e as comunidades carentes- Áurea Moretti retomou a luta política e junto com o seu companheiro Laudelino Pires, fundaram o Partido Comunista. Maria Raquel Moretti relembra esse período:

Nós fomos criados debaixo de reunião do partido. Eu e meu irmão tivemos muito privilegio com esses dois. Meu pai sempre participou da luta, em Ribeirão militou no partidão, mas não era a favor da luta armada. Agora a mãe nunca deixou de lutar, nunca. A luta para ela é combustível de vida. É combustível de vida (MORETTI, 2017)

De volta novamente a Ribeirão Preto, depois de viver muitos anos no Vale do Ribeira, Áurea Moretti, não parou de lutar, iniciou, portanto, sua relação com o MST, que existe até hoje. No assentamento Mário Lago, em especial, contribuiu na implementação e desenvolvimento do projeto de saúde comunitária, sendo muito admirada pela comunidade.

Na realização da entrevista para esse trabalho com Áurea Moretti e sua família, foi perceptível o tamanho da força e da garra dessa mulher. Uma militante que tem orgulho de falar que foi presa e torturada, que não tem problema nenhum em dizer que sofreu violência sexual, que ressalta o nome dos torturadores, que perdoou seus torturadores e, sobretudo, que se emociona ao lembrar da luta e da participação nas FALN, com um sentimento de saudade. Quando perguntado a Áurea Moretti se ela tinha algum arrependimento de participar da luta armada, levando em consideração a violenta prisão e tortura a qual foi submetida pelos órgãos repressores da ditadura civil-militar, ela sem hesitar, soltou essas poucas palavras. “A luta me salvou. Já teria morrido se não fosse à luta, morrido por dentro e, ainda hoje, continuou vivendo porque acredito nela” (MORETTI, 2017). Parafraseando Maria Raquel Moretti, “a luta é combustível de vida para ela”.

3.3 Madre Maurina

“Ela não sabia de nada. Não tinha consciência de nada. A agressão contra ela foi muito pior que as que cometeram contra mim. Eu sabia o que se passava, ela, não. Uma injustiça”. (Áurea Moretti)

Esse episódio⁶⁵ merece destaque não apenas pela proporção que ele tomou no país, mas pelo seu caráter singular e, principalmente, pela sua contribuição em um desfecho que poderia ser mais cruel para os integrantes das FALN, mobilizando setores e pessoas importantes de Ribeirão Preto contra as atrocidades cometida pela ditadura civil-militar.

Maurina Borges da Silveira nasceu no dia 20 de julho de 1924, na cidade de Perdizes-MG, onde viveu maior parte de sua infância. De família grande e humilde, Maurina desde cedo deu mostra de que deixaria o lugarejo onde morava para abraçar a vida religiosa (SILVEIRA, 2014, p.18). Coursou até o terceiro ano em uma escola estabelecida na zona rural, onde morava. Aos 14 anos foi encaminhada para o Colégio São Domingos, na cidade mineira de Araxá. Em 1942 mudou-se para o Estado de São Paulo, onde terminou os estudos, cursando a faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Campinas. Sempre dedicada à religiosidade, irmã Maurina foi designada a assumir a direção da Instituição Religiosa Lar Santana⁶⁶, em meados da década de 1960, em Ribeirão Preto. Quando assumiu a direção desta instituição teve o seu primeiro contato com o MEJ (Movimento Ecumênico de Jovens), que já tinha uma atuação neste local antes de sua chegada. (BOTOSSO, 2006, p. 97-98)

O MEJ promovia diversas atividades culturais e recreativas, promovendo festas beneficentes, das quais parte do dinheiro arrecadado era destinado ao Lar Santana. O Movimento Ecumênico de Jovens tinha como presidente Mário Lorenzato, que militava nas FALN, e utilizava de alguns espaços da Instituição, destinada ao MEJ, para o desenvolvimento do grupo clandestino, guardando, por exemplo, armas, medicamentos e, sobretudo, uma grande quantia de matérias, especialmente, o jornal *O Berro*, que inúmeras vezes foi produzido neste local. Como afirma Áurea Moretti “Eu não sabia do Lar Santana. Quem fazia era o Mário, com o Vanderley e o Abraão. Eles acabaram usando o porão do Lar Santana para imprimir *O Berro* no mimeógrafo a álcool” (MORETTI, 2014, O Berro III, p. 17).

É dessa forma que tem início a relação que os órgãos de repressão fizeram da Irmã Maurina com as FALN. Nesse contexto, de dismantelamento e início das prisões dos integrantes da organização clandestina, a rotina do Lar Santana mudaria drasticamente. Maurina, notando a ausência de Lorenzato das reuniões do MEJ- que já estava sendo procurando pela polícia pelo crime contra a Lei de Segurança Nacional- acabou descobrindo o

⁶⁵ Para maior apropriação da história da Madre Maurina, consultar: SILVEIRA. Frei Manoel. A coragem da inocência de Madre Maurina Borges da Silveira. ABAP- Associação Brasileira de Anistiados Político- IPCCIC- Instituto de Identidades Culturais. 2014

⁶⁶ Local onde meninas abandonadas eram acolhidas e permaneciam em regime de internato e semi-internato.

seu envolvimento com a luta armada e desesperada, no intuito de evitar complicações para sua comunidade religiosa com a polícia, foi pessoalmente verificar os espaços destinados ao MEJ, encontrando o mimeógrafo, pacotes de exemplares do jornal *O Berro*, entre outros materiais, tomando, portanto, a atitude de queimar e destruir todas essas ferramentas (BOTOSSO, 2006, p.100). Não demorou muito para que os órgãos de repressão chegassem a Madre Maurina. Foram os próprios policiais que suspeitaram que a freira tivesse ligações com as FALN. Madre Maurina não era guerrilheira, no máximo, simpatizante de alguns dos ideais da esquerda. Apesar disso, o caso ganhou tamanha repercussão que até o delegado Sérgio Paranhos Fleury -famoso agente da ditadura- se deslocou para Ribeirão Preto para interrogá-la (SILVEIRA, 2014, p 23). Acabou indiciada por subversão e presa:

Na leitura do Processo 198/69, observou-se que, passando alguns dias, a polícia vasculhou as salas do MEJ e todas as dependências do Lar Santana, inclusive o claustro. Algum tempo depois, a polícia impediu a entrada de irmã Maurina no orfanato, dirigindo-a até uma delegacia de polícia de Ribeirão Preto. Nesse órgão oficial, a religiosa teve uma terrível e dolorosa constatação: o emprego sistemático de tortura como prática policial na obtenção de depoimentos. (BOTOSSO, 2006, p. 101)

Tem-se início, portanto, o processo violento de prisão e tortura a qual foi submetida irmã Maurina. Áurea Moretti, que não conhecia a mãe, relata esse encontro na prisão. “Nos conhecemos dentro da cadeia. Eu estava de braços, porque eu tinha sido espancada, não conseguia ficar sentada, eu não conseguia andar, não conseguia ficar em pé (...) E vi aquela mulher, vi que seria uma freira” (MORETTI, 2014, O Berro III, p.20). Em pouco tempo, Irmã Maurina se encontraria na mesma situação. Áurea Moretti, que dividia a cela improvisada no quartel de Ribeirão Preto, com Leila Bosqueto e Nanci Marietto- todas presas por “envolvimento” com as FALN- relata o processo de tortura física e sexual a qual a Madre Superiora do Lar Santana foi submetida:

(...). Assim, um cara agarrando a irmã Maurina, beijando ela, tá? Passando a mão no seio, no que ele queria, e eu a Nanci armando confusão. Eu falando: “Mas de jeito nenhum!” “Ô Nanci, que você tá fazendo aqui...ô cara, cê tá louco, quem mais que cê vai prender, pô, a menina não tem nada a ver com isso”, assim, eu tentando então proteger a irmã (...) só que teve um momento que levaram a Nanci e me levaram de volta pra sala da banda. E foi a noite que a irmã Maurina demorou muito pra chegar. Muito machucada. Com a roupa dela não dava pra ver, sabe, mas este machucado é uma coisa muito triste, sabe, naquilo que mais dói numa mulher, que é ser violentada. De todo modo, não é só a penetração do pênis na vagina. A violência sexual, ela envolve um monte de coisa. Veio de madrugada, chorando, chorando (...). Nós não perguntamos em respeito a ela. Se teve, realmente, foi aquela noite. (...) O assédio é uma coisa tão nojenta (...) E é nisso que eu penso na irmã Maurina. (MORETTI, 2014, CNV)

E continua:

E ela foi levada e foi muito torturada. Foi torturada demais. Aguentou assédio sexual (...) Ele agarrando ela, ela chorando (...) O que ele estava fazendo era estuprar a Irmã. Era isso que ele queria. Inclusive na minha frente e da Nancy. E ela, independente

dele, ela foi muito espancada para confessar que era amante do Mário Lorenzato. Alguma coisa eles tinham que inventar (...) sobre o estupro, não posso afirmar, mas tem indícios(...) alguma coisa muito grave aconteceu. (MORETTI, 2014, O Berro III, p. 20)

Em outro relato podemos observar que além da violência física e sexual, a humilhação foi muito presente na condição de ser mulher e, no caso da irmã Maurina, de freira.

Esse delegado (Sérgio Paranhos Fleury), depois de muito injuriar a religiosa, dizendo que ela não era virgem e que faria nela um exame ginecológico, exigindo-lhe a confissão de ser comunista, socialista e amante de Mário, com ajuda de outros policiais, colocou fios elétricos nos dedos da mão da interrogada para aplicar-lhe as descargas elétricas que faziam rir aos sádicos inquisidores. A sessão de tortura prolongou-se por várias horas. (BOTOSSO, 2006, p.102)

Em relato Mário Lorenzato descreve um pouco do tratamento dos órgãos de repressão para com a Irmã Maurina:

Madre Maurina foi presa depois de nós, mas o tratamento dispensado a ela foi semelhante, porém muito mais humilhante, porque ela não foi tratada como uma religiosa, mas como uma mulher qualquer, sem responsabilidade, sem identificação social, como uma indigente. Se quisessem, poderiam matá-la e enterrá-la, sem a mínima cerimônia que se dá a um ser humano. Ela foi muito torturada. No dia em que me levaram para acareação com ela e a Áurea (Moretti) na cadeia de Cravinhos, estavam irreconhecíveis. (LORENZATO, apud SILVEIRA, 2014, p.84)

Nos relatos acima percebemos com muita clareza os elementos utilizados pelos órgãos de repressão no tratamento a maioria das mulheres militantes. Temos, a tortura sexual, a humilhação, a associação a um homem, categorizando-as como amante, etc. Percebemos também o prazer dos torturadores na tortura, a necessidade de fragilizar, coibir e descaracterizar a vítima.

Depois de muita tortura física e psicológica em Ribeirão Preto, Maurina foi transferida para a cadeia de Cravinhos⁶⁷, junto com a demais presas. Segundo Áurea Moretti, depois da noite que tiraram a madre da cela, voltando apenas de manhã cedo, toda machucada e chorando muito, foi proibida, pelo comandante do quartel, a entrada e permanência de mulher. Tanto que passamos a ser interrogadas e torturadas na delegacia de polícia e, em seguida, levadas para o cadeião de Cravinhos (MORETTI, 2014, O Berro III, p 20). Para muitos, esse episódio é a prova cabal de que Irmã Maurina foi estuprada. No livro "Combate nas Trevas", Jacob Gorender afirma que houve violência sexual contra a madre. "Baseei-me nos membros das FALN", disse Gorender. Em contrapartida, Irmã Maurina nega que tenha sido vítima de violência sexual.

A questão, no entanto, não é discutir se houve estupro ou não. A problemática é entender porque existiu- e ainda existe- tanta centralidade envolvida nesse episódio, ainda mais

⁶⁷ Cravinhos é uma cidade do interior de São Paulo, localizada a cerca de 20 km de Ribeirão Preto.

se levarmos em consideração a quantidade de mulheres que passaram por esse tipo de tortura. O abuso sexual, abrange inúmeras questões: violência, sexualidade, opressão, etc. No caso da mãe Maurina, essa problemática se torna um “tabu” ainda maior na sociedade, principalmente, por envolver a questão religiosa. Pela vítima ser uma freira, tem-se um elemento simbólico muito significativo que atinge o âmbito individual e social. Para a mãe Maurina, mesmo não havendo estupro, a dimensão do trauma de ter sido abusada é muito forte. Socialmente também, sobretudo, para a Igreja. O ato consumado, seria um escândalo, muito maior do que foi, para a Igreja Católica. A repercussão e toda centralidade que esse caso perpetuou é especialmente por envolver uma freira e, logo, a questão religiosa, pois muitas mulheres foram submetidas a torturas físicas e sexuais mais intensas do que a mãe Maurina. No entanto, para a sociedade protetora dos “bons costumes” e da “moral”, violentar e torturar uma mulher subversiva não é o mesmo que colocar na mesma condição uma mulher religiosa, sendo ela subversiva ou não, afinal a religião para essa sociedade é sagrada.

Talvez, isso explique toda essa negação e os diversos mecanismos que tentam evidenciar que não houve estupro no sentido de consumação do ato, pois a mãe Maurina foi submetida, durante a tortura e prisão, a diversos atos de violência sexual. E como já observamos, estupro não é só penetração. Durante um tempo, no entanto, perpetuou a história de que a mãe Maurina teria sido estuprada na prisão e, como consequência disso, teria engravidado e praticado o aborto. Não há provas documentais sobre essas questões e a freira sempre negou os boatos. Segundo a própria Maurina “os boatos sobre o estupro e o suposto filho foram uma vingança dos “ricos” de Ribeirão Preto contra ela, que pagou a vida toda por isso” (SILVEIRA, 2014, 41). Essa questão sobre o possível envolvimento da elite ribeirão-pretana na prisão de Maurina será destacada mais à frente. Em relação aos abusos sexuais, Frei Manoel Borges da Silveira relata:

Aconteceu um assédio realmente sexual. O tal major Cirilo, que veio não sei de onde, realmente a assediou. Ficou com ela diversas horas, passava a mão nas pernas dela, dizia que estava longe da mulher e que gostava muito dela (...) Depois da tortura que o Fleury aplicou, veio esse Cirilo com diversos outros. E completamente nus diante dela, rasgaram sua blusa e deram choques nos seios(...) realmente ela disse que não houve nenhum estupro, consequentemente de nenhum menino que nasceu dela (SILVEIRA, 2014, p.31-32)

Na prisão em Cravinhos teve início um processo fundamental para a amenização da tortura, tanto da mãe, quanto dos demais integrantes das FALN, bem como para a legalização desses presos políticos, que até então não estavam legalizados nos padrões prisionais, podendo, portanto, “desaparecer” a qualquer momento, como aconteceu com tantos outros no período ditatorial. Como descreve Áurea Moretti, “nós ainda estávamos em Cravinhos, nossa prisão preventiva não tinha sido decretada, estávamos ilegais dentro da ilegalidade da ditadura”

(MORETTI apud SILVEIRA, 2014, p. 66). O caso de Irmã Maurina é um episódio muito específico da ditadura civil-militar brasileira, pois ela foi a única freira presa, violentada e torturada. A proporção deste acontecimento foi tão grandiosa, que mudou rumos e posições de pessoas e setores importantes que apoiaram o golpe militar em 1964. Em Ribeirão Preto dois delegados foram excomungados pela igreja, que se empenhou na luta pelos direitos humanos ao tomar conhecimento das atrocidades cometidas contra Irmã Maurina e os militantes das FALN. Como afirma Áurea Moretti:

Nesse momento, aconteceu uma das coisas mais bonitas que eu já vi na minha vida. O padre, irmão da madre Maurina, de batina e solidéu. O padre que morreu, irmão mais velho. O delegado disse: ‘Olhe aí, está vendo? Agora chegou um padre para ver a irmã Maurina. Porque os outros estão todos rasgando a batina para virar comunista. É gente que não presta!’ Até aquele momento, ninguém tinha falado nem ‘bom dia’ para a irmã. Aí, dr. Renato se empenhou e falou: “Esse é padre de verdade!”. Colocou nós dois dentro do jipe e nos mandou pra lá, atrás dele. O padre perguntou bem baixinho pra mim: O que está acontecendo? Pau-de-arara, choque elétrico, espancamento, ameaça de estupro... E a irmãzinha? Ela também, mesma coisa, igual nós. Os dois que estavam na frente do jipe, com certeza, não ouviram. Mas o padre foi falar com o padre Angélico (Bernardino) e com o arcebispo (...). Até então, d. Evaristo até defendia a ditadura, em nome do combate ao comunismo, mas depois, quando ele viu a partir da madre Maurina o que faziam com os religiosos e o povo, ele mudou. E a partir daí, após reuniões dele com entidades religiosas, a Igreja assumiu posição frontal contra a ditadura. Houve a excomunhão dos delegados e em seguida a nossa prisão preventiva, inclusive da madre Maurina. Só aí passamos a existir. Ficamos eu e a irmã Maurina. Pressionadas, fomos obrigadas a assinar depoimentos nossos sem ler e nos colocaram à disposição da 2ª Auditoria Militar. Fomos levadas para São Paulo e chamadas no Dops. (MORETTI, 2014, CNV)

A inédita e corajosa posição assumida pela Igreja teve repercussão em todo país e no exterior. Como podemos constatar no depoimento do padre João Ripoli

Nem toda Igreja era favorável ao regime. Havia as vozes contra e havia as vozes a favor. Mas quando se tomou uma posição em Ribeirão, foi uníssono. O Arcebispo teve apoio de todo clero, dos padres... A Igreja estava muito unida naquele momento, porque era justamente o grupo da Áurea, madre Maurina, Lorenzato e outros mais, que estavam sendo torturados aqui, onde hoje é a secretária de segurança (...). Não se pode colocar que foi uma defesa da madre, porque até então ela era uma desconhecida. A condenação não deve ser entendida com relação a madre Maurina, como se fosse um interesse do clero ou das congregações etc. Era um interesse comum, pois as pessoas estavam sendo torturadas, não foi só a madre, foi a Áurea e outros tantos nomes. Ela teve repercussão no Brasil inteiro devido á inusitada posição eminentemente cristã, de D. Felício (RIPOLI, Apud BOTOSSO, 2006, p. 104)

No depoimento a cima o padre João Ripoli diz: “não se pode colocar que foi uma defesa da madre (...) não foi só a madre, foi a Áurea e outros tantos nomes”, no entanto se irmã Maurina, na condição de freira, não estivesse sido envolvida neste episódio, a Igreja Católica, tomaria a mesma posição? Se esse episódio não tivesse tomando tanta repercussão no Brasil e no exterior, a Igreja e, especialmente D. Felício, teriam a mesma intervenção? Essas questões são bastante pertinentes para análise e reflexões, principalmente, por estar relacionado a religião. No entanto, não é intenção respondê-las. O que é importante ressaltar, é a contribuição que a intervenção da Igreja teve nesse processo, excomungando delegados e revelando ás

atrocidades que eram cometidas pela ditadura civil-militar. Em relação a excomunhão de dois delegados de Ribeirão Preto, podemos observar:

Depois de paciente reflexão e meditação, cumprimos também o nosso grave dever pastoral de lembrar que os mandantes de tais arbitrariedades já estão excomungados; excomunhão reservada ao Bispo, de acordo com a Legislação da Igreja, Código de Direito Canônico, cânon 2342, & 4. Diante de fatos evidentes, declaramos estarem incursos no referido cânon o dr. Renato Ribeiro Soares, Delegado Seccional de Polícia de Ribeirão Preto, e o dr. Miguel Lamano, Delegado Adido de Ribeirão Preto (BOTOSSO, 2006, p. 103)

Áurea Moretti relata a importância que as excomunhões dos delegados tiveram no processo de não eliminação dos integrantes das FALN:

Lamano foi me buscar pessoalmente porque eles precisavam concluir os nossos interrogatórios pra mandar pra São Paulo, porque depois da excomunhão não dava mais pra ele ameaçar que eu tinha morrido, que o Vanderley tinha sumido, que era o que eles queriam. Eles tinham que reconhecer a gente preso, ainda mais numa cidade de interior, onde todo mundo se conhece e se respeita e que em 64 já revoltou um monte de gente, porque eles tinham prendido padre, professor, estudante, ninguém que tivesse nenhum crime. Então aí foi o dia que o Miguel Lamano foi me buscar, o Vanderley já tava internado, ele não morreu mesmo de tão ruim que ele era. (MORETTI, 2014, CNV)

Em outro depoimento reafirma:

Eu tenho uma coisa que é muito importante falar. Quem salvou a nossa vida foi a Igreja Católica, foi Dom Evaristo, com o tempo, mas no momento em que estávamos preparados para sermos assassinados e desaparecidos, a Igreja de Ribeirão excomungou os dois delegados (...) que eu chamo de mostro. Aí acabou a brincadeira. Pararam de nos torturar. A Igreja foi fundamental. (MORETTI, 2014, O Berro III, p.23)

Em uma entrevista ao jornal *O Globo* os delegados excomungados defendem-se das acusações. A matéria segue na íntegra, como podemos observar:

Os delegados excomungados pelo Arcebispo D. Felício da Cunha Vasconcelos disseram que o Arcebispo foi levado, pelos padres que estiveram prestando depoimento na polícia, a assinar o ato, sem analisar todas as acusações que pesam contra os indiciados, inclusive madre Maurina, os quais estão contribuindo para que o povo se afaste cada vez mais da Igreja. O titular da Regional de Ribeirão Preto, delegado Renato Ribeiro Soares, esteve em São Paulo, conferenciando com o diretor da Ordem Política, que lhe deu todo apoio necessário para continuar expurgando aquela região dos agitadores profissionais. Para o outro delegado excomungado, Miguel Lamano, o Arcebispo da Diocese de Ribeirão Preto não tinha autorização para agir daquela maneira, pois sua excomunhão deveria obedecer a um processo formal. (Jornal *O Globo*, 15-11-69, p 17)

Com muita convicção, os jornais da época noticiaram o envolvimento de Madre Maurina com as FALN, como podemos observar em uma matéria intitulada de “Freira dava alimento das crianças aos guerrilheiros” do jornal *O Globo*:

A polícia descobriu que a Madre Superiora da Lar de Santana, Irmã Maurina Borges da Silveira, desviava, para o grupo terrorista a que pertencia, gêneros alimentícios destinados às crianças e doados pela organização “Caritas” ou por pessoas da cidade. Um dos principais “aparelhos” dos subversivos funcionava no próprio Lar de Santana. A Madre concedia também autorização para os grupos terroristas

promoverem bailes no “Lar”: os fundos oficialmente serviriam para manter as crianças desamparadas, mas na realidade eram entregues aos terroristas para a compra de armas e munições. Cerca de seis toneladas de donativos foram desviadas para os terroristas. Irmã Maurina autorizou-os também a pedir donativos em nome das instituições de caridade do município (O Globo, 15-11-1969, p.16)

Podemos observar nesses escritos a necessidade de caracterizar o grupo como terrorista e o caráter desviador da freira que deveria, em seu papel de religiosa, ajudar o próximo e as crianças do Lar e, ao invés disso, estava participando e ajudando um grupo de subversivos. Outra questão interessante a ser destacada é o Lar entre aspas, questionando a real utilidade desta Instituição. De qualquer forma é interessante percebemos como os jornais da grande imprensa tinham um papel importante na ditadura civil-militar, de criar toda uma negatividade em torno da esquerda, do comunismo, da luta armada e, principalmente, dos indivíduos que se inseriram nesse processo. No caso da Irmã Maurina, percebemos, até mesmo, uma triplo descaracterização. Primeiro por ser “comunista”; segundo, por ser mulher e, por último, por ser uma freira que, para os setores conservadores, teoricamente deveria ser uma guardiã dos bons costumes, da moralidade, etc. Sobre os jornais e a grande imprensa podemos perceber não só no caso da mãe Maurina, mais de modo geral- a importância que essas ferramentas tiveram no processo de legitimação da ditadura civil-militar. Aqui por exemplo, temos *O Globo*, que é das organizações Globo de comunicações e que teve um papel fundamental de formador de consciência e adeptos a ditadura. Vale ressaltar que grande parte da sociedade, influenciada também pelos meios de comunicação, apoiavam e colaboravam- através de denúncias, mobilizações, etc- com o governo imposto.

Em entrevista à *Folha de São Paulo*, Irmã Maurina Borges da Silveira relata como foi o processo de associação de seu envolvimento nas FALN e de sua prisão:

Havia um grupo, o MEJ (Movimento Estudantil Jovem), que fazia reuniões em uma sala do Lar Santana. Num determinado dia, li nos jornais sobre as prisões. No jornal saiu que o presidente do MEJ, Mario Lorenzato, estava sendo procurado pela polícia. E já fazia muitas semanas que ele não aparecia mais no Lar Santana. Então, fiquei pensando o que teria ocorrido com ele. Fui até a salinha onde eles se reuniam. Tinha, no local, todo aquele material do jornal "O Berro" - das FALN - e outras coisas. Não queria aquilo lá, então mandei queimar tudo. Aí, a polícia apareceu no Lar para revistar a casa. Mas o que eles acharam foram somente as cadernetas do MEJ. E levaram tudo. Eles foram embora, mas continuei pensando: posso ser presa a qualquer momento.... Aí, um dia, eu ainda estava nessa reunião, quando eles me chamaram por telefone e avisaram que a polícia estava me esperando lá em casa, para me buscar. E eu cheguei à porta e nem me deixaram entrar. Já me levaram para a delegacia; para uma sala, na antiga Força Pública -- hoje Delegacia Seccional. E lá eu fiquei até duas da tarde.... Tinha um monte de coisas no chão, coisas apreendidas pela polícia. Tinha armas, coisas de farmácia, glicerina, que eles falavam que era para fazer bombas.... Chegaram seis homens, mais ou menos, entre eles estava o Fleury (Sérgio Paranhos Fleury). Começaram os interrogatórios... que foram os mais bobos que existiam... Uns falavam de virgindade, outros, que eu estava abandonada, outros, que a igreja não queria mais saber de mim... Outros perguntavam se eu queria sacerdote para me interrogar... E, quando eles falavam essas besteiras, eu não respondia nada, cava quieta... E, quando eu não respondia, eles me davam choque elétrico... Então, eles

esperavam eu descansar para depois começar de novo... E isso durou muito tempo... Até, eu acho, umas três ou quatro da tarde. Vinha um, me interrogava, vinha outro, interrogava (...) E queriam porque queriam que nós confessássemos isso. Tanto que foram escrevendo tudo como se fosse depoimento nosso. Escreviam que eu era comunista, amante do Mário. E a polícia nos fez assinar isso. (SILVEIRA, apud, SILVEIRA, 2014, p.22)

Sobre o envolvimento como o grupo armado, Irmã Maurina afirma não saber de sua atuação. Alegando nenhuma relação com as FALN. “Não sabia. Não sabia de nada. Só sabia do MEJ, mas nada da guerrilha. Nem desconfiava” (SILVEIRA, APUD, 2014, SILVEIRA, p. 25). Áurea Moretti confirma “Ela não sabia de nada. Não tinha consciência de nada. A agressão contra ela foi muito pior que as que cometeram contra mim. Eu sabia o que se passava, ela, não. Uma injustiça” (MORETTI, apud, SILVEIRA, 2014, p. 69)

Irmã Maurina, ainda em entrevista à *Folha*, frisou que não foi apenas vítima dos militares, mas também do poder econômico de Ribeirão Preto, pela luta que travava com as famílias ricas da cidade em relação ao abandono de crianças bastadas no orfanato. Como podemos observar:

Agora, tem uma coisa que eu nunca disse a ninguém. É sobre os ricos de Ribeirão Preto. No Lar Santana, orfanato que eu dirigia, tinha muita criança de mãe solteira e rica, o que era um escândalo social para a época (1969). Então, as crianças ficavam lá, mas o lugar era para os pobres. Eram cerca de cem crianças, e pelo menos 15 eram filhas de mães solteiras e ricas. Elas estavam tomando o lugar de outras, pobres, que precisavam de fato ficar no orfanato Lar Santana. As famílias davam cheques para nós e tudo o mais, mas o correto era que as crianças vivessem em suas casas. O que eu fiz? Devolvi as 15 crianças. Fui à casa de cada uma delas e as devolvi. E eram mansões, casas enormes. Eu dizia para as famílias: "O orfanato é lugar de criança necessitada que precisa de um lugar para viver, que não tem pai nem mãe". Acho que isso acabou influenciando de algum jeito o que me ocorreu depois. Não sei quem eram as famílias, mas isso deve ter tido ligação com a minha prisão. (SILVEIRA, apud SILVEIRA, 2014, p. 25)

Áurea Moretti reafirma a corajosa atitude da freira, enfatizando a sua ousadia na luta contra famílias influentes da região. Reafirmando a possível ligação desse enfrentamento com a sua prisão.

No orfanato havia várias crianças que eram de famílias riquíssimas, entende? Eles pagavam para esconder as crianças dentro do orfanato. Eram crianças que não podiam nascer, porque iam ‘sujar’ o nome da família. Sabe o que ela fez? Pegou um por um, foi nas mansões e entregou criança por criança, dizendo: ‘Essa criança está impedindo uma criança pobre de ser acolhida. Ela é de vocês; ela tem o direito de ser criada na família dela.’. Virava as costas e ia embora. Ela ‘limpou’ o colégio. Assim, ela arranhou os primeiros inimigos, antes mesmo do nosso problema. As famílias ficaram enlouquecidas e, claro, já faziam algum movimento para tirar a irmã Maurina dali. O que eu não entendo é quanto padre, quanta freira se envolveram, mas nenhum chegou ao ponto do que ela fez. São esses ricos que não deixam ela sair da cadeia. (MORETTI, apud SILVEIRA, 2014, p.66)

Depois de passar pelas mãos dos agentes de repressão de Ribeirão Preto e Cravinhos, Irmã Maurina foi levada para o Dops de São Paulo, passando por mais um período de interrogatórios, torturas e humilhações. Posteriormente, foi encaminhada para a prisão de

Tiradentes, onde ficou cerca de um mês, sendo novamente transferida e permanecendo, por tanto, até o exílio na penitenciária feminina de Tremembé, que era cuidada por religiosas. Em 1970, foi uma das pessoas trocada pelo cônsul japonês Nobuo Okuchil, sequestrado pelo grupo Vanguarda Popular Revolucionário (VPR). Mesmo contra sua vontade Irmã Maurina foi exilada no México, onde viveu por dez anos. Ali foi bem acolhida pela Congregação Religiosa das Irmãs de São José de León, dedicando-se à Pastoral de Casais com cristo em onze povoados. Após o exílio, Irmã Maurina voltou ao Brasil, sendo julgada e absolvida. Sua vontade, no entanto, era ter permanecido e provado sua inocência.

Entretanto, a história de Maurina Borges da Silveira é mais uma memória das diversas que temos de mulheres que foram silenciadas e diminuídas pela ditadura civil-militar. Mulheres que diante da prisão, das torturas, do exílio e de toda violência e humilhação a qual foram submetidas, desmistificam o estigma do “sexo frágil” que historicamente pesaram- e ainda pesa-sobre elas. A inocência e força de madre Maurina transformou-se em luta, em uma luta constante em provar sua inocência. Mesmo sendo envolvida injustamente nesse processo degradante, Maurina não cultivou ódio nem rancor de seus torturadores. Segundo testemunho de uma companheira de cela ela dizia que sua prisão foi apenas a parte que lhe coube na História. E ponto. (SILVEIRA, 2014, p.77)

Em suma, a história de Áurea Moretti e de Maurina Borges da Silveira simboliza o sofrimento de tantas outras mulheres, cuja vozes foram caladas pela ditadura civil-militar. Recuperar um pouco da memória dessas mulheres é resgatar a memória de tantas outras, todas protagonistas de suas histórias e de suas lutas, desde o cotidiano a resistência ao período ditatorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar a participação e experiência das mulheres em organizações de luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira- especialmente nas Forças Armadas de Libertação Nacional- ressaltando os aspectos dessa militância. Procurou-se recuperar também as múltiplas facetas de opressão a qual as militantes foram submetidas, e as diferentes estratégias de resistência criadas e recriadas no decorrer deste processo.

Para isso, procuramos situar o contexto em que essas mulheres estavam inseridas, fazendo um resgate da luta de classes e correlação de forças dos nos 1960, bem como o resultado desse processo. A ditadura civil-militar, que impôs uma série de mudanças na sociedade brasileira, acelerou o desencadeamento da proposta de luta armada e mobilizou uma “geração” de homens e mulheres a lutar pela “emancipação” da sociedade.

A cidade de Ribeirão Preto foi palco do desdobramento desse processo, ali onde o conservadorismo encontrava sua forma mais cabal, se tornou foco de resistência. As Forças Armadas de Libertação Nacional que surgiram em fins de 1966 foram uma resposta a intensa atuação do terrorismo de Estado; seu protagonismo e insularidade nos ajuda a entender algumas questões que colocou, naquele momento, parte da sociedade ribeirão-pretana em posição de enfrentamento e resistência à ditadura civil-militar. Conhecer o contexto em que o desejo de libertação se expressa na luta armada é entender os anseios das mulheres em atuar na esfera política e nas organizações de esquerda revolucionárias.

A participação das mulheres na resistência à ditadura civil-militar nos desafia a tratar da relação de opressão em que historicamente o feminino esteve condicionado. A ousadia das mulheres em romperem com o seu papel estabelecido pela sociedade patriarcal não foi um processo espontâneo, e muito menos sem custos. As mulheres militantes adentraram nas organizações de luta armada e quebraram de uma só vez com duas hierarquias: a de gênero e poder. Retratar as diversas facetas de opressão de gênero e poder ao qual essas militantes foram submetidas- tanto pela esquerda, como e principalmente, pelos órgãos de repressão da ditadura civil-militar- foram elementos fundamentais para a construção deste trabalho. Para tanto, utilizamos as experiências da militante Áurea Moretti e de madre Maurina Borges da Silveira.

A importância de conhecer a trajetória de vida e revelar o protagonismo destas mulheres está em ressaltarmos uma infinidade de memórias esquecidas, de mulheres silenciadas. Nesse sentido, faz-se cada vez mais necessário que ampliemos os estudos em torno deste tema. Não podemos mais ocultar ou silenciar a participação das mulheres- e de outros grupos

considerados minorias- na construção da história, pois estes sujeitos sempre estiveram presentes e protagonizaram diferentes processos históricos. Não se trata, portanto, só de analisarmos a experiência de um ou outra, mas principalmente de entendermos que centenas de mulheres se levantaram contra a ditadura civil-militar e foram assassinadas em sonhos e existência pela política do Estado autoritário. As feridas desse período estão abertas e ainda sagram.

Em linhas gerais, o objetivo proposto pelo trabalho foi realizado. Vale ressaltar que o tema não se esgota aqui e, muito menos, na história. A iniciativa das mulheres de lutar contra a ditadura civil-militar colocou a problemática do seu papel na sociedade em debate. Debate esse que se faz cada vez mais necessário. Ainda mais nos dias de hoje, quando vivemos o ódio ao gênero feminino, o feminicídio, quando mulheres são assassinadas todos os dias. Neste momento, enquanto tentamos dar voz às mulheres que ousaram lutar contra o machismo, o autoritarismo e as relações de poder, outras tantas são silenciadas, privadas do direito de existir só pelo fato de serem mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. *Memórias da luta: a participação feminina nas organizações de esquerda no pós 64*. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP/FHDSS – Franca – SP – Brasil - Bolsista CAPES – 2008.

ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Available from SciELO Books < <http://books.scielo.org> >.

ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA {22.: João Pessoa, PB). Anais eletrônicos. João Pessoa, PB: ANPUH-PB, 2003. 10f.

ALBERTI, Verena. CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 1996

ARONI, Rafael; GOLDFARB, Yamila; SOUZA, Luciana Carvalho; TEIXEIRA, Gabriel da Silva; VALENTIN, Danilo. *Guerrilha Rural e Cultura Política no interior de São Paulo*. O artigo é resultado de pesquisas realizadas pelos autores enquanto pesquisadores da Comissão da Verdade Rubens Paiva – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), 2015.

BAGATIM, Alessandra. *Personagens, trajetórias e histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional* - Campinas, SP: [s. n.], 2006.

BASTOS, Natalia de Souza. *Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro*. Rio de Janeiro, 2004. Monografia (Bacharel em História) — Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais — Departamento de História, 2004.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

BRASIL: Nunca Mais. Arquidiocese de São Paulo. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1985.

BOTOSSO, Marcelo. *FALN: A guerrilha em Ribeirão Preto*. Editora Holos, 2006. 131 p.

COLLING, Ana Maria. *As mulheres e a ditadura militar no Brasil*, 2004, p. 1. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais- Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 20

GASPAROTTO, Alessandra. “O TERROR RENEGADO”: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). 2008

GASPAROTTO, Alessandra. *Fontes sobre as organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil caracterização e possibilidades de investigação*. Rio de Janeiro, 2014

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5º ed. rev. e ampl. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. 294 p.

ISUELA, Julia Bianchi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto) biografias*. 2011.

KREUZ, Débora Strieder. “*Elas têm um outro jeito de ser, de resistir*”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira. Pelotas- RS, 2015.

LISBÔA, Daniela de Amorim. *Feminismo, ditadura e novas esquerdas: velhos hábitos nunca mudam?* Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: Dani.amorimlisboa@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. 2014.

MARINO, Divo. *Orquídeas para Lincoln Gordon: depoimento sobre o golpe de 64*. Ed: Legis Summa Ltda, 1998.

MATOS, Maria Izilda Santos. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. Mandragora, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15 DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v19n19p5-15>

MATOS, Maria Izilda S. *Por uma história da mulher*. Bauru: EDUSC, 2000

MATOS, Júlia Silveira. SENNA, Adriana Kivansk. *História Oral como fonte: problemas e métodos*. Rio Grande, 2011

MERLINO, Tatiana. *Luta, substantivo feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (orgs.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p. 13- 36.

PAIVA, Rubens. *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo*, 2014.

PAULINO, Leopoldo. *Tempo de resistência*. 4º edição, ed: Oswaldo Cruz Empreendimentos, 2001.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

REZENDE, Claudinei Cássio. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010

RIBEIRO, Maria Cláudia Badam. *Militância feminina na luta armada brasileira (1968-1973)*. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom

SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SILVEIRA, Frei Manoel. *A coragem da inocência de Madre Maurina Borges da Silveira*. ABAP- Associação Brasileira de Anistiados Político- IPCCIC- Instituto de Identidades Culturais. 2014

TOMAZONI, Larissa. *A mulher na ditadura militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina*. CAD. ESC. DIR. REL. INT. (UNIBRASIL), CURITIBA-PR | VOL. 1, Nº 22, JAN/JUN 2015, p. 2.

TOMO III *Perfil dos Atingidos*. Projeto “Brasil: Nunca Mais”. Arquidiocese de São Paulo, 1985. 356 pg.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
ITERRA

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu
Aurea Moretti Pires,
 Portador da Cédula de Identidade número 7.003.539-8,
 CPF número 051558272-70, domiciliado e residente em
Rua: Marcel Ache 485 Ap04, declaro ceder a Luana
 Gonçalves Torres, graduanda em História pela UFFS, a plena propriedade e os
 direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a
 mesma, no dia 16 de Setembro de 2017, na cidade de
Ribeirão Preto.

A pesquisadora fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, com a ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Local: Ribeirão Preto - Aurea Moretti Pires

Assinatura. x

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
ITERRA**

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu

Laudelino Pires Filho,

Portador da Cédula de Identidade número End: Manoel Ache, 405 Apto 4

CPF número 5.158 938 (RG), domiciliado e residente em

(CPF 414.020 148-62), declaro ceder a Luana

Gonçalves Torres, graduanda em História pela UFFS, a plena propriedade e os

direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a

mesma, no dia 16 de setembro de 2017, na cidade de

Ribeirão Preto.

A pesquisadora fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, com a ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Local: Ribeirão Preto

Assinatura: Laudelino Pires Filho

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
ITERRA

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu
maria Raquel meretti fines,
Portador da Cédula de Identidade número 40.349.924-0,
CPF número 327.754.838-44, domiciliado e residente em
R: Manoel Ache 485 apt.04, declaro ceder a Luana
Gonçalves Torres, graduanda em História pela UFFS, a plena propriedade e os
direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a
mesma, no dia 16 de Setembro de 2017, na cidade de
Ribeirão Preto.

A pesquisadora fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e
publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte,
editado ou não, com a ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Local: Ribeirão Preto

Assinatura: maria Raquel meretti fines

Ribeirão exhibe armas e material subversivo

A Operação Integrada de Ribeirão Preto reuniu-se na tarde de ontem com a imprensa daquela cidade no quartel do 3.º Batalhão de Policiamento, onde foi apresentado o material apreendido aos grupos desbaratados recentemente e que agiam na região. A única restrição feita aos elementos de imprensa foi a de não entrarem fumando na sala em virtude de pólvora e dinamite espalhadas pelo chão.

Interrogado sobre a pena de excomunhão com que foi atingido, o delegado Renato Ribeiro Soares disse que isso em nada alterará sua fé em Deus.

Desmentido

Quanto ao manifesto oficial da Arquidiocese de Ribeirão Preto, publicado pelo "Diário de Notícias" daquela cidade, as autoridades disseram que os presos não estão incomunicáveis. Citaram o caso de Aurea Moretti, uma das implicadas, que ao fazer aniversário no dia 12, recebeu numa sala improvisada do cartório policial seus familiares, havendo bolo e refrigerantes.

Com respeito à mãe Maurina, que está detida na cadeia de Cravinhos, disseram que seu irmão, cônego Vicente Borges, foi levado em carro da própria polícia para que conversasse com a irmã e, segundo as autorida-

des, permaneceu na cela o tempo que julgou suficiente.

Referindo-se ainda à mãe, as autoridades mostraram aos jornalistas alguns exemplares do jornal "O Berro" e panfletos, alguns chamuscados. Segundo as autoridades, a religiosa quis desfazer-se do material queimando-o.

Sequestro

As autoridades revelaram ainda que um plano para sequestrar um membro da família Marchesi foi idealizado pelos terroristas, que o levariam à fazenda Boa Vista, nas proximidades de Guataparã. Informaram ainda que nesse local encontraram armas e munições enterradas.

Segundo as autoridades, os sequestradores exigiriam a importância de 350 mil e o rapto estava assim planejado: 3 elementos usariam farda do Exército e um deles estaria vestido de freira, portando armas debaixo das vestimentas. Dessa maneira chegariam até à residência do escolhido e usando de subterfúgios convenceriam-no a acompanhá-los no carro que deveria seguir para a fazenda Boa Vista, onde, de acordo com as autoridades, estava instalado o "aparelho" de guerrilha rural.

As autoridades policiais revelaram ainda que a Operação Integrada já ouviu 166 pessoas, das quais 119 foram indiciadas.

Terroristas vêm para São Paulo

Serão transferidos para o Presídio Tiradentes, em São Paulo, à exceção de Aurea Moreti, que está foragida, os 30 elementos implicados em atividades terroristas na região de Ribeirão Preto e contra os quais a Justiça Militar decretou prisão preventiva.

Os autos do processo serão distribuídos ao procurador da Justiça Militar da 2.ª Auditoria de Guerra, Durval Airton de Moura Araujo, e se referem às atividades da "Frente Armada de Libertação Nacional", cuja ação implicou 126 elementos.

O grupo era chefiado por Wanderlei Caixe, tendo montado aproximadamente 20 "aparelhos" subversivos, sendo, o principal, o de Mário Lorenzato, onde estava depositada a maioria dos alimentos, remédios e objetos diversos.

A Justiça Militar esclarece que a madre Maurina, que dirigia o Lar Santana, em Ribeirão Preto, teve sua prisão preventiva decretada por favorecer a atividade dos subversivos, mas não pertencia ao bando terrorista. Em suas declarações ela esclareceu que ao assumir a direção do Lar Santana já encontrou ali o grupo ecumênico de jovens estudantes que realizava naquele recinto suas reuniões. Permitiu somente que os jovens ali continuassem pois desconhecia tratar-se de um grupo terrorista e quando descobriu as reais intenções deles mandou destruir todo o material ali estocado, temendo as consequências.

O "aparelho" do Lar Santana era considerado um dos mais importantes daquela organização terrorista e sobre sua localização só tinham conhecimento 3 elementos de destaque da cúpula subversi-

DEOPS 5/2 conclui 970 inquérito

Do serviço local e da sucursal

O DEOPS concluiu e encaminhou ontem à Justiça Militar inquerito contra os componentes de um grupo terrorista desmantelado em Ribeirão Preto, solicitando a prisão preventiva de todos os indiciados. Segundo o relatório, desde 1966 e 1967 elementos comunistas constituíram naquela região o referido grupo. Este se propunha a arregimentar novos adeptos e a obter de qualquer maneira, armas e munições para futura eclosão de um movimento socialista.

Joaquim Camara Ferreira (Toledo); Virgílio Gomes da Silva (Haroldo) e Francisco Gomes da Silva (Davi), elementos de projeção na ala Marighela, periodicamente se deslocava para Ribeirão Preto, a fim de confabular com os componentes da organização e fornecer-lhes as instruções do desaparecido chefe vermelho.

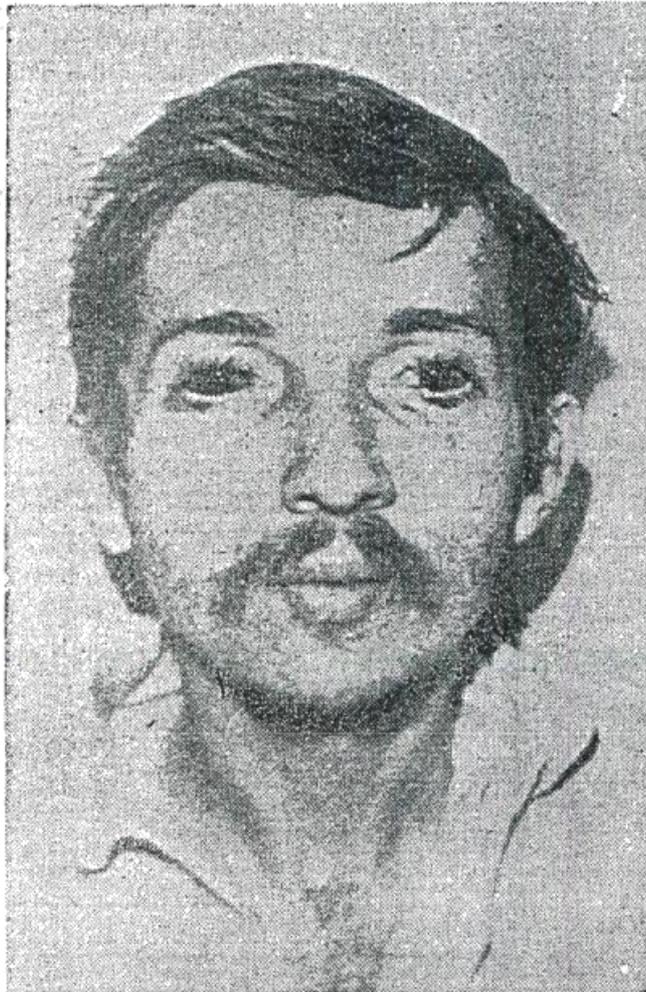
As primeiras incumbências a eles tributadas foram o furto de placas de veículos e o levantamento de toda a região, principalmente no que respeita a estabelecimentos comerciais e casas de crédito.

Posteriormente iniciaram a ação, com a colocação de bombas incendiárias, no dia 16 de outubro passado, nas Lojas Americanas de Ribeirão Preto, as quais não explodiram por defeito de fabricação.

As suspeitas recaíram sobre Claudinei Nacarato e outros, que foram detidos nesta Capital. Explicaram então que tinham a intenção de se deslocar para Aguas Virtuosas, onde se dedicariam ao treinamento com armas de fogo.

RESPONSÁVEIS

O DEOPS aponta como responsáveis pelo movimento as seguintes pessoas: Paulo Eduardo Pereira, Irineu de Moraes, Carlos Russo Junior, José Marieto, Nanci Marieto, José Antonio de Sou.



Vanderlei Caixe, dirigente da FALN e madre Maurina B. da Silveira, ligada aos terroristas

Religiosos foram libertados no Sul

Das Sucursais, do correspondente e do Serviço Local

Foram libertados ontem à tarde em Pôrto Alegre os padres Edgard Jost, da igreja de Santa Cecília; Manoel Valiente, da igreja de N. Sa. da Piedade; e Joannes Ludovicus Josephus Verdonscht, além do ex-seminarista jesuíta Camilo Garcia, detidos sob acusação de estarem envolvidos em atividades subversivas. À noite embarcou para São Paulo, sozinho, o delegado Fleury, que chegou a esta Capital às 21 e 30 horas.

Ontem, pela manhã, o cardeal Vicente Scherer esteve visitando os religiosos que se encontram detidos no DOPS, acompanhado pelo secretário da Segurança, Jaime Mariath. Na ocasião, o arcebispo solicitou às autoridades que fossem dadas melhores acomodações aos sacerdotes e seminaristas presos, tendo o secretário da Segurança prometido que iria

nal da CNBB, que tem como secretário-geral d. Ivo Lorscheider, deverá ser divulgado hoje. Segundo informação do prelado, o documento foi levado a Guaíba, onde se encontra d. Scherer, para ser submetido à sua aprovação.

O que diz d. Avelar

"Ainda não me considero apto a um pronunciamento em

dos acontecimentos", declarou ontem no Rio d. Avelar Brandão, secretário de Opinião Pública da CNBB e presidente do CELAM.

Disse ainda ter conhecimento do caso somente pelas informações dos jornais e acrescentou: "Não se pode, com perfeita exatidão, distinguir nessas notícias o que seja comunicado oficial das autoridades competentes das reportagens que tanto podem refletir a verdade dos fatos como equivocar-se na visão e interpretação dos mesmos". A esse respeito, citou o caso da cozinheira do convento das Perdizes, cujo suicídio foi atribuído, inicialmente, à culpa de um dos padres, e que posteriormente foi desmentido pelo próprio delegado, encarregado do inquerito policial.

E acentuou: "Não estive com os encarregados da segurança nacional para ouvi-los e conhecer os argumentos e documentos que realmente possuem.

Arcebispo excomunica delegados

Da Regional do
Ribeirão Preto

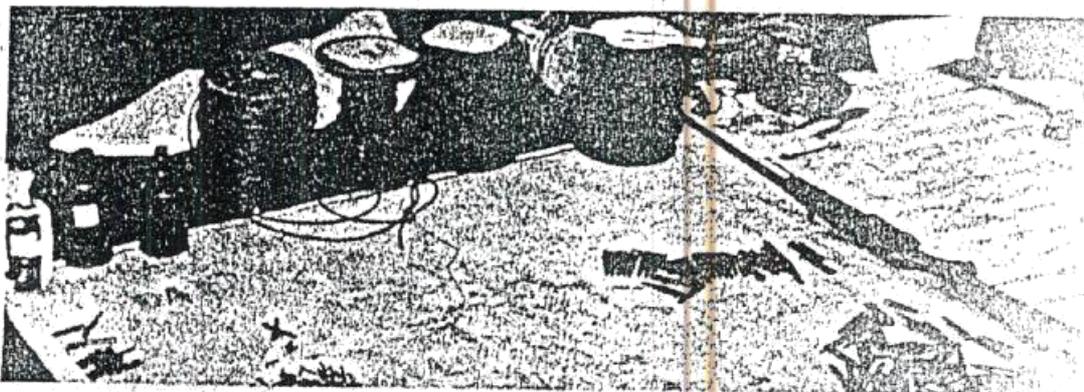
Em comunicado oficial publicado ontem pelo "Diário de Notícias", órgão oficial da Arquidiocese do Ribeirão Preto, frei Felício Cesar da Cunha Vasconcelos, O.F.M., arcebispo de Ribeirão Preto, excomunica com base no Canon 2.343, parágrafo 4.º, do Código do Direito Canônico, os drs. Bento Ribeiro Soares, delegado regional de Polícia de Ribeirão Preto, e Miguel Lomano, delegado adido da mesma cidade.

A excomunhão foi lançada em virtude das operações policiais realizadas na área (ver notícia ao lado), as quais envolveram e feriram a vida de Maurina B. da Silveira, que se acha doente, e outros religiosos chamados depor no inquerito. Além da assinatura do arcebispo, o documento traz as do arcebispo-coadjutor, do vicário episcopal e de mais de 40 sacerdotes.

e planejava um levante armado

JOSE IVO VANNUCHI

Conhecido como «Lucas», José Ivo Vannuchi nasceu em Sorocaba e conta 21 anos de idade. Era funcionario da Prefeitura de São Joaquim da Barra quando, em 1968, ingressou na FALN a convite do lider Vanderlei Calxe. Formou um nucleo terrorista em São Joaquim da Barra, adquirindo armas e munições. Participou do assalto à Pedreira da Prefeitura de Ribeirão Preto e comprou uma casa no bairro da SANBRA, em São Joaquim da Barra, destinada à guarda de armas e refugio, servindo tambem de quartel general do nucleo, naquela cidade. Efetuou levantamentos em Orlândia e São Joaquim da Barra e determinou ao seu grupo um plano de ação contra o Tiro de Guerra local, para assalto e subtração de armas e munições. Participaria do furto de um automovel destinado ao sequestro de um usineiro de Ribeirão Preto.



Material para fabricação de bombas apreendido.



Aurea Moretti



José Ivo Vannuchi



Luiz Gonzaga da Sil

GUILHERME SIMOES GOMES

Guilherme Simões Gomes é natural de Ribeirão Preto, com 56 anos de idade, casado e professor de Odontologia. Em 1962, pertenceu ao Grupo Nacional com a participação em reuniões da UGP — União Geral dos Trabalhadores, que versavam sobre problemas socio-políticos brasileiros, já conhecendo Vanderlei Calxe.



Madre Maurina Borges da Silveira



Mario Buglioni



Guilherme Simões Gon

CNBB NAO FALA NA EXCOMUNHAO DOS DELEGADOS

Até ontem a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil não tinha ainda recebido qualquer comunicação do Arcebispo franciscano de Botucatu, São Paulo, Dom Frei Felício César da Cunha Vasconcelos, sobre a pena de excomunhão por ele decretada contra os delegados de polícia e adido locais, pelas prisões e violências que teriam cometido contra padres e religiosos da Arquidiocese, entre os quais a Madre Superiora do Lar Santana, e Irmã Maurina Borges Silveira, da Congregação Franciscana da Imaculada Conceição.

Tanto na CNBB como na Arquidiocese do Rio de Janeiro, a medida do arcebispo de Botucatu não foi comentada sob o argumento de desconhecimento da situação local, embora a excomunhão declarada tenha sido fundamentada no princípio dos direitos e obrigações de todo e qualquer católico.

Governo e Igreja

Membros do Episcopado e outros sacerdotes esclareceram a O GLOBO que Igreja e Estado, no Brasil, gozam independência recíproca: a separação dos atuais poderes dá direito ao Estado de prender, processar e punir membros do clero sem obrigação de pedir autorização, às autoridades eclesásticas, como está previsto no Código de Direito Canônico. Somente nos países em que o regime de convivência entre o Estado e a Igreja é disciplinado por concordata ou outro tipo de acordo, é costume serem objeto do pacto algumas disposições do Código de Direito Canônico, inclusive o julgamento de clérigos por tribunais civis. No regime de separação, como o vigente no Brasil, prisão e julgamento de clérigos não implicam em excomunhão. Mas, se for usada violência,

desde que os que nela incorrerem sejam batizados na Igreja Católica. Segundo o cânon 2 241, a censura — da qual a excomunhão é uma espécie — é uma penalidade pela qual uma pessoa batizada, delinqüente e contumaz é privada de bens espirituais ou anexos a estes, até que depois de deixar de ser con-

tumaz, seja absolvida sendo uma espécie de censura, a excomunhão só pode ser suspensa pela autoridade que a impõe, conforme o cânon 2 243, que prescreve, ainda, o direito à absolvição que o aplica e levanta, de impor outra penalidade ou penitência, ao absolver o atingido pela censura.



FREIRA DAVA ALIMENTO

CRIANÇAS AOS GUERRILHEIROS

RIBEIRÃO PRÊTO (O GLOBO) — A polícia descobriu que a Madre Superiora do Lar de Santana, Irmã Maurina Borges da Silveira, desviava, para o grupo terrorista a que pertencia, gêneros alimentícios destinados às crianças e doados pela organização "Caritas" ou por pessoas da cidade. Um dos principais "aparelhos" subversivos funcionava no próprio Lar de Santana.

A Madre concedia também autorização para os grupos terroristas promoverem bailes no "Lar": os fundos oficialmente serviriam para manter as crianças desamparadas mas na realidade eram entregues aos terroristas para compra de armas e munições. Cerca de seis toneladas de donativos foram desviadas para os terroristas. Irmã Maurina autorizou-os também a pedir donativos em nome das instituições de caridade do município.

linheiro que os terroristas conseguiram em assaltos às particulares em Ribeirão Prêto e donativos que foram da Madre Maurina destinados, também à compra de sapatos, grafos e outros objetos vendidos. Um outro motivo considerado de grande importância para incriminar a subversivo conclamando a guerras de guerrilha. As mulheres estão envolvidas em subversão na região, indo-se a jovem enxada Aurea Moreti, conhecida por "Maria". Esta tinha a incumbência de ir aos feridos do grupo necessitarem de seus

povo à guerrilha, contando como os guerrilheiros do Vietnã lutavam, sua moral elevada, o que era necessário para ser forte na luta contra o capitalismo, e finalmente pregava a guerra de libertação como a única maneira de se conseguir derrubar o Governo e obter reformas. Para confeccionar este jornalzinho, os padres e os seus simpatizantes contribuíam com certas importâncias em dinheiro, distribuindo-as gratuitamente ao povo.

Um dos planos mais audaciosos que os terroristas estudaram, e que tentaram pôr em prática por duas vezes sem resultados, foi o rapto do filho do industrial Marchesi, homem que é dono de várias indústrias de açúcar, bancos e

tecnologia de Ribeirão Prêto, homem rico e benquisto na cidade, o estudante de Direito Vanderlei Caixe, José Ivo Vanucci, Mário Lorenzato e Vicente Alessa Filho, que mantinham depósitos clandestinos para guardar gêneros alimentícios.

Em Sertãozinho a Polícia descobriu que Ernesto Bandari, do grupo de Logística, estava terminando a montagem de uma oficina que se destinaria à feitura de canhões e outros objetos para garantir a vitória dos seus comparsas. Flávio Poltronieri era o elemento responsável pela manutenção dos aparelhos de comunicação e instalação de uma estação transmissora clandestina funcionando na frequência de 25 quilowatts. Faltava somente a colocação de uma válvula e de um cristal. A localização desse aparelho ainda não havia sido estudada pelos guerrilheiros, que poderia ser na Alta Mogiana ou numa cidade do Triângulo Mineiro, possivelmente Uberaba. Cinco elementos dos que foram detidos em Ribeirão Prêto e áreas ad-

"Amélia"; 19 — Deoniraines Paula Ribero, "Rui"; 20 — Guilherme Jimões Gomes, "Dr João"; 21 — Mário Bradam "João Capitão do Mato"; 22 — Madre Maurina Borges da Silveira; 23 — Aurea Moreti "Maria"; 24 — Heleno Martins, "Maur"; 25 — João Carlos Miranda; "Cláudio"; 26 — José Geraldo Teles; 27 — José Mendes de Sousa Júnior; 28 — Aristóteles Francisco Fagundes, "Feli"; 29 — Hélio Geraldo de Freitas; 30 — Nelson Agemar Toneto; 31 — Djalma Quirino de Carvalho; 32 — Ogechi Santos Mendes de Lima; 33 — Mauro R. Mosca; 34 — Magino Agostinho Pinto; 35 — Mário Lorenzato; 36 — Sebastião Formaggio; — Flávio Peltroneti; 38 — Edson Bulamita, "Buchi"; — José Guido Fidélis de Oliveira; 40 — Orfeu Tibério; 41 — João Nantes Esteves "Joãozinho"; 42 — Magino donar; 43 — Luis Gonzaga Silva, "Rui"; 44 — Edson Rada Proscida; 45 — Agostinho, "Batista" ou "Ernesto"; 46 — Artur Adolfo Párea — Silvio Rizo Rangel; 48 — Acente Alessi Filho, "Mag"; 49 — Antônio Inocencio Mes, "Mateus"; 50 — Geraldo Nascimento; 51 — Marcelino da Silva; 52 — José Ivo Vanucci; 53 — Vanderlei Caixe, "Pedro", da organização.

O rapto

Na polícia, os terroristas presos e que iriam tentar a terceira vez, raptar o filho do industrial Marchesi, homem que, numa festa de aniversário de uma das filhas industrial, foram gastos cerca de 300 mil cruzeiros como represália por esses atos excessivos, eles iriam tentar raptar e usar o di-

ca

autoridades ainda não foram todos os levantamentos para descobrir todas as atividades subversivas na região, mas, como o momento cerca de cem já foram ouvidas e as, os policiais que



Maurina B. da Silveira, ligada aos terroristas

CHUVAS SOBRE A CIDADE JÁ ESTÃO PREJUDICANDO OBRAS

As chuvas abundantes que têm caído sobre a cidade estão paralisando diversas obras públicas do município, o que ocasiona o retardamento de suas conclusões. Como exemplo pode-se citar os serviços da margem direita do Retiro, no trecho São Paulo à Visconde de Inhaúma, onde todas as obras de infra-estrutura já estão prontas, aguardando-se tão somente uma pausa das chuvas para que sejam asfaltadas aquelas três quadras.

Bandeiras para salas de aulas de Bonfim Paulista

O Lions Clube de Ribeirão Preto, dando continuidade à Companhia "Uma bandeira em cada sala de aula", estará hoje, às 13 horas, distribuindo bandeiras nacionais a 16 salas de aulas no Ginásio de Bonfim Paulista.

MORREU JOSEPH KENNEDY AOS 87 ANOS DE IDADE

HYANNIS PORT, (DM) — O sr. Joseph Patrick Kennedy, faleceu ontem em Hyannis Port, em Massachusetts, aos 87 anos de idade, tendo à sua cabeceira o seu único filho homem, ainda vivo, o senador Edward Kennedy, e outros membros da família. O sr. Joseph Kennedy, que havia sido embaixador dos Estados Unidos na Grã Bretanha, encontrava-se enfermo, desde que fora acometido de derrame cerebral há 8 anos, período em que foram assassinados seus dois filhos John e Robert.

NOGUEIRA (SITUACIONISTA) JOÃO GILBERTO (OPOSIÇÃO) FORAM VOTAR EM BRASÍLIA

O prefeito Duarte Nogueira segue hoje, via aérea, rumo à capital da República a fim de participar, amanhã, da convenção nacional da ARENA, como delegado da agremiação partidária de São Paulo.

O partido da oposição, o MDB, também manda à Brasília um dos seus representantes para participar da sua Convenção. Caberá ao dr. João Gilberto Sampaio, vice-presidente do diretório local, representar a agremiação embaixista na capital da República.

diário de amanhã

Ribeirão Preto
quarta-feira
19/11/1969

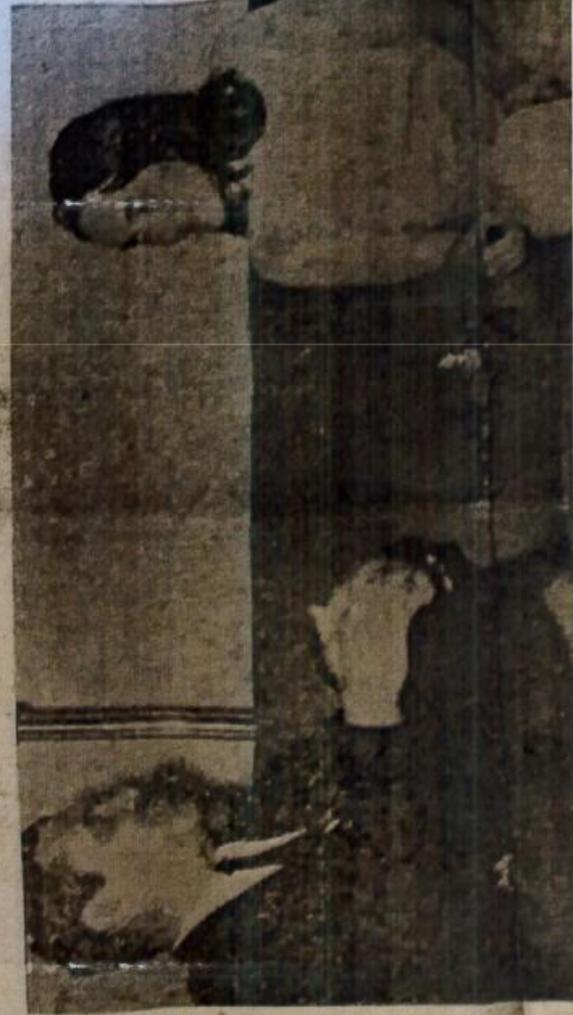
É uma EDIÇÃO
REGIONAL
número 47

RIBEIRÃO
PRETO JÁ TEM
A SUA
COMPANHIA
DE TURISMO

A Câmara Municipal reunida na noite de ontem, aprovou em regime de urgência a mensagem do Executivo criando a Companhia Municipal de Turismo de Ribeirão Preto.

ESTABELECIDO PROGRAMA DE RECEPÇÃO A KLABIN SEGALL

Eis a bela subversiva



Foi dada a aprovação pela Comissão de Turismo da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, no dia 11 de novembro, o projeto de lei que estabelece o programa de recepção a Klabin Segall, presidente da Klabin, na administração de Lúcio Leão.

Endereço: Rua Major Oliveira, 78. Tel.: 256-3111. Eml. Telegráficas: ESTADO. Início: 071-401/23/74

Sanatários, 31 de novembro de 1969

O ESTADO DE S. PAULO

Previsão do tempo
Tempo instável, com chuva.
Temperatura estável.
Ventos do quadrante Este, fraco.



Vanderlei Calzavara, dirigente da FALN e irmão de Manoel E. da Silveira, ligada aos terroristas

Religiosos foram libertados no Sul

Dois religiosos, de origem sulista, foram libertados no Sul. Um deles, o padre João de Deus, foi libertado em São Paulo. O outro, o padre João de Deus, foi libertado em São Paulo. O padre João de Deus, foi libertado em São Paulo. O padre João de Deus, foi libertado em São Paulo.

Arcebispo excomungado delegados

Dois delegados, de origem sulista, foram excomungados pelo Arcebispo. Um deles, o padre João de Deus, foi excomungado em São Paulo. O outro, o padre João de Deus, foi excomungado em São Paulo.

Autoridades policiais e militares, em operação conjunta realizada na região de Ribeirão Preto, conseguiram desbaratar, em três dias, 22 "aparelhos" manidos por subversivos, efetuar a prisão de dezenas de terroristas e apreender grande quantidade de armas, munições e medicamentos que seriam utilizados no movimento denominado "Frente Armada de Libertação Nacional".

A sede do movimento era em Ribeirão Preto, com ramais em São Paulo, Campinas, Sorocaba, Bauridade, e outras localidades. Os aparelhos, em número de 22, foram desbaratados em três dias, em 1967, preparadas para serem usadas em diversas regiões do País, especialmente no Estado de São Paulo. A desarticulação dos grupos subversivos foi possível graças à atuação da "Operação Integração", órgão responsável que funciona sob o comando do Exército Brasileiro, na Capital. O aparelho, integrado por elementos do 17º Regimento de Cavalaria, do Batalhão de Polícia de Investigações da Polícia de Polícia de Ribeirão Preto, levou a prisão os principais líderes subversivos da FALN, desmantelando os "aparelhos", apreendendo armas, munições, documentos e outros materiais.

Termina a ação de mais 22 "aparelhos"

Os 22 aparelhos, em operação conjunta realizada na região de Ribeirão Preto, foram desbaratados em três dias, em 1967, preparadas para serem usadas em diversas regiões do País, especialmente no Estado de São Paulo. A desarticulação dos grupos subversivos foi possível graças à atuação da "Operação Integração", órgão responsável que funciona sob o comando do Exército Brasileiro, na Capital. O aparelho, integrado por elementos do 17º Regimento de Cavalaria, do Batalhão de Polícia de Investigações da Polícia de Polícia de Ribeirão Preto, levou a prisão os principais líderes subversivos da FALN, desmantelando os "aparelhos", apreendendo armas, munições, documentos e outros materiais.

doxas, Mário Rosa Mosca • Valdeir Ramalho dos Santos, conhecido por "Valdir" ou "Valeir".
O líder Vanderlei Calzavara, conhecido pela alcunha de "Pedro" entre os membros da FALN, foi libertado em São Paulo. O líder da Frente Armada de Libertação Nacional, em operação conjunta realizada na região de Ribeirão Preto, foi libertado em São Paulo. O líder da Frente Armada de Libertação Nacional, em operação conjunta realizada na região de Ribeirão Preto, foi libertado em São Paulo.

Em seu pronunciamento, o Exército Brasileiro, na Capital, informou que os aparelhos foram desbaratados em três dias, em 1967, preparadas para serem usadas em diversas regiões do País, especialmente no Estado de São Paulo. A desarticulação dos grupos subversivos foi possível graças à atuação da "Operação Integração", órgão responsável que funciona sob o comando do Exército Brasileiro, na Capital. O aparelho, integrado por elementos do 17º Regimento de Cavalaria, do Batalhão de Polícia de Investigações da Polícia de Polícia de Ribeirão Preto, levou a prisão os principais líderes subversivos da FALN, desmantelando os "aparelhos", apreendendo armas, munições, documentos e outros materiais.

O "currículo" dos agentes terroristas

Os agentes terroristas, em operação conjunta realizada na região de Ribeirão Preto, foram desbaratados em três dias, em 1967, preparadas para serem usadas em diversas regiões do País, especialmente no Estado de São Paulo. A desarticulação dos grupos subversivos foi possível graças à atuação da "Operação Integração", órgão responsável que funciona sob o comando do Exército Brasileiro, na Capital. O aparelho, integrado por elementos do 17º Regimento de Cavalaria, do Batalhão de Polícia de Investigações da Polícia de Polícia de Ribeirão Preto, levou a prisão os principais líderes subversivos da FALN, desmantelando os "aparelhos", apreendendo armas, munições, documentos e outros materiais.

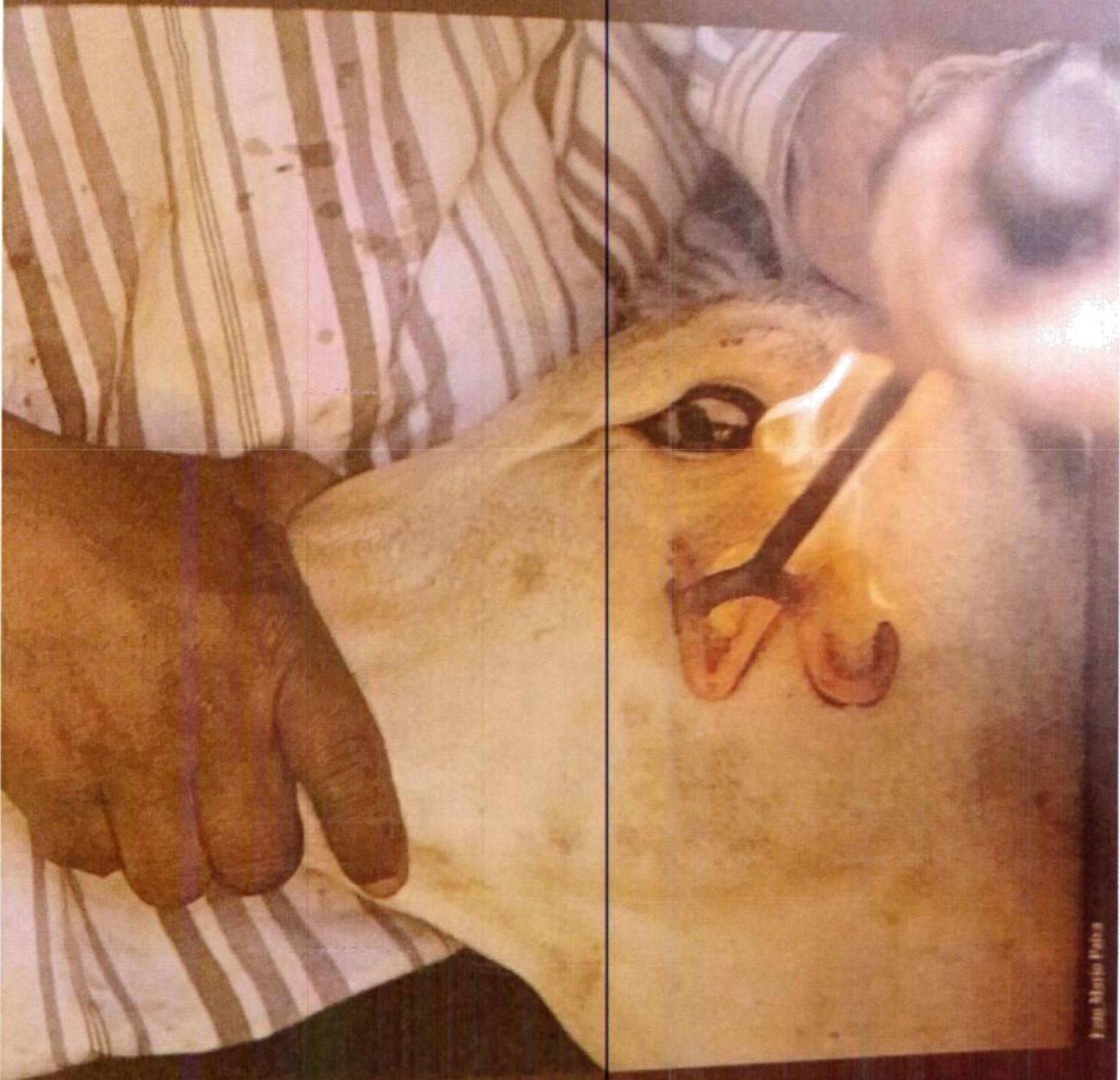


Foto: Maria Paula

TORTURA

EDICÃO EXTRA

1968 - 1969

0

BARRA

O BARRA É A RAÇA DO BARRA



Aurea Moretti

**Encontrei
dois
(torturadores)
que vieram me
pedir perdão.
(...) Eu acho
que não é essa
a questão.
A questão é
que, enquanto
a gente não
resgatar tudo,
dessa história,
para nunca mais
repetir isso!**

